

Câmara Municipal de Sousel

Carta Educativa

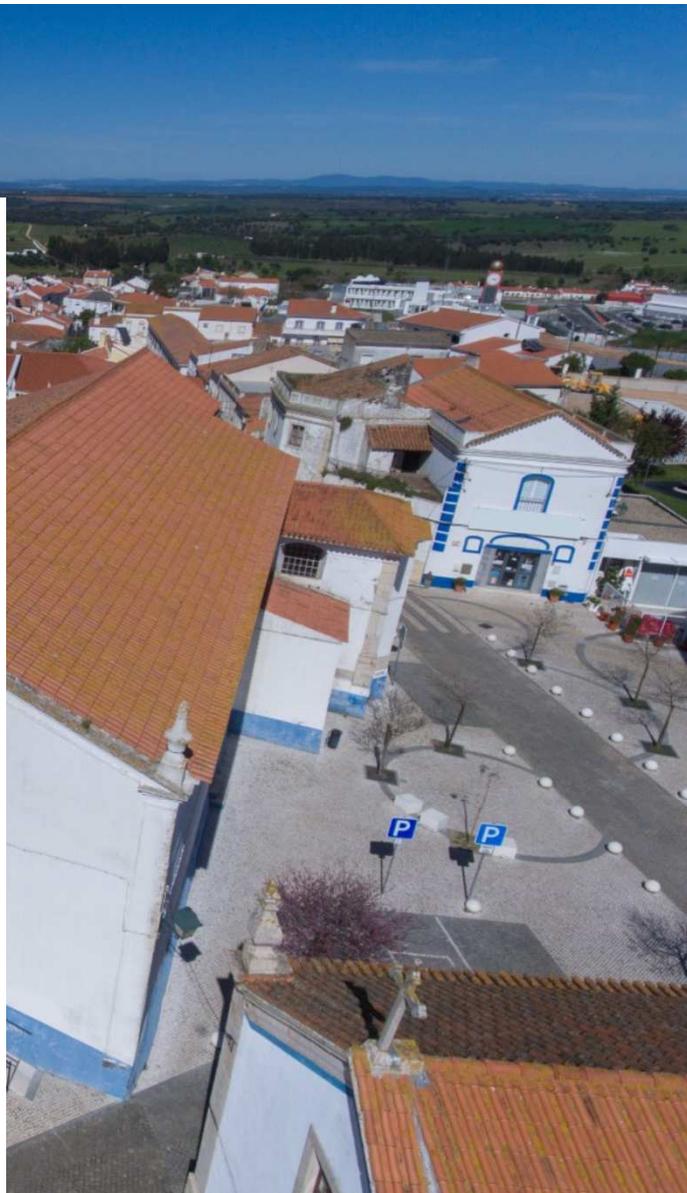
2023-2033



Junho de 2023

iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

P POLITÉCNICO
DE PORTALEGRE



Ficha Técnica

Nome

Carta Educativa de Sousel – 2023-2033.

Promotor

Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo

Financiamento

ALT20-09-5864-FSE-000002 | Rede para a Promoção da Qualificação e do Conhecimento do Alentejo

Coordenação Geral

João Sebastião, Luís Capucha

Coordenação Operacional

Eva Gonçalves (CIES), João Emílio Alves (IPP), Luís Carvalho (CEDRU)

Equipa

CIES-IUL: Sónia Pintassilgo, Rita Capucha, Teresa Evaristo, Paulo Feliciano, Maria Isabel dos Santos; Pedro Carvalho Henriques

IPP: João Emílio Alves, Luís Loures, Fernando Rebola, Luísa Carvalho, Adelaide Proença, Alexandre Martins, António Calha

CEDRU: Carla Figueiredo, Gonçalo Caetano, Sónia Vieira

Apoio técnico

Câmara Municipal de Sousel: Cidália Correia

Data

Junho de 2023

© ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa / CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

©Instituto Politécnico de Portalegre (Serviços Centrais)

Praça do Município, 11, 7300-110 Portalegre

©CEDRU

Rua Fernando Namora 46A, 1600-764 Lisboa



Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 : ENQUADRAMENTO	3
Enquadramento político	3
Enquadramento legislativo	4
Enquadramento teórico	7
Enquadramento metodológico	8
CAPÍTULO 2 : DIAGNÓSTICO	11
Carta Educativa de 1ª geração: uma avaliação	11
O concelho de Sousel	14
História	14
Inserção territorial	14
Sistema urbano municipal	18
Dinâmicas sociais	24
Dinâmica populacional	24
Dinâmica socioeconómica	38
Sistema Educativo concelhio	59
Estabelecimentos escolares: identificação, localização e descrição	59
Ofertas formativas e educativas	65
População escolar	71
Desempenho escolar	77
Projetos educativos estruturantes	85
Dinâmicas dos empregadores e da comunidade	87
A perceção dos atores locais	89
CAPÍTULO 3 : INTERVENÇÕES PARA O FUTURO	94
Análise dos pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades	94
Contexto territorial, demográfico e socioeconómico	94
Estabelecimentos, população e ofertas escolares	96
Dinâmicas de promoção do sucesso escolar	98
Identidade	101
Visão	101
Missão	101
Objetivos e princípios	101
Intervenções futuras: 2023-2033	102

Eixo 1 – Edifícios, Equipamentos e Mobilidades	104
Eixo 2 – Ofertas escolares	107
Eixo 3 – Promoção do sucesso escolar	110
Enquadramento na Política Municipal, Regional e Nacional	112
Política integrada do Município	112
Convergência com Região	114
Convergência com programa de educação nacional e orientações europeias	116
ANEXO A: PLANO DE INTERVENÇÕES FUTURAS NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES	118

Índice de tabelas

<i>Tabela 2.1: População residente nos momentos censitários 1991, 2001, 2011 e 2021, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país</i>	25
<i>Tabela 2.2: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país</i>	25
<i>Tabela 2.3: País, Alto Alentejo e concelhos em função da dinâmica de crescimento em três décadas (1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021)</i>	26
<i>Tabela 2.4: Proporção de população do concelho no conjunto da população da região do Alto Alentejo (%), 2021</i>	26
<i>Tabela 2.5: Densidade populacional (hab./km²), região Alto Alentejo e concelhos, 2021</i>	27
<i>Tabela 2.6: População total e por grandes grupos funcionais (idades completas), no concelho e total Alto Alentejo, 2021</i>	29
<i>Tabela 2.7: Índice de Envelhecimento, Proporção de Jovens, Adultos e Idosos e Relações de Dependência (%), no concelho e total Alto Alentejo, 2021</i>	29
<i>Tabela 2.8: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total (%) no período intercensitário 2011-2021, no concelho e total Alto Alentejo</i>	31
<i>Tabela 2.9: População residente em 2011 e 2021, total de nados-vivos e óbitos 2011-2020 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2011-2021, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa da Balança Migratória, Taxa de Total, Tipologia de Crescimento, no concelho e na região do Alto Alentejo</i>	32
<i>Tabela 2.10: Índice sintético de fecundidade, Portugal, Alto Alentejo e concelho, 2001, 2009-2021</i>	34
<i>Tabela 2.11: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), no concelho e na região do Alto Alentejo, 2011-2021</i>	34
<i>Tabela 2.12: População por grupos etários escolares (n.º), no concelho e no total do Alto Alentejo, e população total do concelho, 2021</i>	36
<i>Tabela 2.13: População por grupos etários escolares (% do total), no concelho e no total do Alto Alentejo, 2021, Proporção da população total (%) dos concelhos na região do Alto Alentejo, 2021</i>	36
<i>Tabela 2.14: Projeções da População Total para 2021, Portugal e Alentejo, por cenários</i>	36
<i>Tabela 2.15: Projeção da população por grupos etários escolares (n.º), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2033</i>	37
<i>Tabela 2.16: Projeção da população por grupos etários escolares (% do total), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2031</i>	37
<i>Tabela 2.17: Variação do resultado da projeção da população por grupos etários escolares em quinquênios (%), cenário baixo, Alentejo, 2021-2023, 2023-2028, 2028-2031</i>	37
<i>Tabela 2.18: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário baixo, no concelho e total Alto Alentejo, 2023</i>	38
<i>Tabela 2.19: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.</i>	38
<i>Tabela 2.20: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e total Alto Alentejo, 2028</i>	38
<i>Tabela 2.21: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e total Alto Alentejo, 2033</i>	38
<i>Tabela 2.22: Densidade empresarial e Número de empresas não financeiras por cada 100 habitantes, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e o Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020</i>	39
<i>Tabela 2.23: Número de PME e de Grandes Empresas, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020</i>	40
<i>Tabela 2.24: Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras (%), no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2018, 2019, 2020</i>	40
<i>Tabela 2.25: Número de empresas não financeiras, total e por setor de atividade, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2020</i>	42
<i>Tabela 2.26: Número médio de pessoas ao serviço das empresas não financeiras, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e do Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020</i>	43
<i>Tabela 2.27: Percentagem de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2020</i>	44

<i>Tabela 2.28: Trabalhadores ao serviço das empresas por situação na profissão, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (%)</i>	46
<i>Tabela 2.29: Trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade, nos concelhos, nas regiões Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (%)</i>	47
<i>Tabela 2.30: Trabalhadores por conta de outrem, por tipo de contrato, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018, 2019 (%)</i>	48
<i>Tabela 2.31: Taxa de desemprego segundo os censos, total e por sexo, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2001, 2011 e 2021</i>	48
<i>Tabela 2.32: Taxa de desemprego segundo os censos, por grupo etário, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2001, 2011 e 2021</i>	50
<i>Tabela 2.33: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social e do subsídio de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2019-2021</i>	51
<i>Tabela 2.34: Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social e do Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2018-2021</i>	52
<i>Tabela 2.35: Beneficiários de pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, de velhice, de invalidez e de sobrevivência, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2018-2020</i>	53
<i>Tabela 2.36: População ativa total segundo os censos, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2001, 2011, 2021</i>	54
<i>Tabela 2.37: Taxas de atividade segundo os censos, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2001, 2011, 2021</i>	54
<i>Tabela 2.38: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018, 2019 (€)</i>	55
<i>Tabela 2.39: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por sexo, e diferença mulheres-homens, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)</i>	55
<i>Tabela 2.40: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade concluída, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)</i>	55
<i>Tabela 2.41: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade económica, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)</i>	56
<i>Tabela 2.42: Informações gerais sobre estabelecimentos escolares das redes pública e privada</i>	60
<i>Tabela 2.43: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para atividades letivas das redes pública e privada, 2023</i>	62
<i>Tabela 2.44: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para trabalho das redes pública e privada, 2023</i>	62
<i>Tabela 2.45: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para outras utilizações das redes pública e privada, 2023</i>	63
<i>Tabela 2.46: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços e equipamentos exteriores para outras utilizações das redes pública e privada, 2023</i>	63
<i>Tabela 2.47: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos equipamentos para várias utilizações das redes pública e privada, 2023</i>	63
<i>Tabela 2.48: Avaliação geral da qualidade dos edifícios</i>	64
<i>Tabela 2.49: Irradiação máxima, população base e área de influência dos estabelecimentos escolares das redes pública e privada, 2023</i>	65
<i>Tabela 2.50: Número de crianças inscritas em Pré-Escolar, por estabelecimento, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2021/2022</i>	66
<i>Tabela 2.51: Número de alunos matriculados no 1º ciclo, por estabelecimento, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2021/2022</i>	67
<i>Tabela 2.52: Número de alunos com medidas seletivas, adicionais e PEI e % sobre o total de alunos, por ciclo de ensino, 2021/2022</i>	69

<i>Tabela 2.53: Número de docentes por ciclo/nível de ensino, nas redes pública e privada, 2021/2022</i>	74
<i>Tabela 2.54: Número de profissionais por categoria profissional, nas redes pública e privada, 2021/2022</i>	76
<i>Tabela 2.56: Taxas de percursos diretos de sucesso no 1º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)</i>	78
<i>Tabela 2.57: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022</i>	78
<i>Tabela 2.58: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 1º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo</i>	79
<i>Tabela 2.59: Média das classificações internas no 2º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo</i>	79
<i>Tabela 2.60: Taxas de percursos diretos de sucesso no 2º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)</i>	80
<i>Tabela 2.61: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 2º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022</i>	80
<i>Tabela 2.62: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 2º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo</i>	81
<i>Tabela 2.63: Média das classificações internas no 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo</i>	81
<i>Tabela 2.64: Taxas de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)</i>	82
<i>Tabela 2.65: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022</i>	83
<i>Tabela 2.66: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 3º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo</i>	83
<i>Tabela 2.67: Taxas de alunos que concluíram os cursos profissionais no tempo previsto no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)</i>	84
<i>Tabela 2.68: Taxas de alunos que não concluíram os cursos profissionais no tempo previsto, no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)</i>	85
<i>Tabela 2.69: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022</i>	85
<i>Tabela 2.70: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no Ensino Secundário, no concelho e na região do Alto Alentejo</i>	85
<i>Tabela 2.71: Projetos estruturantes para a área da educação</i>	86
<i>Tabela 3.1: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 1</i>	105
<i>Tabela 3.2: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2</i>	108
<i>Tabela 3.3: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 3</i>	111
<i>Tabela 3.4: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política municipal</i>	112
<i>Tabela 3.5: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política Regional</i>	114
<i>Tabela 3.5: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política Nacional e Europeia</i>	116

Índice de figuras

<i>Figura 2.1: Inserção territorial do concelho.....</i>	<i>15</i>
<i>Figura 2.2: Modelo Territorial do PRTO Alentejo, 2010.....</i>	<i>16</i>
<i>Figura 2.3: Principais acessibilidades do concelho, 2022.....</i>	<i>18</i>
<i>Figura 2.4: Georreferenciação dos estabelecimentos escolares do concelho das redes pública e privada</i>	<i>59</i>
<i>Figura 3.1: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no contexto territorial, demográfico e socioeconómico</i>	<i>96</i>
<i>Figura 3.2: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no cenário dos estabelecimentos, população e ofertas escolares</i>	<i>98</i>
<i>Figura 3.3: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no quadro das dinâmicas de promoção do sucesso escolar ..</i>	<i>100</i>

Índice de gráficos

Gráfico 2.1: Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares no concelho, 2016-2021	19
Gráfico 2.2: Variação do N ^o de alojamentos no concelho, entre 2011 e 2021	19
Gráfico 2.3: Densidade de alojamentos dos concelhos do Alto Alentejo	20
Gráfico 2.4: Densidade de alojamentos no concelho, 2021	20
Gráfico 2.5: Fogos licenciados no concelho	21
Gráfico 2.6: Capacidade dos equipamentos do Pré-escolar no concelho, 2022	21
Gráfico 2.7: N ^o de equipamentos escolares do ensino não superior no concelho	22
Gráfico 2.8: Modalidade de transporte utilizada pela população residente nos movimentos pendulares, no concelho, em 2011 e 2021 (%)	23
Gráfico 2.9: Pirâmide etária (%) do concelho de Sousel, 2021	28
Gráfico 2.10: Índice de Envelhecimento (%), por concelhos e total Alto Alentejo, 2021	29
Gráfico 2.11: Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por concelhos e total Alto Alentejo, 2021	30
Gráfico 2.12: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total - TCI (%) no período intercensitário 2011-2021, por concelhos do Alto Alentejo	31
Gráfico 2.13: Nados-vivos (N), Alto Alentejo, 2011-2021	33
Gráfico 2.14: Nados-vivos (N), por concelho e região (NUTS III), no concelho e no Alto Alentejo, 2011-2021	33
Gráfico 2.15: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), Alto Alentejo, 2011-2021	34
Gráfico 2.16: Percentagem de empresas não financeiras do setor de atividade da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca no total das empresas, nos concelhos, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2020	41
Gráfico 2.17: Percentagem de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, 2020	45
Gráfico 2.18: Empresas não financeiras com menos de 10 pessoas, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2020 (%)	45
Gráfico 2.19: Trabalhadores por conta de outrem com regime de tempo completo, nos concelhos e região do Alto Alentejo no Alentejo e no Continente, 2019 (%)	47
Gráfico 2.20: Diferença entre a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem e o salário mínimo nacional, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018 e 2019 (€)	57
Gráfico 2.21: População residente com 15 ou mais anos segundo os censos por nível de escolaridade completo mais elevado, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2021	57
Gráfico 2.22: Taxa de analfabetismo segundo os censos, total e por sexo, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2021	58
Gráfico 2.23: Evolução do número de alunos por ciclo/nível de ensino nas redes pública e privada, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022	71
Gráfico 2.24: Evolução do número de alunos nas unidades orgânicas das redes pública e privada, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022	71
Gráfico 2.25: Distribuição dos alunos por sexo nas redes pública e privada, 2021/2022	72
Gráfico 2.26: Alunos com Ação Social Escolar (escalões A e B) por ciclo de escolaridade na rede pública, 2021/2022 (%)	73
Gráfico 2.27: Escolaridade média dos encarregados de educação, por ciclo/nível de ensino e no total, nas redes pública e privada, 2021/2022	73
Gráfico 2.28: Docentes por sexo, nas redes pública e privada, 2021/2022	74
Gráfico 2.29: Docentes por grupo etário, nas redes pública e privada, 2021/2022	74
Gráfico 2.30: Docentes por vínculo contratual, nas redes pública e privada, 2021/2022	75
Gráfico 2.31: Número de crianças/alunos por docente, por nível/ciclo de ensino, nas redes pública e privada, 2021/2022	75
Gráfico 2.32: Número de crianças/alunos por assistente operacional/técnico auxiliar de educação, nas redes pública e privada, 2021/2022	76
Gráfico 2.33: Índices (média nacional = 100) e declives das taxas de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 1 ^o ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo	78

Gráfico 2.34: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 2º ciclo segundo a média do Alto Alentejo	79
Gráfico 2.35: Índices (média nacional = 100) e declives das percentagens de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 2º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo	80
Gráfico 2.36: Relação entre Índice de Classificações internas 2021/2022 e dos Percursos Diretos de Sucesso 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 2º ciclo no concelho	81
Gráfico 2.37: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 3º ciclo segundo a média do Alto Alentejo	82
Gráfico 2.38: Índices (média nacional = 100) e declives das percentagens de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 3º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo	82
Gráfico 2.39: Relação entre Índice de Classificações internas 2021/2022 e dos Percursos Diretos de Sucesso 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 3º ciclo no concelho	83
Gráfico 2.40: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão das Parcerias	90
Gráfico 2.41: Gráfico 2.42: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão dos Edifícios, Equipamentos e Transportes	91
Gráfico 2.43: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão das Ofertas Escolas	92
Gráfico 2.44: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão da Gestão Escolar	93

Introdução

A Carta Educativa de Sousel foi elaborada no âmbito do projeto *Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Alto Alentejo (PEDIEAA) e Cartas Educativas* que resultou de uma parceria entre a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e o Consórcio Iscte/IPP/CEDRU constituído por CIES-Iscte (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa), o IPP (Instituto Politécnico de Portalegre) e o CEDRU (Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano); com financiamento pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR, ponto 11.2). Projeto que teve como principais objetivos atualizar as Cartas Educativas dos quinze concelhos que integram a região, elaborar o plano estratégico regional para a educação e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento do Alto Alentejo.

Destarte, está enquadrado no PEDIEAA, mas posiciona-se como um documento autónomo, produzido a partir das informações recolhidas sobre o concelho de Sousel em fontes estatísticas, documentais e a partir de auscultações realizadas junto dos atores locais, e regularmente sujeito às validações das entidades locais e às decisões da Câmara Municipal de Sousel.

O documento foi elaborado de acordo com o sugerido na publicação da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolas (DGEstE) e do Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE), de maio de 2021, intitulada “Carta Educativa. Guião para Elaboração” e, por isso, além de seguir a estrutura proposta, contém todos os conteúdos indicados como necessários. Alguns dos conteúdos, desde análises a sistematizações, foram complementados e melhorados de acordo com a metodologia de trabalho do Consórcio Iscte/IPP/CEDRU, e outros tiveram de ser ajustados às informações disponíveis nas entidades locais, quer em termos de quantidade de informação, quer em termos da forma como os dados se encontravam organizados.

A Carta Educativa está organizada em três Capítulos. No Capítulo 1 expõe-se o enquadramento político e legislativo deste documento estratégico municipal e, também, o enquadramento teórico e metodológico que orientou o trabalho de recolha, análise e sistematização por parte da Equipa do Consórcio Iscte/IPP/CEDRU.

O Capítulo 2 contém o Diagnóstico do concelho. Começa com a avaliação da Carta Educativa de 1ª geração, apresenta-se depois o concelho em termos históricos e territoriais, analisam-se as dinâmicas sociais, demográficas e socioeconómicas e sistematiza-se o conjunto de informações, o mais completo possível, sobre a rede educativa, pública e privada, do concelho de Sousel.

No Capítulo 3, surge o resumo do estudo de diagnóstico organizado em pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, identifica-se a visão, missão e objetivos e princípios políticos que a Câmara Municipal de Sousel definiu para os próximos 10 anos, expõem-se as intervenções futuras, e respetivas metas e indicadores de monitorização, que decorrem do diagnóstico e da visão para a educação no concelho e, por fim, analisa-se o enquadramento dos objetivos estratégicos definidos para os próximos 10 anos na política municipal, regional e nacional.

Capítulo 1 : Enquadramento

Este capítulo começa por apresentar o enquadramento político deste documento, tal como definido pela Câmara Municipal de Sousel. O plano de trabalho para este estudo foi construído com base numa linha orientadora que se inicia num quadro legislativo específico, e que continua num enquadramento teórico e metodológico, que se explicitam posteriormente.

Enquadramento político

A promoção da Educação como condição para assegurar a democracia e a equidade é um aspeto essencial do desenvolvimento educacional de uma sociedade, pois a Educação é um motor fundamental para difundir a cidadania ativa, reduzir as desigualdades, valorizar a diversidade, fortalecer a coesão social e permitir a participação dos cidadãos na construção de um sistema educacional inclusivo e democrático.

É neste sentido que uma forte aposta municipal na Educação se transforma num veículo de acesso universal, oferecendo a todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconómica, uma oportunidade igual de aprender e de se desenvolver. A educação atua assim como um mecanismo de inclusão, quebrando barreiras e proporcionando educação de qualidade para todos, sem discriminação.

Por outro lado, a Educação desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos ativos e participativos numa sociedade democrática. Ela promove a educação cívica, o respeito aos direitos humanos, o pensamento crítico e a consciência social. Ao oferecer uma educação de qualidade e abrangente, esta contribui para o fortalecimento da democracia e da participação na cidadania.

Entende-se por isso que as políticas educativas devem ser construídas com a participação dos atores locais, sendo essencial que essas políticas sejam verdadeiramente educativas e que vão além do objetivo puramente escolar.

Uma abordagem educativa localmente globalizada reconhece a importância da articulação de interesses, recursos e ações entre diversos parceiros, indo além das instituições educativas tradicionais. Isso inclui a participação ativa de famílias, associações culturais e desportivas, museus, bibliotecas, centros de saúde e empresas.

A colaboração com esses parceiros externos enriquece a educação ao fornecer oportunidades de aprendizagem em contextos diversos e aplicação prática do conhecimento e cria uma rede de apoio que enriquece o ambiente educativo, proporcionando experiências de aprendizagem mais abrangentes e relevantes para os estudantes.

Além disso, ao envolver diferentes setores da sociedade, as políticas educativas tornam-se mais abrangentes, integradas e contextualizadas, refletindo as necessidades e realidades locais e ao promover-se a colaboração e o envolvimento de diversos parceiros na construção e implementação das políticas educativas, consegue-se uma abordagem holística e multidimensional que vai além do ambiente escolar e se estende a uma variedade de atores e recursos da comunidade.

É neste contexto que surge o avanço da globalização com novas abordagens no âmbito da ação educativa local, combinando-a com estratégias de desenvolvimento. Estas abordagens reconhecem a interconexão entre a educação e o desenvolvimento, visando integrar a dimensão educativa em iniciativas mais amplas de crescimento e progresso social.

Assim, considerando que as orientações das políticas devem estar ancoradas nas expressões de Autonomia, Descentralização e Territorialização estas devem ser promovidas por meio do acompanhamento local do sistema

educativo, visando o desenvolvimento de dinâmicas autónomas educativas, estabelecidas nos seguintes objetivos:

Promover o processo de transição da educação para um modelo descentralizado, no qual as escolas, agrupamentos de escolas e territórios educativos possuam maior autonomia na tomada de decisões relacionadas ao currículo e gestão de recursos e estratégias pedagógicas.

Criar equipamentos educativos necessários à realidade local e dotá-los com recursos adequados, para o desenvolvimento eficaz, eficiente e inovador do modelo educativo.

Estimular a participação ativa de todos os atores envolvidos na educação, incluindo estudantes, professores, pais, comunidades locais e parceiros externos, na tomada de decisões relacionadas com a educação, promovendo uma gestão participativa e responsabilidade partilhada.

Desenvolver mecanismos de monitorização e avaliação que permitam acompanhar e avaliar o impacto das dinâmicas autónomas nas organizações educativas, identificando boas práticas, desafios e áreas de melhoria, de forma melhorar continuamente os processos educativos e garantir a qualidade da educação.

Estabelecer parcerias estratégicas entre as organizações educativas, as instituições locais e os atores da comunidade, para a integração das dimensões educativas, sociais, culturais e económicas, a fim de promover a territorialização da educação e a valorização da diversidade local.

Ao alcançar estes objetivos, pretende-se criar um ambiente propício para o desenvolvimento de projetos educativos locais contextualizados, a promoção da inclusão e equidade educacional, a valorização das identidades e culturas locais, e a formação de cidadãos autónomos, críticos e comprometidos com o nosso território e com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Enquadramento legislativo

As Cartas Educativas são um instrumento municipal de planeamento estratégico para o investimento na área da educação (racionalizar recursos, melhorar e adequar as infraestruturas às prioridades de planeamento urbano e à evolução da procura e da oferta educativa) e de aproximação aos, e de diálogo com os, sistemas educativos locais, pensando no território municipal em si e no seu desenvolvimento, mas também como parte de uma unidade territorial mais alargada.

Em termos legislativos, a Carta Educativa está atualmente enquadrada e definida nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Este diploma concretiza, em parte, a continuidade do movimento de “transferência de competências da Administração direta e indireta do Estado para o poder local democrático, operada pela Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, que “concretiza e desenvolve os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública, plasmados no nº 1 do artigo 6º da Constituição da República Portuguesa” (Prólogo: 674). Este movimento de partilha de responsabilidades entre Estado Central e comunidades locais, em particular as Autarquias, tem-se verificado no território nacional, sobretudo nas últimas décadas.

A transferência de competências da Administração direta do Estado para o poder local democrático, operada pela Lei 50/2018, de 16 de agosto, concretiza e desenvolve os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública, plasmados no nº 1 do artigo 6º da Constituição da República Portuguesa.

O exercício de competências pelas autarquias no domínio da educação é uma realidade com mais de três décadas e um dos fatores decisivos na melhoria da escola pública, nomeadamente na promoção do sucesso escolar e na subida constante da taxa de escolarização ao longo desse tempo.

O Município de Sousel vem exercendo as competências em matéria da educação desde 2015, através de celebração de acordo interadministrativo de delegação de competências -- *celebrado entre o Ministério da Educação e Ciência, a Presidência do Conselho de Ministros e o Município de Sousel – Contrato n.º 561/2015, publicado em 28 de julho de 2015, na II série do Diário da República n.º. 145* – situação que lhe aporta uma maior maturidade relativamente à capacidade de comunicação necessária entre o Agrupamento de Escolas e os serviços da Câmara Municipal.

O novo quadro de competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais em matéria de educação concretiza um modelo de administração e gestão do sistema educativo que respeita a integridade do serviço público de educação, a equidade territorial e a solidariedade intermunicipal e inter-regional no planeamento das ofertas educativas e formativas e na afetação dos recursos públicos no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, bem como a tomada de decisão lógica de proximidade.

Com o propósito de melhoria dos serviços prestados, bem como na lógica de concretização dos princípios da subsidiariedade e da descentralização da Administração Pública, elementos essenciais à prestação de um eficiente serviço de proximidade, entendeu o Município de Sousel aceitar as transferências de competências no domínio da Educação já partir do ano de 2019.

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, estabelece que, salvo indicação em contrário, todas as competências previstas neste diploma são exercidas pela câmara municipal, com faculdade de delegação no diretor do agrupamento de escolas.

Tendo por base o princípio da subsidiariedade, bem como da otimização de recursos, a Câmara Municipal de Sousel delegou no Diretor do Agrupamento de Escolas competências de gestão prevista no capítulo IV do citado diploma.

No entanto, o sistema educativo português mantém como característica o centralismo do modelo de governação. No entanto, o aumento das competências transferidas para a alçada dos Municípios transformou a essência da Carta Educativa. De um “instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada Município (n.º 1, art.º 10º do Decreto-Lei n.º 7/2013, de 15 de janeiro)”, ou seja, documento focado na prospeção das necessidades da rede escolar face às projeções demográficas, passa a um documento de planeamento estratégico municipal para a promoção da igualdade de oportunidades educativas e a coesão social nos diferentes territórios. No atual diploma, o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, surgem expressos como principais objetivos os que em baixo citamos:

“1 — A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente; 2 — A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação; 3 — A carta educativa deve promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis; 4 — A carta educativa deve incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos; 5 — A carta

educativa deve garantir a coerência da rede educativa” com a política territorial do Município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas. (art.º 6, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).

A elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal e deve conter, pelo menos, a caracterização da rede escolar (edificado e equipamentos), o diagnóstico concelhio, projeções de desenvolvimento demográfico e socioeconómico e uma proposta de intervenção ao nível da rede pública. Após a sua elaboração, a Carta Educativa deve ser discutida com o Conselho Municipal de Educação, submetida ao “departamento governamental com competência na matéria, que, no prazo de 30 dias, se pronuncia sobre eventuais desconformidades da carta com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos estatuidos no presente decreto-lei, nomeadamente o disposto no artigo 8º, ou com outros instrumentos aplicáveis à elaboração da carta” (n.º 4, art.º 14 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro) e aprovada pela Assembleia Municipal. A Carta Educativa deve ser revista em caso de criação ou encerramento de estabelecimentos escolares (do Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário), de desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa e, de forma obrigatória, de dez em dez anos.

Naturalmente, a Carta Educativa deve respeitar os princípios e objetivos estabelecidos pela Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pela primeira vez pela Lei n.º 115/97, de 19 de setembro, pela segunda vez pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, que republica o diploma) e pela Lei nº 85/2009, de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 65/2015, de 3 de julho, que, em complemento à LBSE, estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade.

As áreas e ações estratégicas que fiquem inscritas na presente Carta Educativa devem também considerar outros dois documentos estratégicos. Um deles, o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar elaborado no quadro das orientações de política educativa definidas no Programa do XXI Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano 2016-2019 e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março, assenta sobre três princípios fundamentais: i) os planos estratégicos devem ser elaborados por quem melhor conhece os contextos, limitações e potencialidades dos territórios, ou seja, pelas comunidades locais; ii) a comunidade local, em particular as escolas, desempenha um papel fundamental na promoção do sucesso e da aprendizagem, apesar de todos os fatores, conhecidos e desconhecidos, que os condicionem/potenciem; iii) a missão da escola pública passa por garantir que todos os alunos concluem a aprendizagem de saberes, competências, atitudes e comportamentos necessários para a concretização de projetos de vida bem sucedidos. Outro documento é a Agenda 2030 das Nações Unidas, que apresenta uma lista de 17 objetivos de desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável definidos como uma visão comum para a Humanidade e que encerra “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”, que devem ser promovidas e trabalhadas junto das novas gerações.

O processo de revisão das Cartas Educativas transformou-as numa ferramenta ao serviço de projetos educativos de âmbito concelhio e com carácter estratégico, tendo também como objetivos o combate ao insucesso escolar e a conclusão da etapa do ensino secundário pelos alunos. Esta mudança de contexto, bem como os objetivos da Câmara Municipal de Sousel, obrigam a que os exercícios de revisão da Carta Educativa, sem dispensar os procedimentos técnicos tradicionais de análise das necessidades resultantes do ajustamento da oferta de equipamentos à procura por parte da comunidade, coloca também um enfoque no envolvimento dos diversos agentes pertinentes e na construção de uma visão partilhada e prospetiva do que deverá ser a rede de escolas e equipamentos escolares, a rede educativa e formativa e uma estratégia para a promoção do sucesso educativo em articulação com projetos focados no desenvolvimento social e económico do território.

Enquadramento teórico

Na elaboração deste documento optou-se pela abordagem do Planeamento Estratégico, na qual se considera que planear é pensar numa realidade desejada e conceber um plano para a atingir, ou seja, é “operar com base na mobilização de conhecimento para identificar as acções necessárias à projecção estruturada e organizada de uma mudança face a uma situação diagnosticada que se pretende alterar dentro de um prazo definido e mobilizando um conjunto determinado de recursos.” (Capucha, 2008: 7)¹.

O conceito “estratégico” surgiu no mundo empresarial associado à necessidade de analisar o ambiente e o contexto de uma empresa como forma de projetar o seu futuro, através da reorganização dos seus recursos e tendo em conta o seu meio envolvente (Costa [1997], 2003)². A definição de uma estratégia pressupõe, por isso, um compromisso com um futuro desejado, o que pressupõe o envolvimento dos vários interessados e, em simultâneo, identifica o que fazer para o atingir (idem), enquanto o “planeamento” clarifica quanto ao como fazer (Estêvão, 1998)³. Posiciona-se, então, como um instrumento de gestão que pode ser utilizado para que a organização possa aproveitar as suas oportunidades e reduzir os seus riscos, adequando-se às constantes transformações que ocorrem no cenário local, regional, nacional e mundial.

A gestão estratégica é um modelo cíclico e evolutivo (Caldeira, 2009)⁴ pois percorre cinco fases. A primeira é o estudo ou o diagnóstico da realidade presente da organização. A segunda é o plano de ação em que se define a identidade, ou as linhas orientadoras da ação, e os objetivos a atingir em função do futuro desejado. A esta, segue-se a fase da implementação do plano que deve ser sempre acompanhada de uma quarta fase, a do acompanhamento, de forma a aferir se as metas delineadas para atingir os objetivos definidos estão a ser cumpridas, e para fazer os necessários reajustamentos à ação; e que se pode traduzir na realização de várias fases de monitorização ao longo da implementação. Por último, a fase da prestação de contas que pode acontecer após cada monitorização e que também deve ser realizada terminado o período de vigência do plano de ação.

O planeamento estratégico depressa extrapolou o mundo das empresas, porque a metodologia de trabalho e as vantagens que proporciona torna-o adaptável ao processo de gestão de qualquer organização, projeto, plano, programa, serviço, etc., que se pretenda implementar, avaliar e melhorar (Vasconcelos e Machado, 1979)⁵, envolvendo os diversos atores nos processos. Pela sua natureza e procedimentos é perfeitamente adequável à elaboração de documentos municipais e intermunicipais de planeamento estratégico.

Um plano é igualmente um documento que pressupõe um projeto de mudança negociado e acordado entre os vários agentes, através do qual se produz conhecimento sobre a realidade de partida, sobre as diversas perceções dos vários atores sobre a sua realidade, considerando pontos fortes e pontos fracos, e sobre as necessidades de intervenção, e ainda sobre possíveis percursos de mudança mais eficazes, eficientes e flexíveis de forma a promover a mudança desejada da melhor forma.

¹ Capucha, L. (2008). *Planeamento e Avaliação de Projectos – Guião prático*. Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Lisboa.

² Costa, J.A. ([1997] 2003). *O Projecto educativo da escola e as políticas educativas locais – Discursos e práticas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

³ Estêvão, C.V. (1998). *Gestão Estratégica nas Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Inovação Educacional.

⁴ Caldeira, J. (2009). *Monitorização da Performance Organizacional*. Lisboa: Almedina.

⁵ Vasconcelos, S. F. e Machado, A. M. V. (1979). *Planejamento estratégico: formulação, implementação e controle*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

A chamada para a participação dos diversos atores num processo de mudança, desde a primeira etapa, permite recolher os diversos pontos de vista, incentivar o debate e a reflexão sobre várias questões, identificar pontos comuns e, muito importante, contribui, dessa forma, para a existência de um propósito comum e para a sensação de inclusão num processo que lhes diz diretamente respeito. Assim como potencia uma melhor participação de todos os atores pertinentes nos processos de mudança efetivos previstos no documento estratégico, uma melhor gestão de recursos e um acompanhamento das ações mais eficaz de forma a alterar os procedimentos quando necessário. O incentivo à participação dos atores é essencial uma vez que a “racionalidade que o planeamento introduz reclama uma atitude crítica e reflexiva que ajude a encontrar em cada momento a decisão mais acertada e concertada” (Capucha, 2008: 15).

Enquadramento metodológico

A opção de estruturar o estudo a partir do conceito de planeamento estratégico participado significa que o mesmo foi dividido em duas fases principais. A primeira dedicada à produção de conhecimento o mais atualizado possível sobre a região do Alto Alentejo e sobre os Municípios que a integram, com a redação dos dois estudos de diagnóstico, da responsabilidade do Consórcio Iscte/IPP/CEDRU; conhecimento que foi depois adaptado ao concelho de Sousel tal como se expõe ao longo do Capítulo 2 da Carta Educativa. Uma segunda fase foi dedicada à redação da Carta Educativa, com o devido envolvimento direto das entidades promotoras dos diversos documentos e com a participação de vários atores locais em momentos de auscultação que concretizam a aproximação das decisões aos cidadãos, veiculada no Art.º 112, Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, e a própria metodologia do planeamento estratégico participado exposta no enquadramento teórico.

A produção de conhecimento sobre a história, o território, a demografia, a caracterização socioeconómica, estabelecimentos, ofertas e população escolar, desempenho escolar, dos projetos estruturantes e das dinâmicas dos empregadores e comunidade na área da educação do concelho de Sousel resultou de um desenho de pesquisa transversal (em que a recolha de informação acontece uma única vez por cada tipo de dados) e comparativa (entre concelhos e entre estes e a região e o cenário nacional, sempre que possível e ou pertinente) e, ainda, de uma estratégia metodológica “multimétodo”, que mobilizou a recolha de informação em várias fontes e com recurso a técnicas qualitativas e quantitativas. A triangulação dos dados obtidos e sistematizados através de diferentes técnicas de recolha e de análise de informação, num processo de metodologia mista é, na nossa ótica, uma forma de minimizar a sempre existente subjetividade decorrente da maior proximidade que se cria entre investigadores e objeto de estudo ao longo do processo de trabalho de campo (Godoy, 2005)⁶; e de aumentar a coerência, a clarificação e a ilustração de resultados (Greene, Caracelli e Graham, 1989)⁷.

O plano de trabalho incluiu as seguintes técnicas de recolha e de análise de informação.

1. Recolha e análise documental junto da Câmara Municipal de Sousel, do Agrupamento de Escolas de Sousel, da Santa Casa da Misericórdia de Sousel e de outras entidades locais, para a caracterização do território, da população, das redes pública e privada de escolas, da rede de oferta educativa e formativa, para a caracterização da população e do desempenho escolar da rede pública e identificação dos projetos estruturantes e das dinâmicas locais de educação;

⁶ Godoy, A. (1995), “Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais”, *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), p. 20-29.

⁷ Greene, J. C., Caracelli, V. J. e Graham, W. F. (1989), “Toward a Conceptual Framework for Mixed-method Evaluation Designs”, *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 11(3), p. 255–274.

2. Recolha e análise de dados estatísticos em bases de dados nacionais para uma caracterização do território, demográfica e socioeconómica da população do concelho no diagnóstico geral;

3. Recolha e análise de dados qualitativos e quantitativos junto do Agrupamento de Escolas de Sousel e da Santa Casa da Misericórdia de Sousel sobre o edificado, infraestruturas e equipamentos, a população escolar, desempenho escolar e atividades, através da utilização de uma ficha de caracterização construída para o efeito;

4. Auscultação dos agentes locais para uma sistematização das representações sobre as potencialidades e fragilidades e as prioridades educativas e formativas do concelho através da:

a. Recolha e análise de dados rigorosa através de um questionário aplicado a uma amostra representativa de 45 respostas do universo de 74 educadores e docentes da rede pública de Sousel (taxa de 60,8%);

b. Aplicação e análise de duas entrevistas individuais semi-dirigidas: i) ao responsável pelo pelouro da Educação na Câmara Municipal de Sousel (dia 11 de outubro de 2022); ao Diretor do Agrupamento de Escolas de Sousel (dia 25 de julho de 2022).

c. Aplicação e análise de uma entrevista de grupo semi-dirigida, realizada no dia 25 de outubro de 2022, para a qual foram convidados diversos atores locais como, por exemplo, representantes de alunos, de pais e encarregados de educação, de assistentes operacionais/administrativos das escolas, e da comunidade, com uma taxa de participação de 57,1%, que se considera uma taxa de adesão satisfatória.

5. Auscultação dos agentes locais sobre os resultados dos estudos de diagnóstico e sobre as propostas de objetivos estratégicos a inserir nos documentos (Carta Educativa e PEDIEAA) através da realização de um workshop, realizado no dia 14 de julho de 2023.

Para saber mais pormenores sobre a estratégia metodológica seguida pelo Consórcio Iscte/IPP/CEDRU na produção de conhecimento sobre o Alto Alentejo no geral, e o concelho de Sousel, em particular, consulte-se os dois estudos de diagnóstico – Geral e Educativo – entregues junto da CIMAA.

Capítulo 2 : Diagnóstico

Neste capítulo apresenta-se o concelho no momento do diagnóstico que antecedeu a implementação da Carta Educativa de Sousel. Inclui a avaliação da Carta Educativa anterior, a apresentação do concelho de Sousel considerando a sua história, o seu território e o seu sistema de transportes, a análise das dinâmicas demográficas e socioeconómicas e uma análise profunda da rede educativa pública e privada do concelho: identificação e descrição dos estabelecimentos escolares, da população escolar, do desempenho escolar, dos projetos educativos estruturantes e das dinâmicas dos empregadores e da comunidade na área da educação.

Carta Educativa de 1ª geração: uma avaliação

A Carta Educativa em vigor (outubro 2006) é um documento dinâmico que subentende uma reconfiguração da rede educativa, projetada num determinado horizonte temporal, como extensão de uma política educativa destinada a ser permanentemente avaliada e atualizada nos planos normativos e na gestão administrativa e operacional.

Tem como objetivo, delinear os contornos da rede educativa, bem como adequar a oferta à procura. Mas os principais objetivos deste documento passam por promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas e garantir a coerência da rede escolar com a política urbana do Município.

Este documento, indissociável das propostas do Plano Diretor Municipal, é um instrumento fundamental de planeamento que permita aos responsáveis desenvolver uma atuação estratégica no sentido de:

- Contribuir para o reordenamento e conceção da rede escolar, de acordo com a evolução da política educativa e as oscilações da procura da educação, tendo presentes as necessidades, distribuições espaciais das populações e rentabilizando o parque escolar existente;
- Orientar a expansão do Sistema Educativo no município, com base no desenvolvimento económico e sociocultural;
- Apoiar a tomada de decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao eventual encerramento de escolas e adaptação do parque escolar educativo otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva expansão;
- Servir de quadro à fixação de prioridades;
- Racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos consagrados à educação;
- Evitar ruturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;
- Discernir, a realidade dos Territórios Educativos que corresponde à hierarquização da rede escolar no sentido de fomentar a ligação (institucional e pedagógica) entre escolas de vários níveis de ensino que estejam em proximidade geográfica.

Sendo assim, é neste documento que se define a localização, função e capacidade dos equipamentos que, no horizonte fixado, irão ser necessários ao Município, bem como a sua forma de financiamento. A Carta Educativa constitui-se como uma base capaz de suportar um processo gradual de descentralização, tendo em vista uma rede escolar ajustada ao nível da distribuição espacial das instalações, da qualidade dos equipamentos, do número equilibrado de alunos, no seu total e por turma, favorecendo, assim, o êxito escolar.

A rede educativa do município, enquanto motor do seu sistema educativo, é entendida pela conjugação dos diferentes níveis de ensino que a compõem (desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário Profissional) com o espaço em que se inserem.

Para tal, as conectividades territoriais (cujas acessibilidades assumem particular destaque) e o grau de articulação espacial e organizacional com os municípios vizinhos tornam-se cruciais para obter os patamares estabelecidos. Durante os últimos anos letivos, o território educativo do município tem sofrido grandes alterações devido a mudanças na procura. A redução que se verificou na procura de equipamentos escolares levou ao encerramento ou concentração de diversos ciclos de ensino no mesmo estabelecimento. Desde o ano letivo 2001/02 até à atualidade encerraram dois estabelecimentos de ensino no município de Sousel: a EB de Vale do Freixo (final de 2001/02) e a EB de Almadafe (final de 2002/03). Outra situação que se verificou foi a concentração de diversos ciclos de ensino no mesmo estabelecimento, o que ocorreu em três casos constituindo-se a EB de Sousel, EB de Casa Branca (ambas em 2001/02) e a EB de Cano (em 2002/03).

Desta concentração de ciclos de ensino no mesmo estabelecimento, com o objetivo de aproveitar melhor os recursos disponíveis, resultou o encerramento dos estabelecimentos de onde foram transferidas as crianças/alunos

Após estes encerramentos, existem, em funcionamento, 5 estabelecimentos de ensino que asseguram aos residentes no município a conclusão da escolaridade obrigatória (no caso do ensino secundário profissional) e a frequência da educação pré-escolar.

A Escola Básica e Secundária Padre Joaquim Maria Fernandes, a escola sede do único agrupamento de escolas existente no município, sediada no Centro Escolar de Sousel, inaugurado em julho de 2015, é o único estabelecimento que assegura o ensino desde o pré-escolar ao ensino secundário profissional.

A restante rede educativa do município é constituída por 4 estabelecimentos do 1º ciclo dos quais 3 que funcionam como EB1 e 1 que leciona apenas o 1º ciclo (EB de Santo Amaro que funciona em regime de autorização excecional desde o ano letivo 2016/2017). Relativamente ao ensino pré-escolar, além das EB com Jardim de Infância existe ainda o JI público (JI de Santo Amaro) que funciona presentemente nas instalações da EB de Santo Amaro (na Carta Educativa em vigor, identifica o Jardim de Infância a funcionar noutra edifício que não o atual) e um JI particular (JI da Santa Casa da Misericórdia).

No município de Sousel não existe nenhum estabelecimento de ensino que assegure aos munícipes a frequência do ensino geral do ensino secundário, existindo por isso a necessidade de deslocação para os municípios vizinhos, nomeadamente, a Estremoz para a Escola Secundária Rainha Santa Isabel.

Atualmente o território educativo do Município de Sousel é constituído, por um Agrupamento de Escolas e inclui 5 estabelecimentos que asseguram a frequência da desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário profissional. Destes estabelecimentos, 4 pertencem à rede pública e 1, o JI da Santa Casa da Misericórdia, integra-se na rede particular e cooperativa.

A análise à Carta Educativa em vigor (outubro 2006) confirma a desajustada conformidade da rede educativa do concelho.

No âmbito do processo de monitorização da Carta Educativa, conclui-se assim que as ações e intervenções a promover e privilegiar deverão colocar a tónica na adequação da rede educativa à realidade presente (Centro Escolar de Sousel, inaugurado em junho de 2015) visando uma preocupação com a qualidade das instalações, segurança nos espaços e nas atividades e na gestão racional dos recursos humanos e financeiros colocados à

disposição. Esta carta assume um compromisso com as prioridades definidas para a estratégia de educação e formação da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

O concelho de Sousel

História

A vila de Sousel e o seu nome foi uma comenda da ordem de Avis e diz-se que os primeiros povoadores de Sousel rondam o século XIII, e eram principalmente nobres graças a doações reais de grandes propriedades. A simples ocupação do território após a reconquista cristã da ocupação moura foi motivo suficiente para muitas doações régias a fidalgos, nobres, ordens religiosas e militares. Pelos bons serviços prestados à nação, D. Nuno recebeu diversos privilégios, entre as quais a Vila de Sousel, em 1408.

A Casa de Bragança passou a ser proprietária da Vila de Sousel em 1422, graças a uma doação feita por D. Nuno e confirmada pelo rei D. Duarte em 1430, onde cedeu os direitos sobre a Vila de Sousel ao Duque D. Fernando I. Com a reforma do Foral levada a cabo por D. Manuel I, sabe-se que Sousel teve foral publicado em 1515. Nesta época, Sousel destaca-se pela produção de pão, azeite e frutas, assim como pela prática de caça e criação de gado.

O concelho de Sousel foi extinto duas vezes: primeiro pela Grande Reforma Administrativa Municipal de 1855, passando a integrar a Comarca e o concelho de Fronteira, e mais tarde pela reforma administrativa de 1895, que desta vez veio a determinar a anexação ao concelho de Estremoz, só vindo a ser definitivamente restaurado em 1898.

A vila de Sousel foi profundamente marcada pelo pensamento republicano e sofreu com alguns dos excessos ocorridos nos primeiros anos da república. A estreita ligação entre o pensamento republicano e a educação fez da reconstrução da rede escolar uma das principais bandeiras das primeiras gestões municipais após a revolução republicana de 5 de outubro. Outra característica da ação municipal nos primeiros anos da república foi a melhoria dos serviços públicos e a ostentação dos seus símbolos: em 1912, por exemplo, foi reconstruído em grande parte o edifício dos Paços do Concelho, que recuperou a sua forma original. Os primeiros anos da república são também marcados pela necessidade de construção de novos espaços urbanos em Sousel, uma vez que o aumento do número de habitantes no início do século XX foi comum a todas as freguesias do concelho. A partir dos anos 20 do século XX, a melhoria do concelho manifestou-se sobretudo pela melhoria das vias de comunicação: para além do investimento constante em vias locais e urbanas, em 1925 foi inaugurada a estação ferroviária de Sousel.

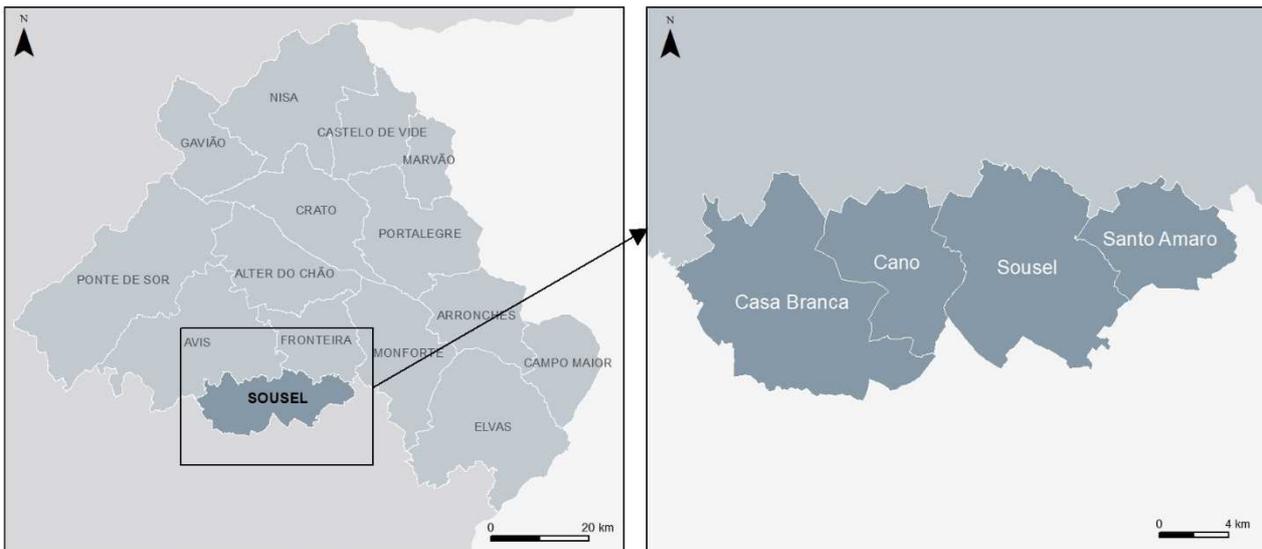
Nesta época, a vida económica da vila de Sousel era marcada por uma notável produção agrícola, uma indústria da moagem do trigo e a produção de azeite e cal para a construção. O concelho de Sousel era considerado na altura um dos melhores polos oleícolas do país, concorrendo com os melhores do mundo.

Inserção territorial

O concelho de Sousel encontra-se inserido coração na sub-região do Alto Alentejo, a NUTS III mais a norte do Alentejo (NUTS II) e cuja área coincide com o distrito de Portalegre. Relativamente aos seus limites administrativos, faz fronteira, a oeste, com Mora, a sudoeste, com Arraiolos, a sul e este, com Estremoz e, a norte, com Fronteira e Avis.

O concelho encontra-se subdividido em quatro freguesias: Casa Banca, Cano, Sousel e Santo Amaro.

Figura 2.1: Inserção territorial do concelho



Fonte: construção própria.

A sua posição de fronteira entre o Alentejo Central e o Alto Alentejo pode vir a traduzir-se num forte potencial para criação de sinergias entre os vários concelhos destas sub-regiões. É neste contexto que o PROT Alentejo identifica como uma das suas normas específicas, o fortalecimento e qualificação do eixo urbano dos mármorez (Estremoz-Borba-Vila Viçosa, Alandroal e Sousel).

Segundo o PROT Alentejo, Sousel constitui um dos Centros Urbanos Complementares (CUC) do Alentejo. Os CUC caracterizam-se por sedes de concelho, fundamentais para a sustentação dos territórios de menores densidades, com um papel de relevo na relação urbano-rural. Estes CUC devem beneficiar de um conjunto mínimo de serviços, como comércio, saúde, educação e apoio social, indispensáveis ao seu papel de suporte à coesão territorial. As missões dos centros urbanos complementares são:

- afirmar-se enquanto nós de estruturação local e de articulação com o sistema urbano regional;
- assegurar que constituem nós fundamentais de sustentação sócio rural para os territórios de baixa densidade;
- afirmar-se enquanto espaços de cidadania, de valorização de recursos e de quadros de vida significativos para o desenvolvimento local.

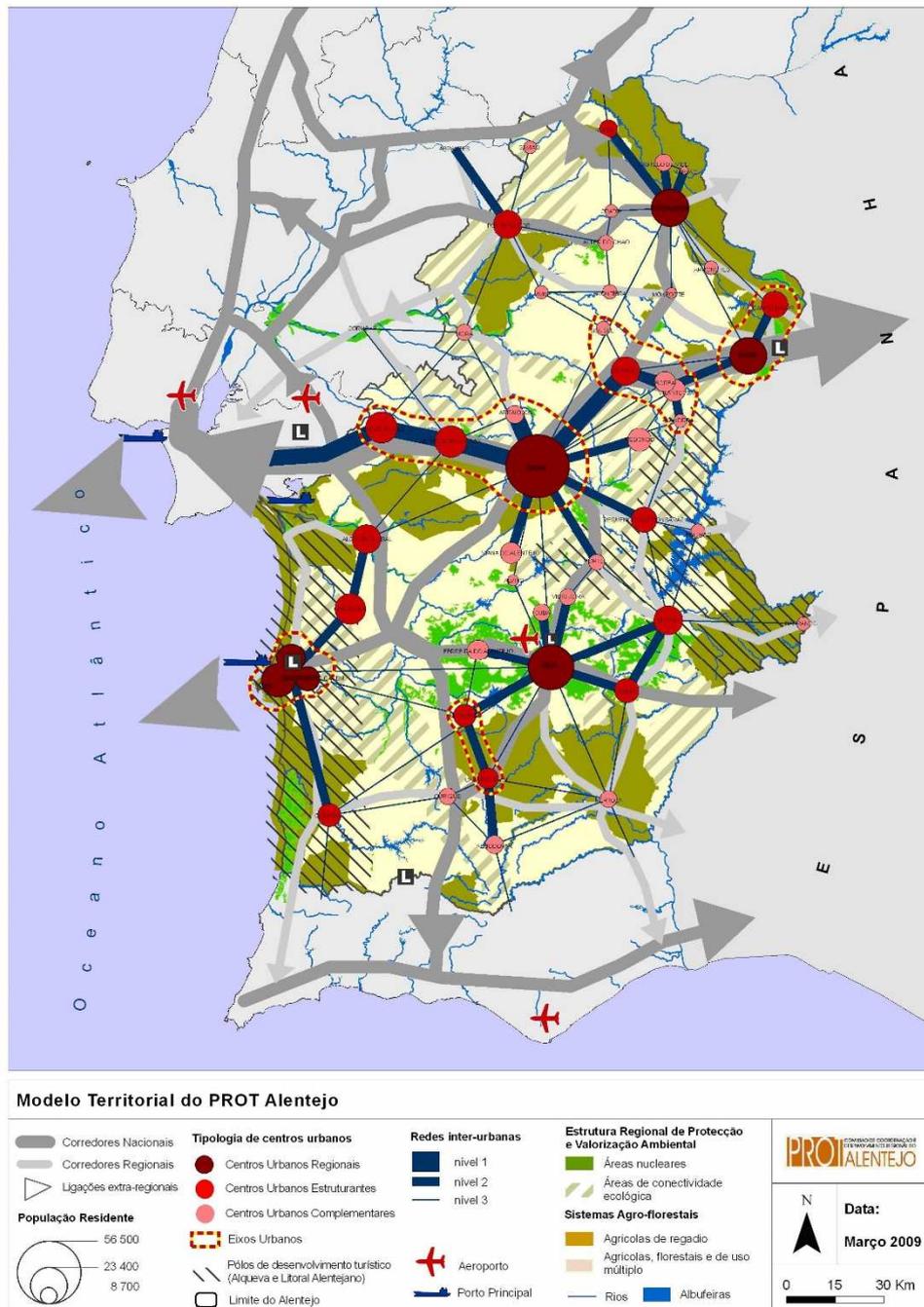
O PDM foi inicialmente ratificado em 1999, através de Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/99. Ao longo do seu período de vigência, foi alvo de quatro alterações (em 2004, 2011, 2015 e 2019) e de quatro correções (três em 2011 e uma em 2014), deliberando-se o seu procedimento de revisão no ano de 2021, através da publicação do Aviso n.º 3030/2021. O prazo estabelecido para a conclusão deste procedimento foi de 2 anos. Com a revisão do PDM, pretende-se *“adequar os seus objetivos estratégicos e o respetivo modelo territorial à evolução e aos desafios colocados ao Município pelas novas necessidades de desenvolvimento social, económico, cultural, urbanístico e ambiental, bem como adequá-lo ao enquadramento legal em vigor, nomeadamente, no que concerne às regras relativas à classificação do solo.”*

Não obstante, constituem objetivos do PDM de Sousel atualmente em vigor:

1. “Concretizar uma política de ordenamento do território que garanta as condições para um desenvolvimento socioeconómico equilibrado;

2. A definição dos princípios e regras de uso, ocupação e transformação do solo que consagram uma utilização racional do espaço;
3. A promoção de uma gestão criteriosa dos recursos naturais que assente na salvaguarda dos seus valores e melhoria da qualidade de vida das populações;
4. A compatibilização das diversas intervenções sectoriais;
5. A definição de indicadores para outros níveis de planeamento de carácter municipal;
6. Servir de enquadramento à elaboração de planos de atividades do município.”

Figura 2.2: Modelo Territorial do PRTO Alentejo, 2010



Fonte: CCDR Alentejo.

Relativamente à programação e execução do PDM, foram estabelecidas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), que delineiam áreas de intervenção com uma planeada coerência, que devem ser desenvolvidas com um nível de planeamento mais detalhado, com vista à sua execução, nomeadamente, através da elaboração de planos de urbanização ou de planos de pormenor. No PDM de Sousel foram estabelecidas as seguintes UOPG:

1 — Sousel:

- a) Plano de Urbanização de Sousel;
- b) Plano de Pormenor da Tapada da Portagem, em Sousel;
- c) Plano de Pormenor do Núcleo do Antigo Castelo/Largo da Senhora da Orada/Avenida de 25 de Abril, em Sousel;
- d) Plano de Pormenor da Área das Hortas Periféricas, a Norte, em Sousel.

2 — Cano:

- a) Plano de Urbanização de Cano;
- b) Plano de Pormenor do Núcleo Central e Rossio de Cano.

3 — Casa Branca:

- a) Plano de Urbanização de Casa Branca;
- b) Plano de Pormenor do Espaço Industrial (Armazéns e Oficinas) e Área Urbana Contígua não consolidada, em Casa Branca.

4 — Santo Amaro:

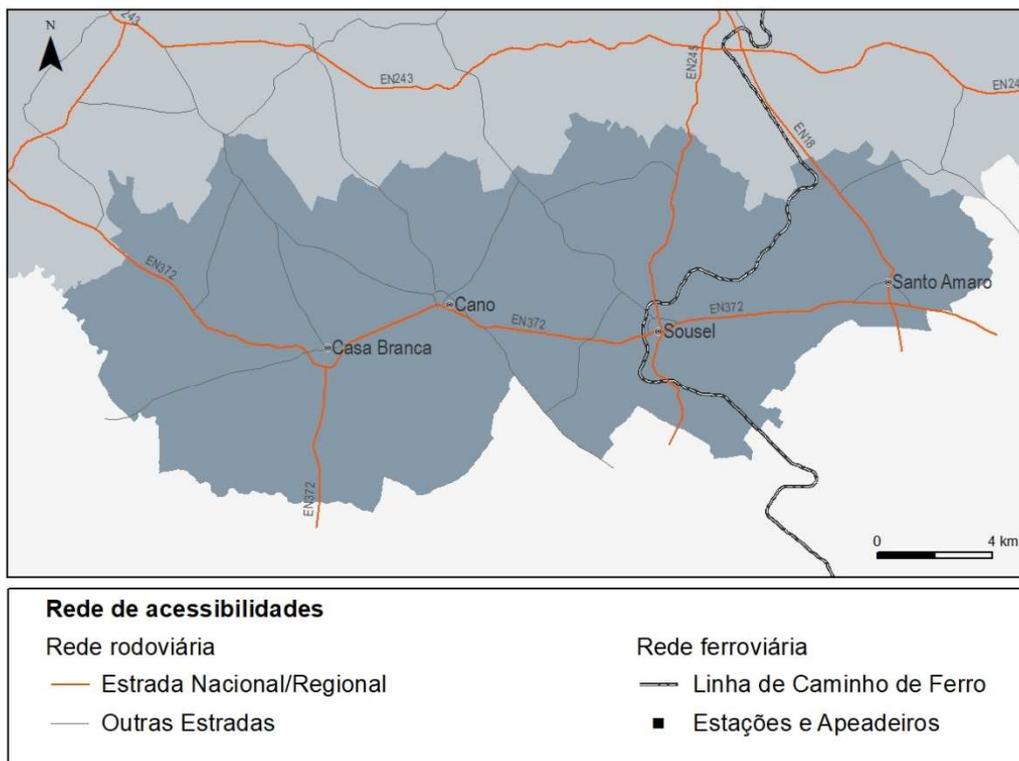
- a) Plano de Urbanização de Santo Amaro;
- b) Plano de Pormenor da Área Urbana da Ribeira de Lupe, em Santo Amaro;
- c) Plano de Pormenor da Pandina 2, em Santo Amaro.

Relativamente às acessibilidades, não é atravessado por grandes infraestruturas rodoviárias, ainda que a sua localização seja extremamente vantajosa, dada a sua proximidade ao IP2 e ao nó de acesso à A6, situado nas imediações da cidade de Estremoz.

As deslocações intraconcelhias e interconcelhias são, portanto, realizadas essencialmente através da EN372, EN245 e das restantes estradas municipais (EM) e caminhos municipais (CM).

Quanto à rede ferroviária, era atravessado pela antiga Linha de Évora, que estabelecia uma ligação entre Évora, Estremoz e Portalegre, passando por diversos concelhos do Alto Alentejo, nomeadamente Sousel, Fonteira, Alter do Chão, Monforte e Crato. Com o fim da exploração desta linha, o concelho deixou de beneficiar de infraestruturas ferroviárias.

Figura 2.3: Principais acessibilidades do concelho, 2022



Fonte: construção própria.

Atendendo à base económica concelhia, em 2020 as atividades agroflorestais destacavam-se como as mais empregadoras do concelho, concentrando 30,4% do pessoal ao serviço. As atividades de comércio por grosso, a retalho e de reparação de veículos (20%) e as indústrias transformadoras (16,2%) seguiam-se, também como atividades importantes no tecido empresarial de Sousel. Esta distribuição do pessoal ao serviço é consonante com as médias apresentadas ao nível regional e sub-regional, sendo que apenas as atividades agroflorestais apresentam uma importância ligeiramente acima da média. Importa acrescentar, a posição de destaque do concelho no contexto da produção de vinho, que constitui um importante pilar da economia agrícola municipal.

Sistema urbano municipal

Estrutura urbana

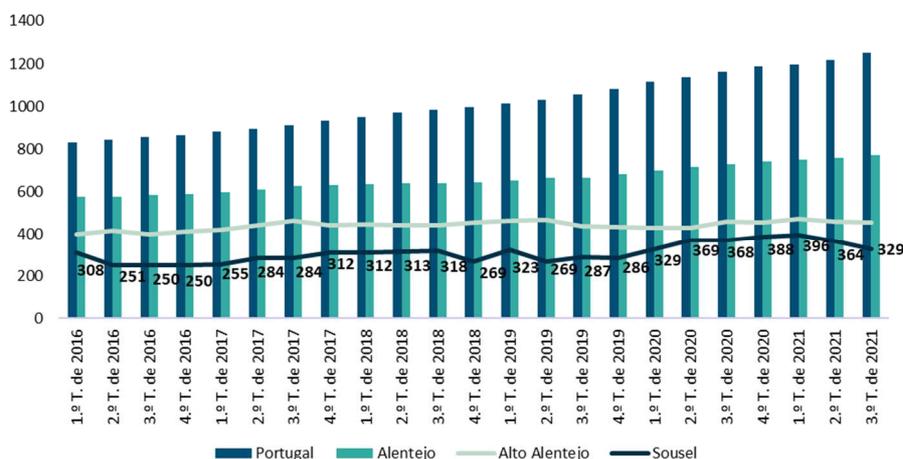
O sistema urbano de Sousel foi constituído de acordo com o nível de infraestruturação e concentração de edificação, cujo solo se destina predominantemente à construção. No documento, não foi estabelecida uma hierarquia. Não obstante, os aglomerados urbanos foram identificados e organizados da seguinte forma:

- Sousel;
- Cano;
- Casa Branca;
- Santo Amaro.

Atendendo ao número dos fogos licenciados ao longo dos últimos anos, a dinâmica construtiva tem sido reduzida desde o período marcado pela crise económica. O valor mediano das vendas tem-se mantido abaixo da média regional, tendo apresentado uma dinâmica divergente. Enquanto o preço de venda tem vindo a aumentar consistentemente no país e no Alentejo, no Município manteve-se relativamente estável, até ao 2.º trimestre de

2020, momento em que se iniciou um ligeiro aumento do preço de venda. No 3.º trimestre de 2021, o preço de venda era de 329 €/m², abaixo da média do Alto Alentejo (456 €/m²), do Alentejo (769 €/m²) e da média nacional (1.250 €/m²). Estes baixos valores encontram-se diretamente relacionados com a menor capacidade de atração do Interior, agravada pelos fenómenos de desertificação e envelhecimento populacional que se tem feito sentir no concelho.

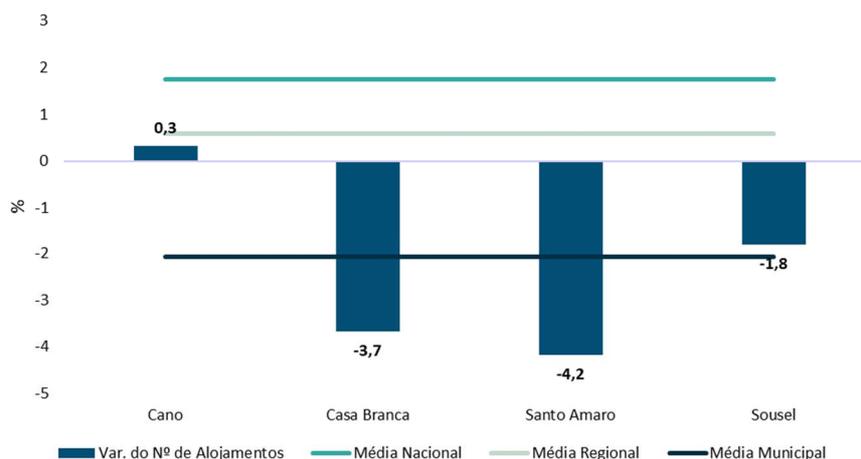
Gráfico 2.1: Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares no concelho, 2016-2021



Fonte: INE.

Sousel registou uma perda de 2,1% dos seus alojamentos, sendo que a freguesia de Santo Amaro apresentou o maior decréscimo (-4,2%). Esta situação foi transversal à maior parte das freguesias, sendo que somente Cano apresentou um crescimento de 0,3%. Esta perda deve-se às dinâmicas de envelhecimento e diminuição populacional que contribuem para o abandono dos alojamentos, que por sua vez, vão perdendo as condições de habitabilidade.

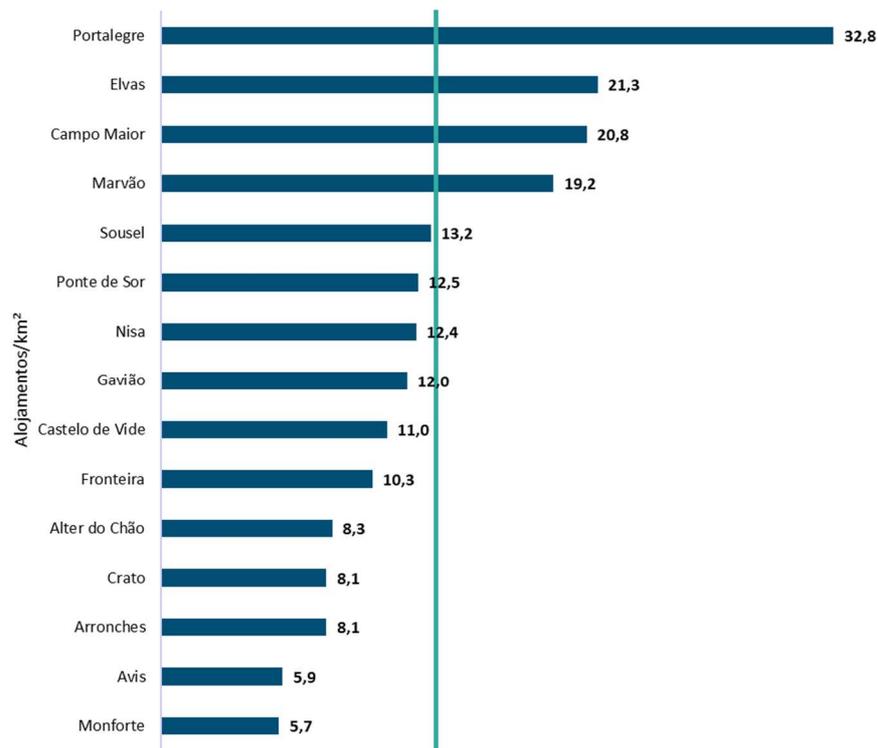
Gráfico 2.2: Variação do Nº de alojamentos no concelho, entre 2011 e 2021



Fonte: INE.

Sousel apresenta uma densidade de 13,2 alojamentos por km², a par da média do Alto Alentejo, com 13,4/km², contando com 3 679 alojamentos, 35,4% dos quais localizados na freguesia sede de concelho (Sousel), 28,6% em Casa Branca, 25,4% em Cano e 10,6% em Santo Amaro. Estes 3 679 alojamentos correspondem a 4,5% do parque habitacional do Alto Alentejo.

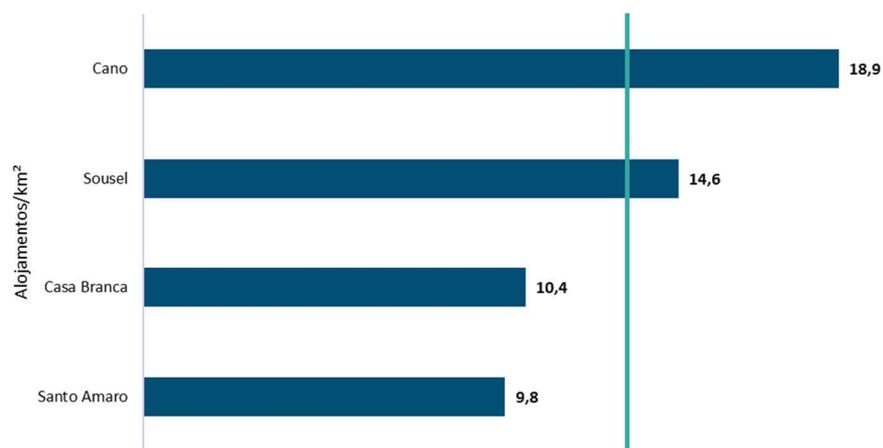
Gráfico 2.3: Densidade de alojamentos dos concelhos do Alto Alentejo



Fonte: INE.

Cano e Sousel destacam-se das restantes, com densidades de 18,9/km² e 14,6/km², respetivamente. Ainda assim, estes territórios são caracterizados por baixas densidades, inferiores à média nacional, de 64,9/km².

Gráfico 2.4: Densidade de alojamentos no concelho, 2021



Fonte: INE.

Tal como já foi mencionado, ao longo dos últimos anos, a dinâmica urbana do concelho tem sido reduzida face ao início do milénio. Desde 2014, foram licenciados 11 fogos. Entre 2002 e 2009, o número de licenciamentos foi de 119 fogos. A crise económica e a diminuição populacional estão na génese desta diminuição. As freguesias que têm vindo a apresentar a maior dinâmica urbanística são Sousel e Casa Branca que, ao longo dos últimos oito anos, foram alvo de 10 licenciamentos, 81,1% de todos os fogos licenciados no concelho durante este período.

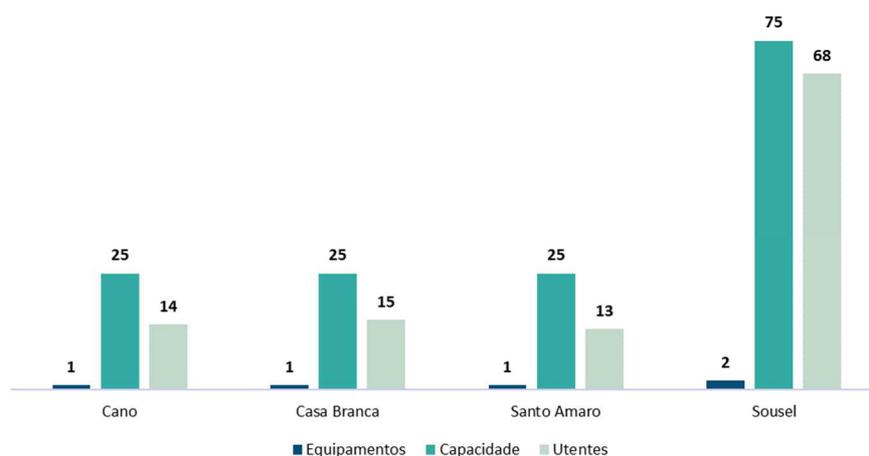
Gráfico 2.5: Fogos licenciados no concelho



Fonte: INE.

A nível da educação Pré-escolar, existem cinco equipamentos, localizados em Sousel (2), Casa Branca (1), Cano (1) e Santo Amaro (1). Estes equipamentos possuem capacidade para 150 utentes, com uma taxa de ocupação de 73,3%. Os 110 utentes dos equipamentos de Sousel representam 4,5% de todos os utentes do Alto Alentejo.

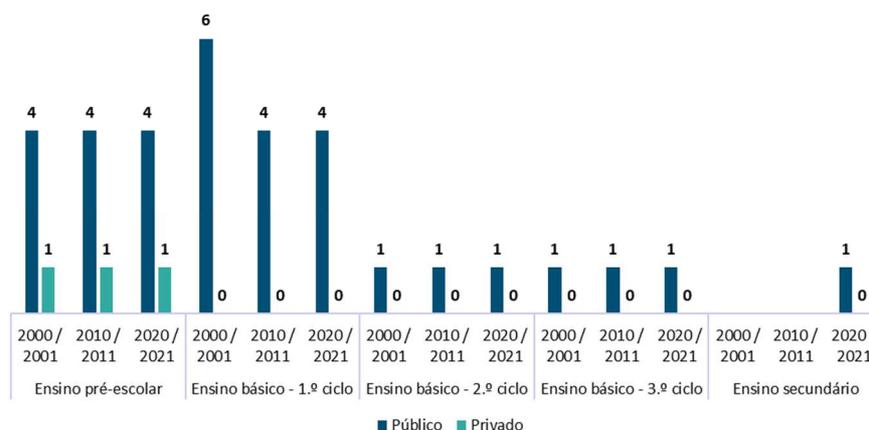
Gráfico 2.6: Capacidade dos equipamentos do Pré-escolar no concelho, 2022



Fonte: Carta Social.

O número de estabelecimentos de ensino não superior tem apresentado uma diminuição gradual ao longo dos anos, passando de 12 em 2000/2001, para seis em 2020/2021. Este fenómeno encontra-se diretamente relacionado com as tendências demográficas apresentadas ao longo deste período, que culminaram na diminuição do número de crianças, assim como a sua concentração nos maiores aglomerados urbanos. O 1.º ciclo do Ensino Básico foi o único nível de ensino que apresentou uma perda de equipamentos, passando de seis, no início do século, para quatro, no ano letivo de 2020/2021.

Gráfico 2.7: Nº de equipamentos escolares do ensino não superior no concelho



Fonte: INE.

À data dos censos de 2021, os idosos assumiam uma importância de 33,1% da população total no concelho, existindo cinco Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), com uma capacidade de 173 utentes e uma ocupação de 98,8%. Importa ainda destacar que todas as freguesias têm, pelo menos, um destes equipamentos. Estas 173 vagas correspondem a 4,6% da oferta total do Alto Alentejo.

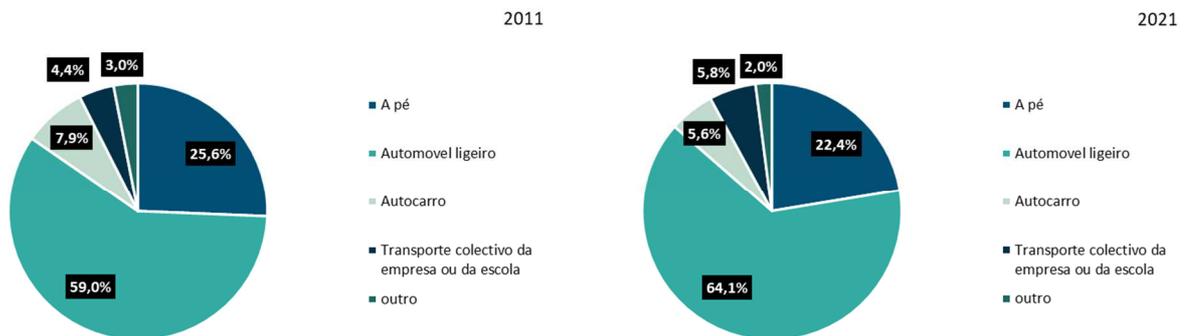
Mobilidade e Transportes

Segundo o PROT Alentejo, uma das Opções Estratégicas de Base Territorial estabelecidas para o Eixo estratégico IV (Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural) passa por “*articular as redes de acessibilidades e organizar os sistemas de transporte em torno de uma mobilidade sustentável, de forma a consolidar o sistema urbano policêntrico e a promover a equidade territorial*”. Assim, a mobilidade assume um papel estruturante não só na base económica da região, mas transforma-se também numa condição para reverter as assimetrias socioeconómicas, cada vez mais visíveis.

Com base nos movimentos pendulares à data dos censos de 2021, um total de 1 969 munícipes encontravam-se a trabalhar ou a estudar, 71,4% dos quais em Sousel, valores abaixo da média do Alentejo (75,1%) e acima da média do país (66,2%). Relativamente ao número de residentes que trabalhavam ou estudavam fora do concelho, totalizavam 560. Face aos 454 residentes de outros concelhos, que estudavam ou trabalhavam em Sousel, é possível concluir que, em 2021, Sousel apresentava um saldo negativo relativamente aos movimentos pendulares. Assim, face a este cenário, embora as deslocações intraconcelhias constituíssem a maioria dos movimentos pendulares, as deslocações interconcelhias também representavam uma parte importante das deslocações. De um modo geral, os concelhos que recebiam mais residentes de Sousel eram Estremoz (190), Elvas (61), Portalegre (60) e Avis (45).

A evolução da repartição modal dos movimentos pendulares entre 2011 e 2021 dava conta de um reforço da importância do automóvel ligeiro em detrimento dos restantes, passando do modo de eleição de 59%, em 2011, para 64,1% das deslocações, em 2021. Estes dados manifestavam dinâmicas de mobilidade semelhantes à média do Alto Alentejo, uma vez que ao nível sub-regional, o automóvel ligeiro era o modo de deslocação utilizado por cerca de 66,6% dos residentes para os seus movimentos pendulares e as deslocações a pé atingiam os 23,4%.

Gráfico 2.8: Modalidade de transporte utilizada pela população residente nos movimentos pendulares, no concelho, em 2011 e 2021 (%)



Fonte: INE.

Estes dados revelam alguma dependência do transporte individual e das deslocações a pé, o que é expectável tendo em conta que 70,3% dos movimentos pendulares tinham uma duração máxima de 15 minutos, e 22,2% entre os 15 e os 30 minutos. Uma vez que 92,6% da população residente realizava movimentos pendulares curtos, o automóvel ligeiro e as deslocações a pé constituíam os modos de deslocação mais confortáveis e/ou vantajosos, dada a sua flexibilidade.

Relativamente aos transportes públicos, Sousel beneficia do serviço de transportes públicos do Alto Alentejo. Os munícipes beneficiam ainda do projeto “Autocarro Mão Amiga” que garante deslocações à população que não reúne condições próprias de mobilidade, entre as várias freguesias e a sede de concelho. Estes autocarros só se encontram disponíveis às segundas-feiras e, para seu usufruto, os munícipes devem solicitar este serviço atempadamente.

Dinâmicas sociais

Dinâmica populacional

A secção seguinte tem por objetivo caracterizar o volume e a estrutura demográfica da população do concelho e as respetivas evoluções. A análise incidiu no concelho, mas também nas regiões do Alto Alentejo, do Alentejo e no cenário nacional e, quando necessário, nos quinze concelhos do Alto Alentejo, atendendo às especificidades locais e à profundidade de análise que se pretende considerar.

As fontes de informação consultadas para a análise foram os Recenseamentos Gerais da População e da Habitação (censos) de 1991, 2001, 2011 e 2021 e as Estatísticas Demográficas para os anos dos períodos intercensitários.

A informação decorrente dos recenseamentos permite a análise do estado da população, para os diferentes momentos censitários. Atendendo a que o último momento censitário se refere a 19 de abril de 2021, a análise do estado da população mais recente remete para esse momento.

No que diz respeito ao movimento da população, o recurso às estatísticas demográficas permite a reconstituição das dinâmicas natural e migratória da população, ao longo das últimas décadas, nomeadamente, dos períodos intercensitários.

Deste modo, foi considerada, de forma articulada, a análise do estado e a análise do movimento da população, a partir dos dados censitários (análise do estado da população em 1991, 2001, 2011 e 2021) e das estatísticas demográficas (análise das dinâmicas populacionais, ao longo do tempo, até 2021). Essa análise servirá de base para o posterior cálculo de projeções demográficas, a partir de cenários que contemplam tendências passadas de evolução da população.

As projeções demográficas, nomeadamente da população em idade escolar, e a escolha dos cenários considerados mais plausíveis terão, então, como suporte a análise realizada ao nível do estado e movimento da população que se apresenta de seguida.

Crescimento populacional intercensitário: evolução da população residente

De seguida, apresentam-se os valores referentes à população recenseada em Portugal, nas regiões do Alentejo (NUT II), Alto Alentejo (NUT III) e concelho de Sousel, nos quatro últimos momentos censitários (1991, 2001, 2011 e 2021), assim como o resultado da Taxa de Crescimento Total (Tci)⁸ da população, nos três últimos períodos intercensitários (1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021), para as mesmas regiões e concelhos.

A população residente recenseada em Portugal, em 2021, era de 10 344 802 indivíduos. No Alentejo e no Alto Alentejo, foram contabilizados 704 707 e 104 923 indivíduos residentes, respetivamente, no mesmo momento censitário de 2021.

Em Sousel, a população residente diminuiu em todos os momentos censitários desde 1991: -370 entre 1991 e 2001, -706 entre 2001 e 2011 e -714 entre 2011 e 2021.

⁸ A taxa de crescimento total intercensitário resulta do seguinte cálculo: $Tci = (P1 - P0) / P0 * 100$, sendo P0 a população inicial do período intercensitário e P1 a população final do período.

Tabela 2.1: População residente nos momentos censitários 1991, 2001, 2011 e 2021, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país

País / Região / Concelho	Ano			
	1991	2001	2011	2021
Sousel	6 150	5 780	5 074	4 360
Alto Alentejo	134 607	127 026	118 506	104 923
Alentejo	782 331	776 585	757 302	704 707
Portugal	9 867 147	10 356 117	10 562 178	10 344 802

Fonte: INE, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

No que diz respeito à evolução do efetivo populacional, em Portugal verificou-se um crescimento positivo nos períodos intercensitários de 1991-2001 e 2001-2011. No terceiro e mais recente período intercensitário em análise (2011-2021), a taxa de crescimento populacional foi negativa para o país, com um decréscimo de 2,1 indivíduos por cada 100. Desde a realização do primeiro recenseamento moderno em Portugal (no ano de 1864), este é o segundo período intercensitário em que Portugal regista um crescimento populacional negativo (o primeiro ocorreu entre os censos de 1960 e 1970).

No caso das regiões do Alentejo e, sobretudo, do Alto Alentejo, estas apresentam taxas de crescimento total negativas para os três períodos intercensitários em análise, o que revela uma tendência de perdas populacionais nestas regiões anterior à tendência registada a nível nacional.

Em ambas as regiões, ao longo das décadas, reforça-se o decréscimo populacional, sendo que, no último período, o valor da taxa de crescimento total foi de -6,9% para o Alentejo e de -11,5% para o Alto Alentejo, valores claramente mais negativos do que a média nacional (-2,1%). A variação da taxa de crescimento entre o primeiro e o terceiro período em análise foi de -6,2 pontos percentuais para o Alentejo (variando de -0,7% para -6,9%) e de -5,8 para o Alto Alentejo (tendo variado de -5,6% para -11,5%). Assim, apesar de a região do Alto Alentejo apresentar um crescimento negativo mais acentuado, a aceleração do crescimento negativo, ao longo do tempo, é forte em toda a região do Alentejo.

A evolução da população do Alto Alentejo, é influenciada pelos contributos desiguais dos diferentes concelhos. A dimensão territorial tem influência sobre os resultados do efetivo populacional e, como veremos à frente, sobre a densidade populacional. O reduzido efetivo populacional, bem como a localização do concelho, no interior da região, pode determinar, à partida, maiores oscilações no crescimento. No caso do Alto Alentejo, as perdas populacionais são significativas de uma forma generalizada. É disso que dá conta a taxa de crescimento populacional para os diferentes períodos intercensitários, nos quinze concelhos da região.

No concelho de Sousel o cenário é particularmente negativo porque o ritmo do decréscimo populacional aumentou nos dois últimos períodos censitários.

Tabela 2.2: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país

País / Região / Concelho	Período		
	1991-2001	2001-2011	2011-2021
Sousel	-6,0	-12,2	-14,1
Alto Alentejo	-5,6	-6,7	-11,5
Alentejo	-0,7	-2,5	-6,9
Portugal	5,0	2,0	-2,1

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

Os resultados da taxa de crescimento total por concelhos, a que se juntou a tendência do país e das regiões do Alentejo (NUT II) e do Alto Alentejo (NUT III), nos três períodos intercensitários, permitiram a identificação de grupos de concelhos ou regiões, por tipo de crescimento e evolução desse crescimento, a partir da seguinte tipologia:

- Decréscimo reforçado (em que se verificam níveis de decréscimo populacional elevado no último período intercensitário, e um reforço desse decréscimo do primeiro para o último período);
- Decréscimo permanente (em que o crescimento se apresenta negativo nos diferentes períodos, não atingindo os valores negativos mais elevados, isto é, quando os valores da taxa de crescimento total não atingem -20% em nenhum período intercensitário);
- Decréscimo esbatido (com crescimento negativo nos diferentes períodos, embora com um esbatimento das perdas, para o último período intercensitário);
- Inversão para tendência negativa (de um crescimento positivo passou-se para um crescimento negativo).

Assim, apresenta-se, de seguida, a distribuição dos quinze concelhos, regiões e país, pelos grupos definidos na tipologia de crescimento.

O concelho de Sousel apresenta uma dinâmica de crescimento de *decrécimo permanente*, tal como o concelho a região do Alto Alentejo e a maioria dos concelhos que a integram.

Tabela 2.3: País, Alto Alentejo e concelhos em função da dinâmica de crescimento em três décadas (1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021)

Tipo de crescimento	Região/Concelhos
Inversão para tendência negativa	Portugal, Campo Maior, Ponte de Sor
Decréscimo esbatido	-
Decréscimo permanente	Alto Alentejo, Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Marvão, Monforte, Portalegre, Sousel
Decréscimo reforçado	Avis, Fronteira, Gavião, Nisa

Fonte: construção própria.

Ora, o crescimento populacional negativo que se verifica no conjunto dos concelhos e regiões a ritmos e com intensidades diferentes, decorre das dinâmicas populacionais e das características intrínsecas de cada território, e tem impacto na estrutura populacional, que analisaremos à frente, assim como nas dinâmicas populacionais futuras. Mas esse crescimento tem, desde logo, impacto no volume global da população de cada concelho no final de cada período em análise, assim como no que esse volume representa no conjunto da região do Alto Alentejo.

Assim, das tendências evolutivas apresentadas, resulta que Sousel posiciona-se entre os concelhos com menores proporções de efetivos populacionais no conjunto da população da região do Alto Alentejo (4,2%).

Tabela 2.4: Proporção de população do concelho no conjunto da população da região do Alto Alentejo (%), 2021

Concelho	Proporção População (%)
Alter do Chão	2,9
Arronches	2,7
Avis	3,6
Campo Maior	7,7
Castelo de Vide	3,0
Crato	3,1

Concelho	Proporção População (%)
Elvas	19,8
Fronteira	2,7
Gavião	3,2
Marvão	2,9
Monforte	2,9
Nisa	5,7
Ponte de Sor	14,5
Portalegre	21,3
Sousel	4,2

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Vejamos, de seguida os resultados da densidade populacional, atendendo ao volume populacional e sua distribuição pela área total dos mesmos.

Densidade populacional

Considerando a concentração desigual da população na região do Alto Alentejo, atendendo quer ao volume populacional, quer à área dos diferentes concelhos, introduzimos na análise os valores da densidade populacional.

Entre os quinze concelhos, destacava-se a capital de distrito, Portalegre, que concentrava, em 2021, o maior volume de população, a que correspondia, também, uma maior densidade populacional (50 hab./km²). E, ainda, os concelhos de Elvas e Campo Maior, vizinhos entre si e cuja dinâmica se interligará, apresentam o segundo e o terceiro resultados mais elevado (respetivamente, 33,6 e 32,9 hab./km²). Em todos os restantes concelhos, independentemente da localização e da dimensão territorial, a densidade populacional apresenta resultados inferiores a 20 habitantes por km². É o caso de Sousel que apresenta uma densidade populacional de 15,8%.

Tabela 2.5: Densidade populacional (hab./km²), região Alto Alentejo e concelhos, 2021

Concelho / Região	Densidade Populacional
Alter do Chão	8,5
Arronches	9,1
Avis	6,5
Campo Maior	32,9
Castelo de Vide	11,8
Crato	8,1
Elvas	33,6
Fronteira	11,7
Gavião	11,6
Marvão	19,6
Monforte	7,2
Nisa	10,4
Ponte de Sor	18,6
Portalegre	50,0
Sousel	15,8
Total Alto Alentejo	17,5

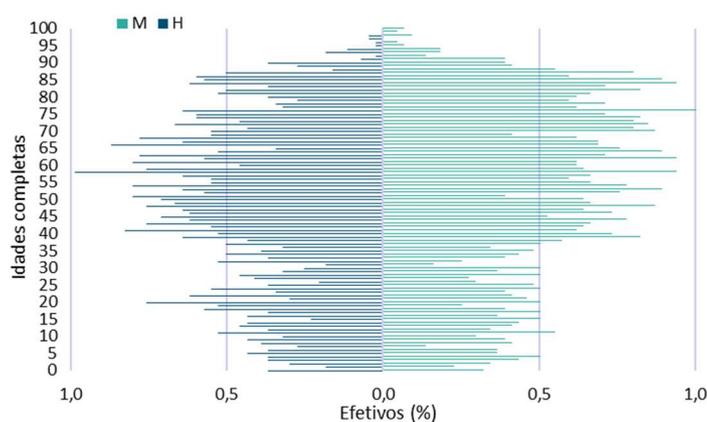
Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População, Wikipédia, Lista de concelhos do Alto Alentejo, área (em km²).

Estrutura demográfica da população residente

De acordo com as tendências de crescimento e alguma diversidade identificada, interessará perceber de que forma esse crescimento se reflete na estrutura populacional da região e do concelho. Introduzimos, de seguida, as pirâmides etárias⁹ o índice de envelhecimento¹⁰, as proporções etárias¹¹ e as relações de dependência¹² do Alto Alentejo e do concelho, no sentido de analisarmos a estrutura populacional das respetivas populações para o ano de 2021, a partir da informação referente ao último recenseamento populacional.

A pirâmide etária de Sousel revela uma forte oscilação na representação dos efetivos nos diferentes grupos etários da estrutura populacional (atendendo ao reduzido número de efetivos) com menor expressão da população jovem e adulta jovem, e pela mais forte presença da população adulta mais velha e da população idosa. Os grupos etários cuja população apresenta um menor peso no conjunto da população do concelho, situam-se entre os 20 e os 30 anos de idade, isto é, nas idades ativas mais jovens. Verifica-se, ainda, uma sobrerrepresentação da população feminina face à masculina, nas idades mais avançadas. A feminização do envelhecimento decorre do efeito da sobremortalidade masculina e da mais elevada esperança de vida feminina.

Gráfico 2.9: Pirâmide etária (%) do concelho de Sousel, 2021



Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

⁹ As pirâmides etárias foram construídas com recurso ao Excel, a partir de proporções de efetivos (grupos etários anuais), para possibilitar comparações.

¹⁰ O índice de envelhecimento resulta do quociente entre a população idosa (65 e + anos) e a população jovem (0-14 anos completos) e é expresso em percentagem: $IE = \text{Pop.}(65e+)/\text{Pop.}(0-14) * 100$. Refira-se que se considerou como população jovem, em termos etários, a população até aos 14 anos, atendendo ao critério definido pelo INE, entidade produtora da informação estatística, e à desagregação etária da informação, que considera os grupos etários com esta delimitação. A população idosa é considerada a partir dos 65 anos, sendo o grupo etário dos adultos delimitado pelos 15 e 64 anos completos.

¹¹ As proporções etárias resultam do quociente entre o efetivo populacional de um grupo etário definido (aqui consideraram-se os três grupos funcionais – jovens, adultos, idosos) e o total da população, sendo expressas em percentagem.

¹² As relações de dependência resultam do quociente entre a população jovem e adulta (relação de dependência dos jovens), a população idosa e a população adulta (relação de dependência dos idosos), ou entre a população jovem e idosa e a população adulta (relação de dependência total). Os resultados são, habitualmente, expressos em percentagem.

Tabela 2.6: População total e por grandes grupos funcionais (idades completas), no concelho e total Alto Alentejo, 2021

Concelho / Região	Total	Jovens (0-14)	Adultos (15-64)	Idosos (65 e +)
Sousel	4360	486	2431	1443
Total Alto Alentejo	104923	12376	61169	31378

Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

A análise do índice de envelhecimento e das proporções dos grandes grupos etários (jovens, adultos e idosos) dá conta de elevados níveis de envelhecimento em todo o Alto Alentejo, com o concelho de Sousel a apresentar um valor bastante um pouco acima em relação ao da região (296,9% no concelho e 253,5% na região).

Tabela 2.7: Índice de Envelhecimento, Proporção de Jovens, Adultos e Idosos e Relações de Dependência (%), no concelho e total Alto Alentejo, 2021

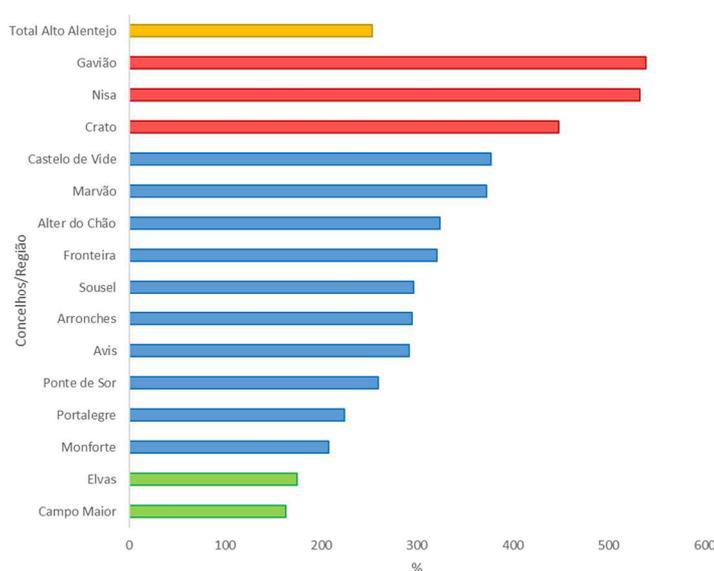
Concelho / Região	IE	Proporção Jovens	Proporção Adultos	Proporção Idosos	Rel. Dep. Jovens	Rel. Dep. Idosos	Rel. Dep. Total
Sousel	296,9	11,1	55,8	33,1	20,0	59,4	79,4
Total Alto Alentejo	253,5	11,8	58,3	29,9	20,2	51,3	71,5

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Apesar de em todos os concelhos existir, em 2021, um número de idosos claramente superior ao de jovens (o que resulta em índices de envelhecimento superiores a 100), são, genericamente, os concelhos mais a Norte da região os que registam os valores mais elevados, face aos restantes.

O concelho de Sousel integrava o conjunto de concelhos com resultados situados entre os 200% e os 400%, ou seja, estava numa posição intermédia no contexto regional (concelhos assinalados a azul).

Gráfico 2.10: Índice de Envelhecimento (%), por concelhos e total Alto Alentejo, 2021

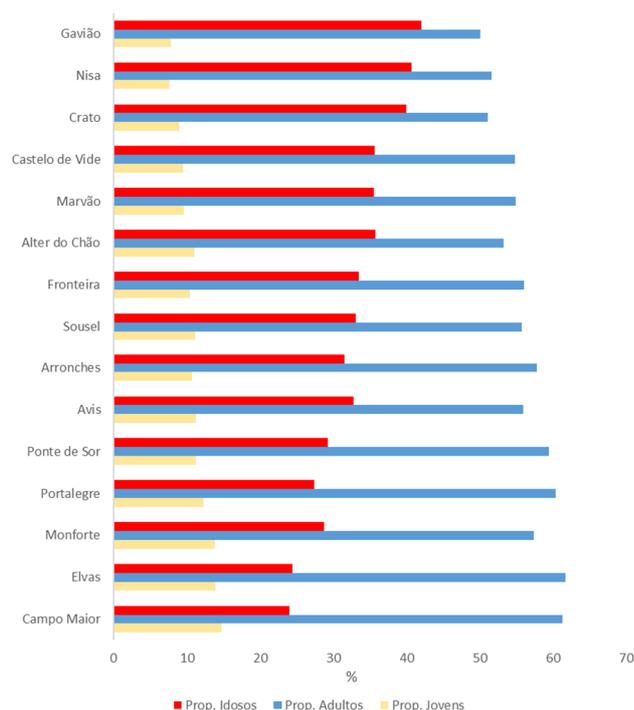


Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Os resultados das proporções etárias reforçam, em certa medida, a tendência descrita a partir do índice de envelhecimento, mas revelam novas particularidades da estrutura populacional dos concelhos (gráfico em baixo).

Novamente, Sousel surge numa posição intermédia, estando entre os concelhos que apresentam valores superiores a 10% e inferiores a 35%, para as proporções de jovens e de idosos, respetivamente: 11,1% e 33,1%.

Gráfico 2.11: Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por concelhos e total Alto Alentejo, 2021



Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Os resultados apresentados são reforçados pelas das relações de dependência (ver tabela 2.7). A relação de dependência de jovens não ultrapassa o valor de 20%, ou seja, 20 jovens por cada 100 adultos na região. Quanto à relação de dependência dos idosos, o resultado de Sousel era de 59,4 idosos por cada 100 adultos, em 2021. A soma da relação de dependência de jovens e de idosos determina a relação de dependência total, sendo o resultado de Sousel equivalente a 79,4%. O valor médio da região do Alto Alentejo é de 71,5 jovens e idosos por 100 adultos, em 2021.

A estrutura populacional dos concelhos com maior índice de envelhecimento revela um menor número de jovens face ao de idosos, assim como proporções mais reduzidas de população em idade adulta (dos 15 aos 64 anos) e valores mais elevados para as relações de dependência. Os grupos etários com maior expressão são, ainda assim, os que correspondem às idades férteis em que, atualmente, no nosso país, se concentram os níveis mais elevados de fecundidade (nomeadamente, a partir dos 30 anos). Ora, o volume e as estruturas populacionais influenciam fortemente os comportamentos e as dinâmicas populacionais, no que diz respeito ao movimento migratório e natural.

De seguida, analisaremos as dinâmicas de crescimento total, natural e migratório da região do Alto Alentejo e respetivos concelhos, para o último período intercensitário, o de 2011 a 2021.

Dinâmica populacional: Crescimento Total, Natural e Migratório

Anteriormente, já tinham sido apresentados os resultados para a taxa de crescimento total referente aos três últimos períodos intercensitários. Concentramo-nos agora no crescimento verificado no último período (2011-2021) e no total da população recenseada em 2021.

No concelho de Sousel, como se pode observar na tabela seguinte, a taxa de crescimento populacional foi negativa, embora com um valor (-14,1%) superior ao valor médio da região do Alto Alentejo (-11,4%).

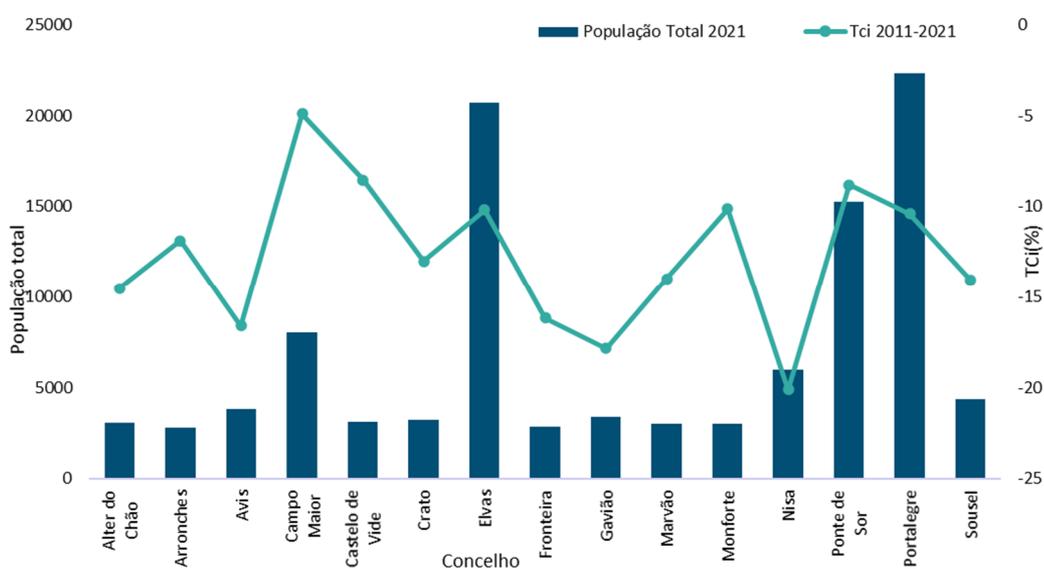
Tabela 2.8: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total (%) no período intercensitário 2011-2021, no concelho e total Alto Alentejo

Concelho / Região	População Total 2021	Tci 2011-2021
Sousel	4360	-14,1
Total Alto Alentejo	104923	-11,4

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

A representação gráfica da população total em 2021 e da taxa de crescimento total entre 2011 e 2021, reitera a posição intermédia do concelho de Sousel relativamente à taxa de crescimento populacional.

Gráfico 2.12: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total - Tci (%) no período intercensitário 2011-2021, por concelhos do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

Para o aprofundamento da análise da dinâmica populacional (que influencia o volume e a estrutura da população entre dois momentos censitários), consideraremos os resultados das duas componentes do movimento da população: a componente natural e a migratória (ver tabela seguinte).

No balanço do movimento natural, verificou-se ao longo do último período censitário um crescimento negativo. Esse crescimento, medido pela taxa bruta de crescimento natural, foi igualmente negativo em Sousel embora com maior expressão (-12,3%).

O movimento migratório apresenta igualmente um valor global negativo para a região do Alto Alentejo (-1,6%, o que significa uma perda populacional de 1,6 indivíduos por cada 100, ao longo do período intercensitário), com apenas 6 dos 15 concelhos a apresentar resultados positivos. Com efeito, a taxa da balança migratória apresenta resultados que compensam, em certa medida, nesses casos, o efeito negativo das taxas de crescimento natural, embora não o suficiente para inverter a tendência global de crescimento negativo dos concelhos da região.

Neste quadro, e produzindo um efeito tendencialmente compensatório, alguns dos concelhos que registam saldos naturais negativos revelam um saldo migratório positivo, em termos relativos (Castelo de Vide, Crato, Gavião, Marvão e Alter do Chão). O concelho do Sousel, porém, integra o conjunto de concelhos onde se registou perda populacional relativa, em termos migratórios (-2,8%).

Neste cenário, o concelho de Sousel apresenta uma dinâmica de crescimento de tipo *decréscimo permanente*, porque registou uma taxa de crescimento natural e migratória negativas, mas com resultados intermédios no contexto regional.

É evidente que a dinâmica natural se tem sobreposto, em particular na última década, à dinâmica migratória, determinando um crescimento total negativo em todos os concelhos e na região, mesmo naqueles que registaram ganhos migratórios. O efeito desses ganhos tem sido, até ao momento, o de atenuar as perdas globais, mas ainda não o de superar o saldo natural.

Tabela 2.9: População residente em 2011 e 2021, total de nados-vivos e óbitos 2011-2020 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2011-2021, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa da Balança Migratória, Taxa de Total, Tipologia de Crescimento, no concelho e na região do Alto Alentejo

Concelho / Região	Pop. 2011	Pop. 2021	Tot. Nv	Tot. Ób.	Saldo Nat.	Saldo Mig.	TBNat.)%{(TBMort.)%{(TCN* (%)	TBM* (%)	TCT* (%)	Tip. Cresc. **
Sousel	5074	4360	277	859	-582	-132	5,9	18,2	-12,3	-2,8	-15,1	3
Alto Al.	118506	104923	7679	18768	-11089	-2494	6,9	16,8	-9,9	-2,2	-12,2	3

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2020; INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

Legenda: *TCN = Taxa de Crescimento Natural, TBM = Taxa da Balança Migratória, TCT = Taxa de Crescimento Total; **Categorias da Tipologia de Crescimento: 1 - Inversão para tendência negativa; 2 - Decréscimo esbatido; 3 - Decréscimo permanente; 4 - Decréscimo reforçado.

Dinâmica populacional: Natalidade e Fecundidade

Se, até aqui, a análise se centrou na evolução da população até 2021, ano do último censo, importa agora compreender como terá evoluído a natalidade¹³ e a fecundidade¹⁴ da região, considerando as tendências até aqui reveladas. Essas tendências são as de um quadro de crescimento natural negativo, ou seja, em que os resultados da mortalidade superam os da natalidade.

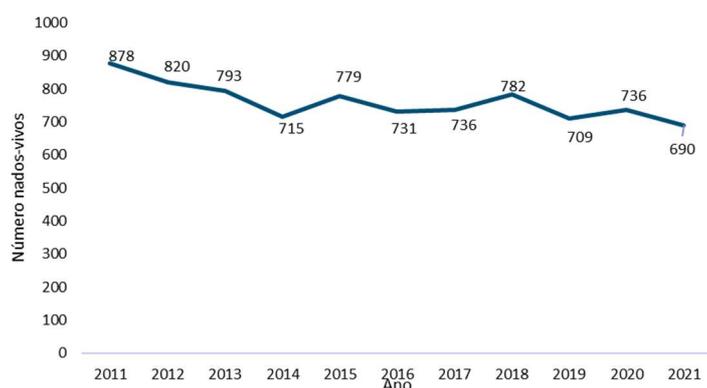
Consideraremos o indicador da intensidade da fecundidade para a análise, o índice sintético de fecundidade (ISF)¹⁵ e situaremos os resultados do Alto Alentejo no contexto nacional, pela importância de que se reveste o presente indicador. Mas começamos a análise pela apresentação da evolução do número de nados-vivos na região, ao longo da década de 2011 a 2021.

¹³ A natalidade é um fenómeno demográfico que diz respeito aos resultados globais da procriação, numa determinada população.

¹⁴ A fecundidade, enquanto fenómeno demográfico, diz respeito aos resultados da procriação da população feminina e/ou masculina, em idade fértil, sendo habitualmente considerado, sobretudo no caso das mulheres, o intervalo entre os 15 e os 50 anos exatos.

¹⁵ O ISF refere-se ao número médio de filhos por mulher, numa população, num determinado período em análise. O limiar de substituição das gerações situa-se no valor de 2,1 filhos por mulher. Em Portugal, desde 1982 que o valor do ISF se situa abaixo do limiar de substituição das gerações.

Gráfico 2.13: Nados-vivos (N), Alto Alentejo, 2011-2021



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2020.

A evolução do número de nados-vivos no Alto Alentejo revela oscilações ao longo do período de dez anos em análise, registando-se um decréscimo, no número de acontecimentos entre o início e o final do período. Assim, se o número de nados-vivos era de 878 em 2011, já em 2021 registaram-se 690 acontecimentos. No início do período em análise, o país foi atravessado por uma crise económica e financeira, com repercussões a nível social e demográfico, que justificam, também, a diminuição da frequência absoluta da natalidade até 2014.

A partir de 2014, dá-se uma recuperação dos valores, cujas oscilações se devem, em parte, ao número relativamente reduzido de casos. Em 2021 regista-se uma quebra no resultado, face ao ano anterior, que pode, pelo menos em parte, dever-se ao contexto de pandemia (por COVID-19).

Sousel posiciona-se, tal como na generalidade dos indicadores até aqui analisados, em situação intermédia (315), a par de concelhos como Campo Maior, Nisa, Avis, Monforte, Alter do Chão, Castelo de Vide, Crato, Fronteira e Marvão.

Gráfico 2.14: Nados-vivos (N), por concelho e região (NUTS III), no concelho e no Alto Alentejo, 2011-2021

Concelho / Região	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Sousel	20	37	26	18	31	33	35	31	27	19	38
Alto Alentejo	878	820	793	715	779	731	736	782	709	736	690

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2021.

Estes resultados, aqui apresentados em valores absolutos, não podem dissociar-se do volume populacional. Importa, assim, observar não tanto a grandeza absoluta dos valores, mas, sobretudo, a tendência de evolução do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) que considera e sintetiza não só a relação dos nados-vivos com a população em que ocorrem, mas também a respetiva distribuição etária.

Na tabela seguinte, observa-se que os resultados do ISF, em 2001 e de 2009 a 2021, de Portugal, da região do Alto Alentejo e do concelho de Sousel, em todos os anos em análise, nunca atingiram 2,1 filhos por mulher, o limiar mínimo para que se assegure a substituição das gerações.

É de notar que se em 2001 Portugal apresentava, em média, uma fecundidade mais elevada do que a região do Alto Alentejo, já em 2018 e em 2021, a região do Alto Alentejo contraria essa tendência e supera a média nacional, com um máximo de 1,45 filhos por mulher no último ano em análise, o de 2021 (ano em que Portugal atingiu 1,42 filhos por mulher).

Todos os concelhos apresentavam níveis de fecundidade francamente baixos, no entanto, o concelho de Sousel assumiu um dos resultados mais elevados de índice sintético de fecundidade, sobretudo entre 2017 e 2018 e novamente em 2021 quando atingiu o valor de 2,02.

Tabela 2.10: Índice sintético de fecundidade, Portugal, Alto Alentejo e concelho, 2001, 2009-2021

Região \ Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Sousel	1,48	1,2	1,28	0,67	1,53	1,05	0,9	1,5	1,41	1,65	1,63	1,64	1,14	2,02
Alto Alentejo	1,35	1,24	1,32	1,28	1,24	1,22	1,15	1,27	1,24	1,30	1,42	1,31	1,44	1,45
Portugal	1,45	1,35	1,39	1,35	1,28	1,21	1,23	1,30	1,36	1,37	1,41	1,42	1,49	1,34

Fonte: Pordata (INE), Municípios, População, Fecundidade, ISF, 2001, 2009-2021.

No sentido de considerar a influência dos fluxos migratórios nos resultados da natalidade e fecundidade, analisaremos, de seguida, informação relativa aos nados-vivos ocorridos no Alto Alentejo e respetivos concelhos, com mães de nacionalidade estrangeira, no período de 2011 a 2021.

Em 2011, a proporção de nados-vivos de mães estrangeiras foi de 6,3% no Alto Alentejo. Ou seja, por cada 100 nados-vivos, 6,3 foram protagonizados por mulheres de nacionalidade estrangeira. No ano seguinte, registou-se um decréscimo, seguido de um crescimento e novo decréscimo até 2017, ano em que se registou a proporção mais baixa de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (3,7%).

Gráfico 2.15: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), Alto Alentejo, 2011-2021



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2021.

Daí em diante, houve um crescimento no resultado do indicador (embora sem alcançar os resultados do início do período), sendo que no último ano em análise (2021) o resultado da proporção de nados-vivos de mães estrangeiras volta a diminuir para o segundo valor mais baixo do período (4,1%).

Sousel ultrapassava, em média, os 5% de nados-vivos filhos de mulheres estrangeiras, entre 2011 e 2021 realçando-se o número relativo de 2021 (10,5 nados-vivos de mães estrangeiras por cada 100 nados-vivos).

Tabela 2.11: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), no concelho e na região do Alto Alentejo, 2011-2021

Concelho / Região	Ano											
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Sousel	0,0	10,8	3,8	11,1	12,9	3,0	2,9	3,2	0,0	5,3	10,5	
Alto Alentejo	6,3	5,2	6,2	5,0	4,7	4,2	3,7	4,5	4,5	5,2	4,1	

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2021.

Projeções demográficas

As projeções demográficas são exercícios que apresentam resultados de possíveis evoluções populacionais, considerando hipóteses com um grau variável de probabilidade e plausibilidade. O objetivo das projeções demográficas é, desde logo, o de compreender as consequências e implicações da concretização de determinadas hipóteses definidas, no que diz respeito à evolução de uma população. Essas hipóteses, por sua vez, baseiam-se em pressupostos associados à evolução das dinâmicas demográficas naturais (fecundidade e mortalidade) e migratórias (imigração e emigração) que resultam em cenários que poderão concretizar-se a prazo, e de acordo com os limites temporais definidos, determinando tendências em termos de volume e estrutura de uma determinada população.

O documento metodológico sobre projeções demográficas, produzido pelo INE (2020)¹⁶ apresenta, para o país e regiões (NUTS II), a aplicação do modelo de projeções demográficas por coortes e componentes, um modelo consensualmente aceite, no âmbito das ciências sociais, e da análise demográfica, para a construção de projeções demográficas. Nesta metodologia, considera-se a distribuição etária da população, à qual se aplicam matrizes de crescimento demográfico à população residente de partida, em função dos pressupostos definidos para a possível evolução populacional, como base de sustentação dos cenários considerados.

Nesse sentido, e considerando a dinâmica temporal de indicadores demográficos, sem considerar variáveis exógenas (INE, 2020: 13), foram “definidas hipóteses sobre os níveis futuros da fecundidade, mortalidade e migrações, procedendo-se, de acordo com essas hipóteses, à atualização sucessiva dos efetivos populacionais, por idade e sexo, até atingir o último ano do período de projeção.” (INE, 2020: 5).

A conjugação de hipóteses permitiu definir 4 cenários de projeção da população para Portugal e regiões NUTS II:

CENÁRIO BAIXO: Neste cenário são consideradas as hipóteses pessimista para a fecundidade, pessimista para a mortalidade e pessimista para as migrações.

CENÁRIO CENTRAL: Neste cenário são consideradas as hipóteses de evolução central da fecundidade, central da mortalidade e central das migrações.

CENÁRIO ALTO: Este cenário resulta da combinação das hipóteses de evolução otimista da fecundidade, otimista da mortalidade e otimista das migrações.

CENÁRIO SEM MIGRAÇÕES: Um cenário idêntico ao cenário central, mas sem migrações.” (INE, 2020: 33, 34)

De acordo com as projeções apresentadas no documento referido e com a análise aqui efetuada da evolução demográfica da região do Alto Alentejo, será adotado o cenário baixo, tendo em conta as características de crescimento evidenciadas pelos diferentes concelhos e pela região, nos três últimos períodos intercensitários (que consideram a informação dos últimos quatro censos). De acordo com essas características, considera-se que o cenário baixo, será o mais ajustado à região e ao concelho de Sousel, que apresentaram no período anterior a 2021 um decréscimo populacional. Com efeito, na nossa análise, de acordo com a tipologia de crescimento proposta, região e concelho inseriam-se no grupo de *decrécimo permanente*. O cenário baixo será o mais ajustado as estas tendências, ao pressupor: i) no caso do resultado da fecundidade, a manutenção dos valores do

¹⁶ INE (2020), Documento metodológico. Projeções de população residente. Consulta em www.ine.pt, file:///C:/Users/35191/Downloads/DMET%20-%20ProjecoesPopula%C3%A7%C3%A3o2018_2020_vers%C3%A3o_4.0_final-2.pdf

Índice Sintético de Fecundidade nos resultados imediatamente anteriores à projeção (cerca de 2,02 filhos por mulher); no caso da mortalidade, um abrandamento da evolução da esperança de vida; no caso das migrações, um saldo migratório negativo (INE, 2020: 11-34).

A partir dos resultados de exercício de projeções apresentado pelo INE, fizemos uso dos resultados por NUTS II, por idade ano a ano, fazendo, a partir dessa informação, um exercício de apuramento dos possíveis resultados associados à região do Alto Alentejo e do concelho de Sousel. Este é um exercício cujos resultados deverão sempre ser lidos com particular cautela, pela reduzida dimensão populacional associada à generalidade dos concelhos que compõem a região do Alto Alentejo.

Assim, apresentam-se, de seguida, os resultados dessa aplicação, concretizados para a região do Alto Alentejo e para o concelho de Sousel, e para os grupos etários escolares (até aos 19 anos) até ao ano de 2033, com resultados para o final de cada quinquénio a partir de 2023. Ao longo do período em análise, o efetivo populacional projetado para os grupos etários assume uma tendência de crescimento negativo.

A partir da informação censitária de 2021, apurou-se a população residente, por grupos etários escolares, entre os 3 e os 19 anos de idade, no sentido de perfazer o percurso escolar, em termos etários, até ao limite da escolaridade obrigatória. Considerou-se, também, o peso percentual do concelho no conjunto da região do Alto Alentejo, em termos populacionais, para 2021 (tabelas seguintes).

Tabela 2.12: População por grupos etários escolares (n.º), no concelho e no total do Alto Alentejo, e população total do concelho, 2021

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)	Total 2021
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
Sousel	108	121	74	107	105	76	591	4360
Alto Alentejo	2406	3278	1797	2711	2936	1991	15119	104923

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Tabela 2.13: População por grupos etários escolares (% do total), no concelho e no total do Alto Alentejo, 2021, Proporção da população total (%) dos concelhos na região do Alto Alentejo, 2021

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar) (2021)	Prop. Pop. total conc. no Alto Alentejo 2021
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
Sousel	2,48	2,78	1,70	2,45	2,41	1,74	13,56	4,16
Alto Alentejo	2,29	3,12	1,71	2,58	2,80	1,90	14,41	100

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

A partir dos resultados relativos à população residente total recenseada em 2021 (10 344 802 para Portugal e 704 707 para o Alentejo) e das projeções para o mesmo ano (tabela seguinte), de acordo com os diferentes cenários definidos, para Portugal e a região do Alentejo, verificou-se uma maior aproximação dos resultados do cenário baixo (ou sem migrações) das projeções à população observada através do censo. As tendências reveladas pelo cenário baixo também são compatíveis com as tendências de evolução anterior (nos intervalos intercensitários) que revelaram decréscimos populacionais, alguns reforçados, em todos os concelhos, no período intercensitário mais recente.

Tabela 2.14: Projeções da População Total para 2021, Portugal e Alentejo, por cenários

País/Região	Cenário			
	Baixo	Central	Alto	Sem migrações
Portugal	10318912	10367765	10407301	10202247

País/Região	Cenário			
	Baixo	Central	Alto	Sem migrações
Alentejo	702198	705049	706567	692737

Fonte: INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

A partir dos resultados das projeções associadas ao cenário baixo proposto pelo INE, consideram-se ainda os seguintes pressupostos: i) a proporção da população no Alto Alentejo face ao total do Alentejo mantém-se ao longo do período em análise; ii) a variação na proporção da população por grupos etários escolares, no concelho de Sousel, ao longo dos períodos ou quinquénios de 2023 a 2033, segue tendência média da região, a partir do valor de partida. Para tal, assume-se a proporção etária de 2021 nos grupos etários escolares, no concelho.

Os resultados das proporções dos grupos etários escolares da região do Alto Alentejo de 2021 comparam bem com os resultados das projeções dos mesmos grupos etários e com a diferenças dos resultados entre grupos etários do Alentejo (ver segunda tabela em baixo). Dessa forma, e assumindo a evolução projetada para a população em idade escolar no Alentejo (ver duas tabelas seguintes), a sua variação ao longo dos quinquénios em análise (ver terceira tabela em baixo), bem como a proporção da população do Alto Alentejo no conjunto da região e dos concelhos na região do Alto Alentejo, encontram-se os resultados do exercício de projeção da população residente em idade escolar, por grupos etários, no concelho de Sousel, para os anos de 2023, 2028 e 2033 (três últimas tabelas, respetivamente).

Tabela 2.15: Projeção da população por grupos etários escolares (n.º), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2033

Ano	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)	Total
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
2021	16242	22075	12580	18752	20284	14003	103936	702198
2023	16337	21755	11447	18887	19215	13982	101623	699098
2028	15561	21393	10793	16371	17588	12506	94212	677411
2033	14994	20357	10383	15996	16170	10616	88516	651530

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.16: Projeção da população por grupos etários escolares (% do total), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2031

Ano	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
2021	2,31	3,14	1,79	2,67	2,89	1,99	14,80
2023	2,34	3,11	1,64	2,70	2,75	2,00	14,54
2028	2,30	3,16	1,59	2,42	2,60	1,85	13,91
2033	2,30	3,12	1,59	2,46	2,48	1,63	13,59

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.17: Variação do resultado da projeção da população por grupos etários escolares em quinquénios (%), cenário baixo, Alentejo, 2021-2023, 2023-2028, 2028-2031

Ano	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
2021-2023	1,03	-1,01	-8,60	1,17	-4,85	0,29	-1,79
2023-2028	-1,70	1,48	-2,69	-10,55	-5,54	-7,69	-4,32
2028-2033	0,18	-1,06	0,02	1,59	-4,41	-11,74	-2,31

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.18: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário baixo, no concelho e total Alto Alentejo, 2023

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Sousel	109	120	68	108	100	76	581
Alto Alentejo	2431	3245	1642	2743	2794	1997	14851

Tabela 2.19: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.20: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e total Alto Alentejo, 2028

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Sousel	107	122	66	97	94	70	556
Alto Alentejo	2389	3293	1598	2453	2639	1843	14209

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.21: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e total Alto Alentejo, 2033

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Sousel	107	120	66	98	90	62	543
Alto Alentejo	2394	3258	1599	2492	2523	1627	13880

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Dinâmica socioeconómica

A caracterização socioeconómica do concelho que se apresenta neste subcapítulo baseia-se em dados retirados do INE, em particular, em fontes de dados como o Sistema de Contas Integradas das Empresas, das Estimativas Anuais da População Residente, Demografia das Empresas e GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal.

Este subcapítulo inclui a caracterização de cinco dimensões principais: i) tecido empresarial, ii) empregabilidade, iii) população ativa, taxas de atividade e remunerações, iii) escolaridade e das qualificações e, por último, iv) desemprego e dos apoios sociais.

Tecido empresarial

Tendo em vista a realização de uma caracterização inicial do tecido empresarial de Portugal,¹⁷ do Alentejo, do Alto Alentejo e do concelho de Sousel, utilizaram-se dois indicadores que revelam a dimensão e robustez do tecido empresarial. O primeiro destes indicadores designa-se por densidade das empresas não financeiras e permite identificar onde existe maior número de empresas, em média, por km², e o segundo indica quantas empresas não financeiras¹⁸ existem em cada território por cada 100 habitantes.

¹⁷ Apenas o Continente, sem contabilizar as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

¹⁸ Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais. Uma empresa corresponde à mais pequena combinação de unidades jurídicas, podendo corresponder a uma única. A empresa, tal como é definida, é uma entidade

Na série de três anos em análise verifica-se alguma estabilidade nos valores dos dois indicadores, número médio de empresas não financeiras por km² e por cada 100 habitantes, em Portugal Continental e no Alentejo e Alto Alentejo, regiões que apresentam valores bastante reduzidos em termos de densidade empresarial (de 2,7 e 2,0, respetivamente, ou seja, perto de 3 e 2 empresas por cada km²) e consideravelmente inferiores em relação ao cenário nacional, que apresentou valores à volta de 14 empresas por cada km² entre 2018 e 2020.

No concelho de Sousel a densidade empresarial era similar ainda que ligeiramente mais elevada do que na sub-região do Alto Alentejo, apenas 2,2 empresas, em média, por cada km².

O indicador sobre o número médio de empresas por cada 100 habitantes revela que, ao longo do período considerado, os valores das regiões e do continente foram inferiores aos de Sousel, onde se registou uma oscilação pouco acentuada entre 2019 e 2020. Neste último ano, o concelho de Sousel tinha 13,8 empresas por cada 100 habitantes.

Tabela 2.22: Densidade empresarial e Número de empresas não financeiras por cada 100 habitantes, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e o Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020

Concelho/Regiões/ País	Densidade empresarial (Nº médio de empresas por Km ²)			Número empresas por cada 100 hab.		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Sousel	2,2	2,3	2,2	13,8	14,3	13,8
Alto Alentejo	2,1	2,1	2,0	12,0	12,0	11,7
Alentejo	2,7	2,7	2,7	12,1	12,2	12,0
Continente	13,7	14,2	14,0	12,5	12,9	12,7

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas/ INE - Estimativas Anuais da População Residente).

É também importante perceber onde há mais Pequenas e Médias Empresas (PMEs)¹⁹ e Grandes Empresas (GE). Como é consabido, o tecido empresarial português é, na sua quase totalidade, constituído por PMEs, correspondendo o número de Grandes Empresas (GE) a 0,1 do número total de empresas existentes no território nacional.

O cenário não é diferente na região do Alentejo, onde existiam, em 2020, apenas 57 Grandes Empresas, e no distrito de Portalegre onde, nos três anos em análise, o número de GE era apenas de 8, 1 localizada no concelho de Avis, 3 no concelho de Campo Maior, 1 no concelho de Elvas, 1 no concelho de Ponte de Sor e 2 no concelho de Portalegre.

O tecido empresarial do concelho de Sousel era um dos menos fragilizados face aos restantes: o quinto em termos do número total de empresas, 606 em 2020 (abaixo de Portalegre com 2 771, Ponte de Sor com 1 621, Nisa com 732 e Campo maior com 717).

económica que pode, em certas circunstâncias, corresponder à reunião de várias unidades jurídicas. De facto, certas unidades jurídicas exercem atividades exclusivamente em proveito de uma outra unidade jurídica e a sua existência só se explica por razões administrativas (por exemplo, fiscais) sem que sejam significativas do ponto de vista económico. Pertence também a esta categoria uma grande parte das unidades jurídicas sem emprego. Frequentemente, as suas atividades devem ser interpretadas como atividades auxiliares das atividades da unidade jurídica-mãe que elas secundam, à qual pertencem e a que têm de estar ligadas, para constituir a entidade "empresa" utilizada para análise económica. (metainformação – INE).

¹⁹ A categoria das micros, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros. (metainformação – INE)

Tabela 2.23: Número de PME e de Grandes Empresas, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020

Concelho/ Regiões/ País	Total			PMEs			Grandes empresas		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Sousel	622	632	606	622	632	606	0	0	0
Alto Alentejo	12715	12549	12320	12706	12539	12312	9	10	8
Alentejo	86098	86189	84838	86054	86136	84781	44	53	57
Continente	1221902	1260923	1244194	1220734	1259667	1242979	1168	1256	1215

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Passamos, agora, à análise das Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras, indicadores que mostram quantas empresas foram criadas e extintas, por ano, por cada 100 empresas ativas existentes.

No território continental e nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo observa-se que a taxa de natalidade das empresas diminuiu em 2018 e 2020.

O mesmo aconteceu no concelho de Sousel, que passou de 13,2 novas empresas criadas em cada 100 existentes no ano de 2018, para apenas 7,9% em 2020, valor inferior ao do Alto Alentejo (9,8%), do Alentejo (10,7%) e ao do país (11,8%).

Relativamente à taxa de mortalidade das empresas, observa-se que no continente e na região do Alentejo houve um ligeiro aumento em 2019, enquanto no Alto Alentejo se manteve o número de empresas extintas por cada 100 existentes (12,1%). Em 2020, país, Alentejo e Alto Alentejo tornaram a ver diminuir as taxas de mortalidade ainda que muito ligeiramente para cerca de 12 empresas nas regiões do Alentejo e Alto Alentejo e perto de 13 no país.

Já no concelho de Sousel houve um considerável aumento da taxa de mortalidade em 2019 (de 9,3% em 2018 para 12,3% em 2019), mas uma diminuição em 2020 para uma percentagem inferior à do país (10,4%). Neste ano foram extintas, de acordo com os valores preliminares, mais de 10 empresas por cada 100 existente no concelho.

Tabela 2.24: Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras (%), no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2018, 2019, 2020

Concelho/ Regiões/ País	Taxa de Natalidade			Taxa de Mortalidade		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Sousel	13,2	11,2	7,9	9,3	Pro 12,3	Pre 10,4
Alto Alentejo	12,8	10,8	9,8	12,1	Pro 12,1	Pre 11,7
Alentejo	14,1	12,3	10,7	12,4	Pro 12,7	Pre 12,2
Continente	15,2	14,8	11,8	12,4	Pro 13,2	Pre 12,8

Fonte: Pordata (INE - Demografia das Empresas).

Legenda: Pro = Valor provisório; Pre = Valor preliminar.

Para terminar a análise do tecido empresarial, introduz-se a análise da distribuição das empresas não financeiras pelos setores de atividade. Nesta análise focamos o último ano de análise possível, aquele para o qual havia dados disponíveis (2020).

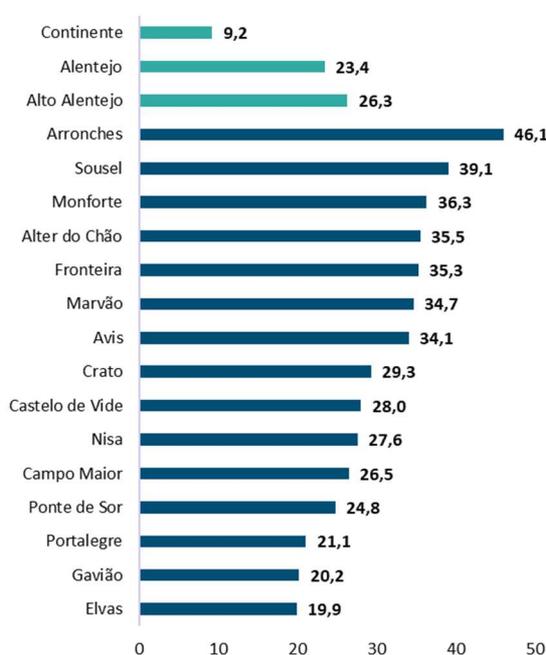
Na tabela em baixo, vemos que em 2020 existia um total de 1 244 194 empresas não financeiras no continente, 84 838 empresas no Alentejo (correspondente a 6,8% no total do continente), 12 320 no Alto Alentejo (14,5% do total das empresas do Alentejo) e no 606 concelho Sousel (que representam quase 5% do total das empresas sediadas no Alto Alentejo).

Na mesma tabela observa-se que um número considerável das empresas das regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e do concelho de Sousel pertenciam ao setor da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (39,1%, N = 237 empresas), havendo, por isso, uma considerável menor diversidade setorial do que no país, onde representa apenas 9,2% do total das empresas no continente.

No Alentejo, o mesmo setor representa 23,4% do total das empresas sediadas nesse território, e na região do Alto Alentejo as empresas do setor da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* representam mais de um quarto do total das empresas.

Quando analisadas as percentagens dos concelhos, Sousel assume uma posição preponderante (39,1%), com valores acima dos regionais (26,3% na região). Apenas em Ponte de Sor, Portalegre, Gavião e Elvas se registam percentagens menos elevadas de empresas na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*.

Gráfico 2.16: Percentagem de empresas não financeiras do setor de atividade da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* no total das empresas, nos concelhos, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2020



Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Regressando à tabela, é possível identificar outros setores económicos com algum peso em termos de número de empresas existentes, no ano de 2020: o *Comércio por grosso e a retalho (...)* com 101 empresas; as de *Consultoria, científicas, técnicas e similares* (46); as de *Alojamento, restauração e similares* (40); e, ainda, *Indústrias Transformadoras* (39). Nos restantes setores o número de empresas era de 28 ou menos.

Tabela 2.25: Número de empresas não financeiras, total e por setor de atividade, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2020

Concelho/ Regiões/ País	Total	A,PQ, C,F,P	IE	IT	E,G,V, AQF,AF	CTDA	C	CGR	TA	ARS	IC	I	CCTS	ASA	E	SHAS	AEDR	OA
Sousel	606	237	1	39	2	0	25	101	14	40	1	6	46	25	28	20	6	15
Alto Alentejo	12 320	3 243	10	599	49	12	655	2 037	208	1 126	83	204	998	1 064	500	741	234	557
Alentejo	84 838	19 878	186	4 007	316	101	4 798	14 661	1 546	7 563	753	1 836	6 275	8 413	3 430	5 251	1 819	4 005
Continente	1 244 194	114902	994	64691	4808	1236	89257	207988	32661	105889	20626	50533	129586	168699	55511	99422	35281	62110

Fonte: Pordata (INE - Demografia das Empresas).

Legenda: A, PQ, C, F, P = Agric., prod. animal, caça, floresta e pesca; IE = Indústrias extrativas; IT = Indústrias transformadoras; E, G, V, AQF, AF = Elet., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; CTDA = Captação, trat. e dist. de água (...); C = Construção; CGR = Comércio por grosso e a retalho (...); TA = Transporte e armazenagem; ARS = Alojamento, restauração e similares; IC = Informação e comunicação; I = Imobiliárias; CCTS = Consultoria, científicas, técnicas e similares; ASA = Administrativas e dos serviços de apoio; E = Educação; SHAS = Saúde humana e apoio social; AEDR = Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; OA = Outras atividades.

Empregabilidade

Passamos a avaliar a empregabilidade, a começar com o indicador relativo ao número médio de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras.

Sendo o tecido empresarial nacional constituído, praticamente na sua totalidade, por PME's, como analisado anteriormente, o número médio de pessoas por empresa é, naturalmente, baixo. Na tabela seguinte, verifica-se que, em Portugal continental, cada empresa empregava, em média, cerca de 3 pessoas, entre 2018 e 2020.

No Alentejo, o número médio de pessoas por cada empresa não financeira é mais reduzido. Registaram-se, não obstante, ligeiros aumentos nos anos de 2019 e de 2020, pelo que, no último ano, cada empresa nesta região empregava, em média, 2,6 pessoas. No Alto Alentejo, por sua vez, o indicador baixa para apenas cerca de 2,4 pessoas por empresa.

O concelho de Sousel apresentou ao longo dos três anos em análise um número médio de pessoas por empresa um pouco abaixo do verificado na região, cerca de 2 pessoas por empresa.

Tabela 2.26: Número médio de pessoas ao serviço das empresas não financeiras, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e do Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020

Concelho/Regiões/ País	2018	2019	2020
Sousel	2,1	2,2	2,1
Alto Alentejo	2,3	2,4	2,4
Alentejo	2,4	2,5	2,6
Continente	3,2	3,2	3,2

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Vejamos, em seguida, quais os setores de atividade económica que mais empregam pessoas no país, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no concelho.

Além do peso que assumem em termos de número de empresas existentes na região, como vimos anteriormente, os setores de atividade económica da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e do *Comércio por grosso e a retalho (...)* são igualmente os que mais empregam pessoas nas regiões do Alentejo (22,4%) e do Alto Alentejo (19,7%), ao contrário do que acontece no país, onde apenas 4,8% das empresas não financeiras pertence àquele setor.

No Alto Alentejo existem outros setores de atividades económica com percentagens de pessoal consideráveis: as *indústrias transformadoras* (15,5%), o *Alojamento, restauração e similares* (7,9%), a *Construção* e o *Comércio por grosso e a retalho (...)* (cada um com 6,7%), o setor da *Consultoria, científicas, técnicas e similares* (6,6%) e, ainda, as atividades *Administrativas e dos serviços de apoio* (6,3%).

A representação gráfica da distribuição do pessoal ao serviço das empresas não financeiras por setor de atividade no concelho (ver gráfico seguinte) mostra um cenário semelhante face da região. Em Sousel, a seguir ao setor da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (30,4%), das *Indústrias transformadoras* (16,2%) e ainda os sectores do *Alojamento, restauração e similares*, do *Comércio por grosso e a retalho (...)*, da *Construção* e das atividades de *Consultoria, científicas, técnicas e similares* (cada um com 5,2% do pessoal).

Tabela 2.27: Percentagem de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2020

Concelho/ Regiões/ País	A,PQ, C,F,P	IE	IT	E,G,V, AQF,AF	CTDA	C	CGR	TA	ARS	IC	I	CCTS	ASA	E	SHAS	AEDR	OA
Sousel	30,4	s.d.	16,2	s.d.	n.a	5,2	5,2	2,6	5,2	s.d.	1,8	5,2	3,1	2,3	1,8	0,5	1,2
Alto Alentejo	19,7	0,2	15,5	s.d.	s.d.	6,7	6,7	2,7	7,9	0,5	1,4	6,6	6,3	1,8	3,3	1,0	2,5
Alentejo	22,4	1,2	14,9	0,2	1,0	6,8	6,8	3,7	7,7	0,9	1,2	4,8	7,6	2,0	4,0	1,1	2,8
Continente	4,8	0,2	17,7	0,3	0,9	8,7	8,7	4,5	8,6	3,2	1,9	7,0	11,9	2,4	4,9	1,5	2,3

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Legenda: A, PQ, C, F, P = Agric., prod. animal, caça, floresta e pesca; IE = Indústrias extrativas; IT = Indústrias transformadoras; E, G, V, AQF, AF = Elet., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; CTDA = Captação, trat. e dist. de água (...); C = Construção; CGR = Comércio por grosso e a retalho (...); TA = Transporte e armazenagem; ARS = Alojamento, restauração e similares; IC = Informação e comunicação; I = Imobiliárias; CCTS = Consultoria, científicas, técnicas e similares; ASA = Administrativas e dos serviços de apoio; E = Educação; SHAS = Saúde humana e apoio social; AEDR = Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; OA = Outras atividades: s.d. – sem dados.

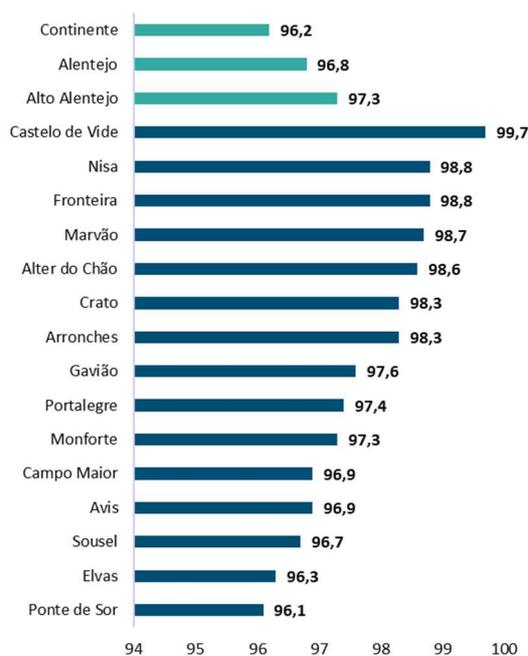
Gráfico 2.17: Percentagem de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, 2020



Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Importa também perceber a percentagem de empresas com menos de 10 trabalhadores existentes no país (Continente), nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e, em particular, no concelho de Sousel.

Gráfico 2.18: Empresas não financeiras com menos de 10 pessoas, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2020 (%)



Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

No gráfico anterior, vemos que mais de 95% das empresas empregavam menos de 10 pessoas no Continente (96,2%), no Alentejo (96,8%) e no Alto Alentejo (97,3%), um quadro decorrente da quase totalidade das empresas existentes no território serem pequenas e médias empresas.

O concelho de Sousel enquadra-se, claro, no mesmo cenário, porém, com percentagem inferior à regional (96,7%). Elvas e Ponte de Sor são que têm menores percentagens, cerca de 96% cada um.

Termina-se a análise do emprego com uma caracterização dos trabalhadores ao serviço das empresas,²⁰ em termos de situação na profissão, níveis de escolaridade, regime de trabalho e tipo de contrato.

O quadro nacional de trabalhadores por situação na profissão era constituído, no ano de 2019, por 94,2% de trabalhadores por conta de outrem, valor igual ao do Alentejo. Na região do Alto Alentejo, havia 93,8% trabalhadores por conta de outrem.

No concelho de Sousel, no mesmo ano, 88,2% dos trabalhadores ao serviço das empresas era trabalhador por conta de outrem. Por outro lado, havia mais empregadores neste concelho (9,8%) do que no país e das regiões do Alentejo e do Alto Alentejo (entre 5% e 6%).

Tabela 2.28: Trabalhadores ao serviço das empresas por situação na profissão, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (%)

Concelho/Regiões/ País	Empregador	Membro Ativo de Cooperativa de Produção	Trabalhador Familiar não Remunerado	Trabalhador Por Conta de Outrem
Sousel	9,8	2,0	0,0	88,2
Alto Alentejo	5,8	0,1	0,0	93,8
Alentejo	5,4	0,0	0,1	94,2
Continente	5,5	0,0	0,0	94,2

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Na sequência dos resultados da análise do indicador da situação na profissão, vamos analisar os níveis de escolaridade, o regime de trabalho e o tipo de contrato apenas para os Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO).

Em termos de escolaridade, e considerando como nível de análise Portugal continental, o número de TCO com Ensino Superior correspondia, em 2019, a 20,9%. A maioria havia concluído o 3º ciclo de escolaridade do Ensino Básico (26,4%) e o Ensino Secundário ou Pós-secundário (31,1%). Com menores proporções, embora ainda de considerar, surgem os que terminaram apenas o 2º ciclo de escolaridade (12,2%) e os que concluíram o 1º ciclo (9,1%).

O quadro das qualificações dos TCO, em 2019, era pior nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, sobretudo pelas percentagens mais baixas com Ensino Superior (14,2% e 14,3%, respetivamente), e pelas percentagens mais elevadas com apenas o 1º ciclo de escolaridade do Ensino Básico (12,2% no Alentejo e 13,3% no Alto Alentejo).

No concelho de Sousel a maioria dos TCO também tinham como nível de escolaridade concluído o 3º ciclo do Ensino Básico (35,6%) e o Ensino Secundário/Pós-Secundário (24,3%). O que diferencia o concelho das regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e, sobretudo, do país, é, por um lado, a percentagem mais baixa de TCO com Ensino

²⁰ Para estes indicadores utilizou-se a definição de empresa como “Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.” (metainformação – INE)

Superior (8,9%); por outro lado, a percentagem mais alta de TCO com apenas o 1º ciclo de escolaridade do Ensino Básico concluído entre os concelhos da região (16,3%).

Tabela 2.29: Trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade, nos concelhos, nas regiões Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (%)

Concelho/ Regiões/ País	Sem escolaridade	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário/Pós- secundário	Superior
Sousel	conf.	16,3	15,0	35,6	24,3	8,9
Alto Alentejo	0,5	13,3	15,0	29,8	27,0	14,3
Alentejo	0,7	12,2	12,8	29,3	30,8	14,2
Continente	0,4	9,1	12,2	26,4	31,1	20,9

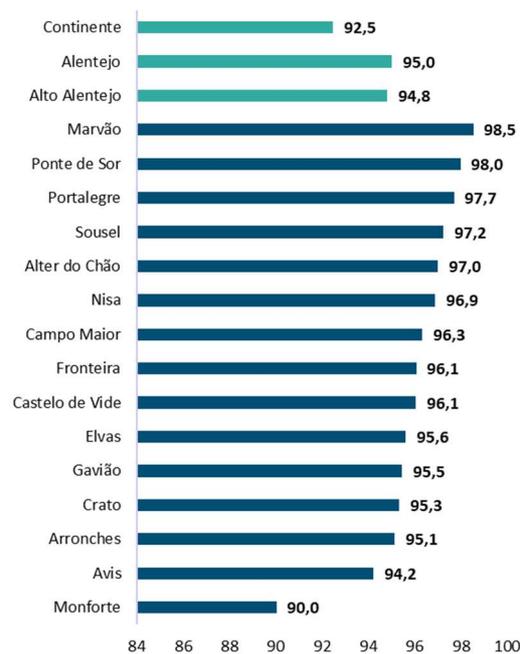
Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

A maioria dos TCO trabalham em regime completo no território nacional (92,5%) e nas regiões do Alentejo (95%) e do Alto Alentejo (94,8%).

No quadro regional, todos os concelhos têm percentagens elevadas, acima dos 90%, de TCO em regime de trabalho completo.

Sousel apresentava no ano de 2019 uma percentagem um superior à da região do Alto Alentejo, com 97,2% de TCO em regime completo.

Gráfico 2.19: Trabalhadores por conta de outrem com regime de tempo completo, nos concelhos e região do Alto Alentejo no Alentejo e no Continente, 2019 (%)



Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Relativamente ao tipo de contrato mais frequente entre os TCO, em Portugal Continental e nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, em 2019, destaca-se o contrato permanente/sem termo, com um peso maior no caso do distrito de Portalegre, com 70,3%, face a 64% nacionais e 61,9% no Alentejo. As percentagens nos três territórios mantiveram-se sem grandes alterações nos três anos em análise.

No concelho de Sousel existiram percentagens de TCO com contrato permanente/sem termo mais elevadas em comparação com os outros tipos de contrato nos três anos em análise, inferiores às observadas na região do Alto Alentejo, mas superiores às do Alentejo e do país.

Tabela 2.30: Trabalhadores por conta de outrem, por tipo de contrato, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018, 2019 (%)

Concelho/ Regiões/ País	A termo/ a prazo			A termo para cedência temporária			Permanente / sem termo		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Sousel	33,8	40,5	33,0	0,0	0,0	0,0	65,9	58,6	66,2
Alto Alentejo	29,1	29,0	29,3	0,0	0,0	0,0	70,4	70,3	70,3
Alentejo	34,8	35,8	36,1	0,9	1,0	1,1	63,4	62,2	61,9
Continente	31,0	32,4	32,4	3,3	3,3	2,9	64,9	63,6	64,0

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSS).

Desemprego e apoios sociais

Nesta secção começamos por analisar alguns indicadores relativos ao desemprego, nomeadamente as taxas de desemprego total e por sexo e por grupo etário, de acordo com os dados dos censos de 2001, 2011 e 2021, que dão conta do número de desempregados sobre o total da população ativa.

Na tabela seguinte verificamos que as taxas de desemprego totais foram particularmente elevadas no ano de 2011, consequência da crise financeira mundial iniciada no mercado imobiliário dos Estados Unidos da América. Nos outros anos em análise, 2001 e 2021, as taxas foram inferiores aos 10% em todos os territórios considerados, realçando-se que em 2021 as percentagens de desempregados no total da população ativa eram ligeiramente inferiores aos de 2001 nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, ao contrário do registado para o cenário nacional.

No concelho também se observa uma percentagem de desempregados inferior em 2021 (8,0%) em relação à de 2001 (8,8%); a percentagem registada em Sousel foi, nesse ano, superior à dos outros territórios considerados na tabela em baixo.

Observemos agora as diferenças entre as taxas de desemprego masculina e feminina. A nível nacional, a evolução das percentagens de mulheres desempregadas é similar à das percentagens de homens desempregados, embora sempre ligeiramente superiores. A percentagem de mulheres desempregadas em 2001 era, ao contrário do verificado entre a população ativa do sexo masculino, superior a 10% nas regiões do Alentejo e Alto Alentejo (12,5% e 11,9%, respetivamente); dessa forma, os aumentos em 2011 foram menos acentuados. No último ano em análise, as percentagens também diminuíram para valores inferiores aos de 2011, embora mantendo-se ligeiramente superiores às percentagens de desempregados homens.

No concelho de Sousel, as taxas de desemprego dos homens foram geralmente superiores às registadas na região do Alto Alentejo. A taxa de desemprego entre as mulheres ativas também superior à da região, e sempre mais elevada do que na população masculina. De registar que entre as mulheres, os valores de 2021 foram consideravelmente inferiores aos de 2001: 14,5 em 2001 e 9,4% em 2021.

Tabela 2.31: Taxa de desemprego segundo os censos, total e por sexo, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2001, 2011 e 2021

Concelho/Regiões/ País	Total			Masculino			Feminino		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Sousel	10,0	12,8	8,0	6,4	10,7	6,7	14,5	15,1	9,4
Alto Alentejo	8,0	15,7	7,6	4,9	14,8	6,8	11,9	16,6	8,5

Concelho/Regiões/ País	Total			Masculino			Feminino		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Alentejo	8,4	12,8	6,9	5,3	11,9	6,3	12,5	13,9	7,6
Continente	6,9	13,2	8,1	5,3	12,5	7,2	8,7	13,9	8,9

Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Na tabela em baixo expõem-se as percentagens de desempregados no total da população ativa por grupos etários. De uma forma geral, as percentagens de desempregados aumentaram no ano de 2011 nos vários grupos etários como verificado na análise anterior. Dessa forma, focamos a análise no ano de 2021.

Em Portugal continental, no ano de 2021 a taxa de desemprego era mais elevada nos grupos etários mais jovens – 18,4% no grupo com idades entre 15 e 24 anos e 9,3% entre os 25 e os 34 anos. Nos outros grupos etários, as percentagens de desempregados eram inferiores aos 8%. Nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo o quadro era parecido, embora com percentagens mais elevadas no distrito de Portalegre em que se registavam 20,2% de desempregados no grupo etário dos 15 aos 24 anos e mais de 10% entre os 25 e os 34 anos.

O concelho de Sousel contava no mesmo ano de 2021 com 19% de desempregados entre 15 e 25 anos e com 12,3% no grupo etário dos 25 aos 34 anos, valores próximos dos do distrito.

Tabela 2.32: Taxa de desemprego segundo os censos, por grupo etário, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2001, 2011 e 2021

Concelho/ Regiões/ País	15-24			25-34			35-44			45-54			55-64			65 ou mais		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Sousel	17,3	32,1	19,0	8,0	13,8	12,3	6,6	9,9	7,1	11,4	10,1	6,0	12,4	12,1	6,1	0,0	0,0	4,7
Alto Alentejo	17,0	37,5	20,2	7,7	16,8	10,1	6,4	12,6	6,8	5,9	12,8	5,7	7,5	13,9	6,5	0,3	0,4	2,7
Alentejo	15,8	29,0	17,2	8,1	13,1	8,5	6,8	10,7	5,9	6,6	10,8	5,4	9,3	12,5	6,1	0,4	0,4	2,5
Continente	12,4	27,7	18,4	6,2	12,3	9,3	5,3	10,8	6,8	5,7	12,1	6,5	7,9	14,0	7,8	0,8	0,4	3,0

Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Por último, exploram-se os dados relativos aos apoios sociais, em particular, o número de beneficiários dos principais apoios e de pensões disponíveis à população portuguesa.

Começamos por analisar a proporção de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)²¹ e do subsídio de desemprego,²² no total da população residente com 15 e mais anos, que permite aferir quantos indivíduos recebem estes apoios por cada 100 residentes com 15 ou mais anos. Enquanto a nível nacional e na região do Alentejo, as percentagens de beneficiários RSI (e RMG) têm pouco significado no total da população com 15 ou mais anos, no Alto Alentejo registou-se, nos três anos, um valor de 4,2%.

No concelho Portalegre, as percentagens de beneficiários do RSI foram superiores às da região nos três anos (um pouco acima dos 3,4%).

Relativamente aos beneficiários das prestações de desemprego da segurança social, é possível concluir, a partir dos dados expostos adiante, que assumem pouco peso na população de residentes entre 2019 e 2021. Porém, no ano de 2020, na sequência do contexto pandémico e dos vários confinamentos, as percentagens aumentaram ligeiramente a nível nacional, regional e concelhio, voltando a reduzir-se em muitos concelhos no ano subsequente. Foi o caso de Sousel.

Em Sousel, as percentagens de beneficiários do subsídio de desemprego são relativamente reduzidas. No último ano em análise havia no concelho menos de 2 beneficiários em cada 100 residentes com 15 e mais anos.

Tabela 2.33: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social e do subsídio de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2019-2021

Concelho/Regiões/ País	Rendimento Social de Inserção			Subsídio de desemprego		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Sousel	4,3	3,5	3,7	2,2	2,6	1,6
Alto Alentejo	1,3	1,3	1,6	1,6	1,9	1,3
Alentejo	4,2	3,7	3,6	1,6	2,1	1,5
Continente	8,4	7,3	7,1	1,6	2,3	1,6

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente).

Importa analisar, também, o peso dos beneficiários do subsídio por doença,²³ do abono de família,²⁴ das pensões da Segurança Social (SS) e da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e das pensões de sobrevivência,²⁵

²¹ O rendimento social de inserção (RSI) é o montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido.

²² O subsídio de desemprego é o montante compensatório atribuído pela segurança social durante um número limitado de meses enquanto o trabalhador que perdeu o seu emprego procura um novo trabalho.

²³ O subsídio de doença é o montante compensatório atribuído pela segurança social enquanto o beneficiário está temporariamente incapacitado para trabalhar.

²⁴ O abono de família para crianças e jovens é o montante atribuído mensalmente pela segurança social às famílias enquanto criam e educam os filhos.

²⁵ A pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido. A pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido.

invalidez²⁶ e velhice,²⁷ calculado sempre relativamente à população residente com 15 ou mais anos residente em cada unidade de território analisada.

No que respeita às percentagens de beneficiários do subsídio por doença, na região do Alto Alentejo registaram-se, entre 2018 e 2020, valores situados no intervalo entre os 7% e os 8%, denotando uma tendência de ligeiro crescimento face a 2018 na generalidade dos concelhos que compõem esta NUTIII.

Os valores do concelho de Sousel foram, nos três anos considerados, inferiores aos das regiões do Alto Alentejo e Alentejo e aos do Continente, representando cerca de 7% do total de residentes com 15 ou mais anos.

Relativamente aos beneficiários do abono de família, os valores apurados no intervalo entre 2019 e 2021 correspondem entre 8 e 9 beneficiários por cada 100 residentes com 15 ou mais anos de idade, no país e nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo.

Em Sousel, também neste indicador, verifica-se um menor peso relativo de beneficiários do abono de família, cerca de 9 em cada 100 residentes com 15 ou mais anos, em comparação com os valores das regiões do Alto Alentejo e Alentejo nos anos considerados.

Tabela 2.34: Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social e do Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2018-2021

Concelho/Regiões/ País	Subsídio por doença			Abono de família		
	2018	2019	2020	2019	2020	2021
Sousel	6,2	6,3	6,8	9,2	9,0	8,9
Alto Alentejo	7,1	7,7	7,3	10,0	9,8	9,7
Alentejo	7,2	7,7	7,4	9,3	9,2	9,0
Continente	7,8	8,3	8,0	9,4	9,0	8,8

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente; II/MTSSS).

Passamos agora a analisar as percentagens de pensionistas da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações. A nível nacional, considerando o ano de 2020, existiam cerca de 39,2% de pensionistas, enquanto na região do Alentejo registavam-se 46,8% para o mesmo ano. No caso do Alto Alentejo, a média situa-se um pouco mais acima, na ordem dos 52,8% pensionistas, no total dos residentes com 15 ou mais anos.

O concelho de Sousel apresentava um cenário com percentagens que rondavam os 56%, ou seja, particularmente elevadas.

À semelhança do observado com as pensões da SS e da CGA, as pensões por velhice tiveram, no período em análise (2018 e 2020), maior peso nas regiões do Alto Alentejo e do Alentejo, com percentagens que rondam os 28,9% e os 26,3% respetivamente, do que o registado a nível nacional (cerca de 22%). Considerando os três anos em análise, observa-se ainda uma ligeira tendência de diminuição no país e nas regiões.

No concelho de Sousel registaram-se percentagens superiores nos três anos considerados, cerca de 34% nos três anos em análise.

²⁶ A pensão de invalidez é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem tem incapacidade permanente para trabalhar, mas não tem idade para se reformar.

²⁷ A pensão de velhice é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem atinge uma determinada idade e tempo de descontos. Os idosos que não descontaram anos suficientes ou que não estão abrangidos por qualquer sistema de proteção social podem aceder à pensão social de velhice.

Este cenário enquadra-se nas características demográficas associadas aos territórios em análise, ou seja, no cenário de envelhecimento acentuado, em que a relação de dependência de idosos é particularmente elevada, reproduzindo a mesma tendência observável noutras regiões do país, nomeadamente em regiões e territórios de baixa densidade demográfica. Um cenário menos grave no concelho.

Quanto às pensões de invalidez, tendo em conta as médias apuradas para a sub-região do Alto Alentejo (2,7%), para a região Alentejo (2,8%) e para o país (1,9%), o concelho de Sousel apresentou percentagens de beneficiários semelhantes às das NUT II e III e que rondam os 2%.

Em termos de pensões de sobrevivência, nos três anos analisados, as percentagens de beneficiários deste apoio no total dos residentes também são consideráveis – perto de 8 beneficiários em cada 100 residentes com 15 ou mais anos no país, entre 10 e 11 nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo.

No concelho de Sousel, os dados expostos na tabela seguinte mostram como existiam mais beneficiários da pensão de sobrevivência entre 2018 e 2020 – cerca de 14 beneficiários por cada 100 residentes com 15 ou mais anos – face aos valores do Alto Alentejo, do Alentejo e do país.

Tabela 2.35: Beneficiários de pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, de velhice, de invalidez e de sobrevivência, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2018-2020

Concelhos/ Região/ País	SS e CGA			Velhice			Invalidez			Sobrevivência		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Sousel	56,4	56,6	56,3	34,4	33,9	33,7	2,2	2,4	2,3	13,4	13,8	13,8
Alto Alentejo	53,7	53,7	52,8	29,7	29,4	28,9	2,8	3,0	2,7	11,0	11,1	11,0
Alentejo	47,3	47,3	46,8	26,8	26,5	26,3	2,7	3,0	2,8	10,0	10,0	9,9
Continente	39,5	39,7	39,2	22,6	22,6	22,4	1,9	2,0	1,9	7,8	7,8	7,7

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente; ISS/MTSSS).

População ativa, taxas de atividade e remunerações

Nesta secção analisam-se os indicadores referentes à população ativa²⁸ e às taxas de atividade,²⁹ recorrendo aos dados dos censos, e aos ganhos médios mensais dos Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO) fazendo a análise por sexo, por nível de escolaridade e por setor de atividade económica.

Começamos por analisar os indicadores sobre a população ativa, ou seja, os ativos a partir dos 15 anos que são mão-de-obra disponível para trabalhar e onde se inserem todos os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

Na tabela seguinte verifica-se que, no continente, houve um aumento de mais de 2800 ativos entre o primeiro e o último período censitário, e uma perda francamente acentuada de população ativa no período censitário seguinte, ou seja, em 2021 (uma perda de mais de 190 mil ativos). Nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo a perda de ativos foi uma constante desde 2001 e aumentou de ritmo no último período censitário.

No concelho de Sousel a tendência foi idêntica com uma perda de 642 ativos entre 2001 e 2021.

²⁸ Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). (metainformação - INE)

²⁹ A taxa de atividade representa o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos. Os ativos são a mão de obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

Tabela 2.36: População ativa total segundo os censos, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2001, 2011, 2021

Concelho/ Região/ País	2001	2011	2021
Sousel	2420	2097	1778
Alto Alentejo	53 610	50 477	44 053
Alentejo	352 949	342 654	313 915
Continente	4 778 115	4 780 963	4 590 360

Fonte: Pordata (INE - XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Completa-se a análise da população ativa com as taxas de atividade que permitem aferir onde é que existem mais indivíduos a partir dos 15 anos que podem ser considerados mão de obra disponível para trabalhar, empregados ou desempregados, sobre o total da população com 15 ou mais anos.

Em termos relativos, na tabela seguinte, observa-se que, nos três anos em análise, existiam mais ativos no continente por cada 100 indivíduos com 15 ou mais anos, por comparação com as regiões do Alentejo e do Alto Alentejo. No entanto, enquanto no continente existiram diminuições com maior ritmo nos dois períodos censitários, as diminuições das taxas de atividade no Alentejo são menores, enquanto no Alto Alentejo apenas entre 2011 e 2021 a taxa de atividade diminuiu ligeiramente.

Ainda assim, as taxas de atividade no Alto Alentejo são reduzidas (cerca de 49% em 2001 e 2011 e 48% em 2021), face aos cerca de 53% em 2001, 52,4% em 2011 e 51% na região do Alentejo e aos perto de 58% em 2001, cerca de 56% em 2011 e 53,4% observados no continente.

De acordo com os resultados dos três censos em análise, as taxas de atividade no concelho de Sousel foram sempre mais baixas do que na região do Alto Alentejo: 48% em 2001, 47,3% em 2011 e 45,9% em 2021.

Tabela 2.37: Taxas de atividade segundo os censos, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2001, 2011, 2021

Concelho/ Região/ País	2001	2011	2021
Sousel	48,0	47,3	45,9
Alto Alentejo	48,7	48,8	47,6
Alentejo	52,7	52,4	50,8
Continente	57,5	55,8	53,4

Fonte: Pordata (INE - XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

A análise dos ganhos médios mensais³⁰ (ver tabela seguinte) mostra como no território nacional os ganhos médios mensais revelam uma tendência de aumento quando considerados os anos de 2017, 2018 e 2019, atingindo os 1 210€ no último ano.

Nas regiões do Alentejo e Alto Alentejo regista-se a mesma tendência de aumento, no entanto, os valores médios são consideravelmente inferiores; em 2019, os ganhos médios mensais eram, respetivamente, de 1 068€ e de 990€.

O concelho de Sousel apresentou ao longo da série ganhos médios mensais mais baixos em comparação com o cenário regional e nacional.

³⁰ O ganho mensal é o montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios. (metainformação – INE)

Tabela 2.38: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018, 2019 (€)

Concelho/ Região/ País	2017	2018	2019
Sousel	846	855	925
Alto Alentejo	935	968	990
Alentejo	1016	1051	1068
Continente	1133	1170	1210

Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Importa também aferir as diferenças entre homens e mulheres no que respeita aos ganhos médios mensais.

A tabela que se segue mostra que as diferenças salariais entre TCO masculinos e femininos permanece uma questão a resolver quer no cenário nacional. Os TCO do sexo feminino ganhavam, em média, no ano de 2019, menos 225€ no continente, -202€ no Alentejo, -172€ no Alto Alentejo e -159€ no concelho de Sousel. A diferença salarial entre homens e mulheres aumentou nestes territórios em 2018 e tornou a diminuir em 2019 para valores inferiores aos do primeiro ano da série.

Em Sousel, as diferenças salariais são menos acentuadas, o que decorre dos baixos ganhos médios mensais que se praticam no concelho.

Tabela 2.39: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por sexo, e diferença mulheres-homens, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)

Concelhos/ Região/ País	Homens			Mulheres			Diferença mulheres-homens		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Sousel	918	931	990	765	775	832	-153	-156	-159
Alto Alentejo	1028	1065	1072	837	867	900	-192	-198	-172
Alentejo	1114	1153	1157	897	925	956	-217	-228	-202
Continente	1237	1274	1312	1011	1047	1087	-226	-227	-225

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

A relação entre o nível de escolaridade concluída e os ganhos médios mensais dos TCO demonstra que os salários médios do país e na região do Alentejo aumentam consoante o nível de escolaridade concluída também aumenta.

Os TCO sem escolaridade recebiam, reportando-nos ao ano de 2019, em média, menos de 800€, e ultrapassavam esse valor os que tinham o 1º ciclo de escolaridade concluído. Os salários ascendiam para mais de 900€, em média, entre os TCO com os 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, ultrapassavam os 1 000€ entre os que concluíam o Ensino Secundário ou Pós-secundário. Por último, os TCO com o Ensino Superior concluído ganhavam, em média, cerca de 1 700€ nos territórios do Alentejo e perto de 1 900€ ao nível nacional.

Já no concelho de Sousel verifica-se que em 2019 os TCO com o 1º ciclo de escolaridade do Ensino Básico tinham ganhos médios mensais de 832€, ligeiramente inferiores aos dos TCO com o 2º ciclo (844€), com o 3º ciclo (868€) e com o Ensino Secundário/Pós-secundário (938€) concluído. Apenas os TCO com o Ensino Superior recebiam mais (1419€).

Tabela 2.40: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade concluída, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)

Concelho/ Região/ País	Sem escolaridade	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário/ Pós- secundário	Superior
Sousel	conf.	832	844	868	938	1419
Alto Alentejo	769	856	869	881	979	1508

Concelho/ Região/ País	Sem escolaridade	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário/ Pós- secundário	Superior
Alentejo	793	868	924	937	1026	1677
Continente	789	870	913	951	1117	1890

Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

A análise dos ganhos médios mensais dos TCO por setor de atividade económica que os emprega não identifica nenhum padrão relacional específico. A nível nacional e, também, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, no setor das atividades de *Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca* os ganhos médios, em 2019, eram os mais reduzidos (entre cerca de 900€ e 950€).

Os setores de atividade económica com ganhos médios mensais mais elevados eram os da *Indústria, construção, energia e água* e das *Indústrias transformadoras* a nível nacional e nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, e ainda dos *Serviços* no Alentejo e no país.

A análise dos valores médios do concelho de Sousel permite identificar que em todos os setores de atividade, os ganhos médios mensais eram inferiores aos dos outros territórios considerados na tabela em baixo.

Tabela 2.41: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade económica, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)

Concelho/ Regiões/ País	A, PA, C, S, P	I, C, E, A	IT	Construção	Serviços
Sousel	878	949	956	906	938
Alto Alentejo	897	1091	1119	912	964
Alentejo	914	1253	1243	972	1015
Continente	946	1144	1155	1025	1248

Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

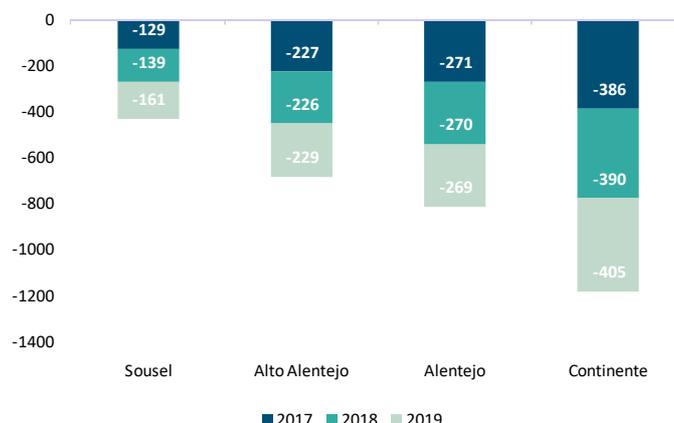
Legenda: A, PA, C, S, P = *Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca*; I, C, E, A = *Indústria, construção, energia e água*; IT = *Indústrias transformadoras*.

Para finalizar a análise relativa aos salários dos TCO, importa comparar o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores com o mesmo tipo de situação profissional.

O cenário geral, no ano de 2019, era de remuneração base média mensal superior ao salário mínimo nacional, de forma mais acentuada a nível nacional (405€) e menos acentuada no Alentejo (268€) e no Alto Alentejo (229€). Além disso, a nível nacional a diferença entre salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal tem vindo a aumentar, mesmo que de forma ligeira, o que não se verifica nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo.

Em Sousel, a diferença entre a remuneração base média mensal e o salário mínimo nacional foi sempre bastante desfavorável ao concelho. Em termos absolutos, a diferença entre salário mínimo e remuneração base média era de 161€ sendo consideravelmente inferior à das regiões do Alto Alentejo, Alentejo e do país.

Gráfico 2.20: Diferença entre a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem e o salário mínimo nacional, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018 e 2019 (€)



Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Escolaridade e qualificações da população

Nesta secção, prossegue-se a caracterização socioeconómica da população com a análise dos níveis de escolaridade dos residentes com 15 ou mais anos e da taxa de analfabetismo, utilizando, com esse objetivo, os dados dos recentes censos realizados em 2021.

No gráfico em baixo observa-se que mais de 40% da população com 15 ou mais anos residente em Portugal continental tinha o Ensino Secundário (23,6%) ou o Ensino Superior (20%) como nível de escolaridade completo mais elevado. No Alentejo registavam-se menos residentes com aqueles níveis de escolaridade (23,1% tinha o Ensino Secundário e 14,7% com o Ensino Superior) e no Alto Alentejo os números eram similares, ainda que ligeiramente inferiores (21,9% com o Ensino Secundário e 14% com o Ensino Superior).

Gráfico 2.21: População residente com 15 ou mais anos segundo os censos por nível de escolaridade completo mais elevado, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2021



Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

As percentagens dos residentes sem escolaridade ou com o 1º ciclo de escolaridade do Ensino Básico completo mostram um cenário inverso, ou seja, percentagens mais elevadas no Alto Alentejo (9,2% de residentes sem

escolaridade e 26,2% com o 1º ciclo) em relação às da região do Alentejo (8,5% e 24,2%, pela ordem); e ambas as regiões com percentagens superiores às nacionais (5,8% e 22,2%).

Comparada com as regiões do Alto Alentejo e do Alentejo, a distribuição de residentes com 15 ou mais anos por nível de escolaridade é particularmente desfavorável ao concelho de Sousel que apresenta percentagens de residentes com 15 ou mais anos sem escolaridade (11,3%), com o 1º ciclo (28,2%) e com o 3º ciclo (20,2%) mais elevadas do que os outros territórios analisados; e proporções de residentes com o Ensino Secundário (19,6%) ou Superior (10,7%) concluído.

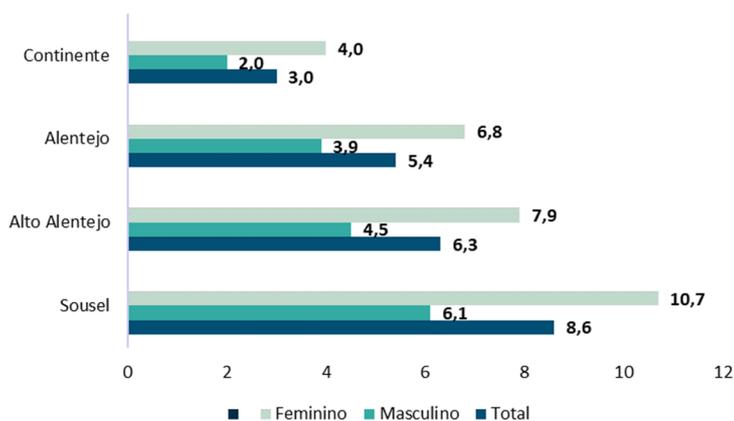
As taxas de analfabetismo referem-se ao peso que a população de residentes com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever no total da população de residentes com 10 ou mais anos, ou seja, falam sobre a percentagem de indivíduos analfabetos existentes em cada território.³¹

Considerando o território nacional do continente, a percentagem total de analfabetos é ainda 4%, ou seja, relativamente reduzida.

Já nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo a taxa de analfabetismo total ascende aos 5,4% e aos 6,3%, respetivamente, assumindo maior peso entre a população feminina – 6,8% e 7,9%, igualmente pela ordem de territórios, das mulheres não sabem ler nem escrever.

No caso do concelho de Sousel, a taxa total de analfabetos é de 8,6%, assumindo um peso elevado na população feminina, em que cerca de 10,7 mulheres com 10 ou mais anos em cada 100 não sabe ler nem escrever; mas, em que a percentagem de homens na mesma situação também é considerável (6,1%).

Gráfico 2.22: Taxa de analfabetismo segundo os censos, total e por sexo, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2021



Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

³¹ Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa. (metainformação - INE)

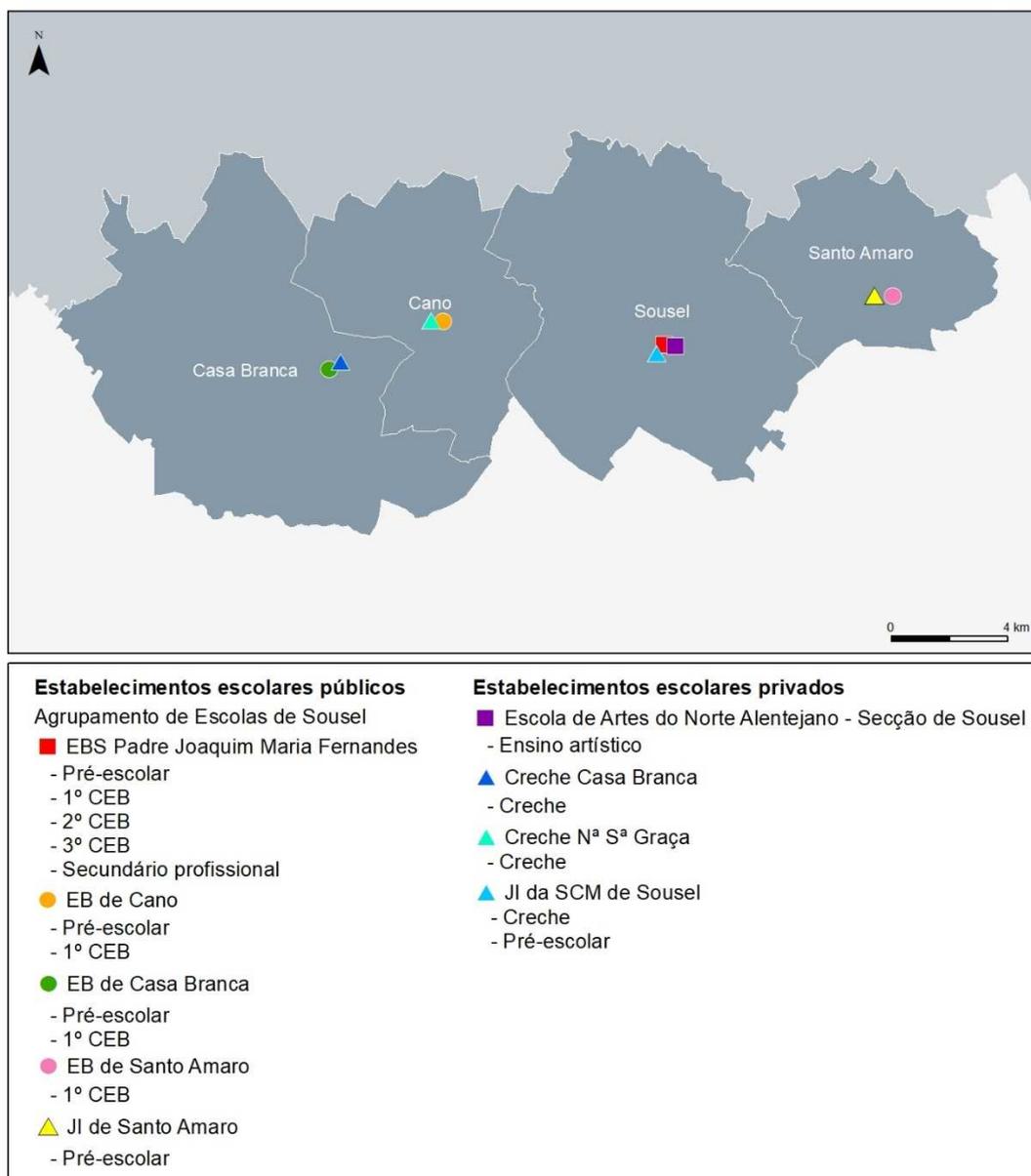
Sistema Educativo concelhio

Estabelecimentos escolares: identificação, localização e descrição

A análise do sistema educativo do concelho foi realizada tendo como referência o ano letivo de 2021/2022 sobre o qual, no início do processo de recolha de informação, existiam dados em todas as dimensões necessárias.

No concelho de Sousel o sistema educativo integrava 5 Unidades Orgânicas (UO) cuja localização se pode verificar no mapa em baixo.

Figura 2.4: Georreferenciação dos estabelecimentos escolares do concelho das redes pública e privada



Fonte: construção própria.

Na rede pública, o Agrupamento de Escolas de Sousel (AE de Sousel) constituído por 5 estabelecimentos escolares:

1. Escola Básica e Secundária Padre Joaquim Maria Fernandes, Sousel (EBS Padre Joaquim Maria Fernandes) com oferta de Pré-escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário;
2. Escola Básica de Cano, Sousel (EB de Cano) com oferta de Pré-escolar e 1º ciclo;
3. Escola Básica de Casa Branca, Sousel (EB de Casa Branca) com oferta de Pré-escolar 1º ciclo;
4. Escola Básica de Santo Amaro, Sousel (EB de Santo Amaro) com oferta de 1º ciclo (Escola aberta com autorização excecional. Todos os anos a Autarquia fundamenta a necessidade à DGEstE);
5. Jardim de Infância de Santo Amaro, Sousel (JI de Santo Amaro) com oferta de Pré-escolar.

Enquanto na rede privada, existiam 4 UO. A Escola de Artes do Norte Alentejano – Secção de Sousel que não vai ser analisada de forma profundo devido à necessidade de foco sobre a oferta para primeira infância, o Ensino Básico e o Ensino Secundário. E outras três UO com resposta para primeira infância:

6. Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Sousel (JI da SCM de Sousel) com as valências de Berçário, Creche e Pré-escolar;
7. Creche Casa Branca
8. Creche Nossa Senhora da Graça (Creche Nª Sª da Graça).

Os estabelecimentos escolares serão designados ao longo do documento de acordo com o indicado entre parêntesis para facilidade de leitura.

Os estabelecimentos escolares da rede pública foram construídos por altura do Plano dos Centenários (1941-1969) e, de acordo com os dados fornecidos, não foram alvo de qualquer grande intervenção. A escola sede – a EBS Padre Joaquim Maria Fernandes – integra um edifício que foi construído em 2015, mas desconhece-se a data de construção dos edifícios mais antigos. Todos foram construídos de raiz para a função de ensino e são propriedade do Município de Sousel.

Na rede privada, os primeiros estabelecimentos foram construídos em 1982, para a função de ensino no caso do JI da SCM de Sousel que é da propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Sousel; e a Creche Nª Sª da Graça que é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Cano. A Creche Casa Branca, propriedade da Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel (Junta de Freguesia de Casa Branca) foi construído em 1986, também para a função de ensino, e o edificado foi intervencionado em 2006.

Tabela 2.42: Informações gerais sobre estabelecimentos escolares das redes pública e privada

Estabelecimentos escolares	Ano de construção do edifício original	Ano de construção do edifício mais recente	Construído de raiz para o ensino	Propriedade	Ano da última intervenção (+50% do edifício)
EBS Padre Joaquim Maria Fernandes	-	2015	Sim	Município	-
EB de Cano	EPC	-	Sim	Município	-
EB de Casa Branca	EPC	-	Sim	Município	-
EB de Santo Amaro	EPC	-	Sim	Município	-
JI de Santo Amaro	EPC	-	Sim	Município	-
JI da SCM de Sousel	1982	-	Sim	SCM de Sousel	-
Creche Casa Branca	1986	-	Sim	CMCS	2006
Creche Nª Sª da Graça	1982	-	-	SCM de Cano	-

Fonte: Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Cano.

Legenda: EPC = Escola do Plano dos Centenários (1941-1969); SCM – Santa Casa da Misericórdia; CMCS = Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel (Junta de Freguesia de Casa Branca).

No decorrer da avaliação da Carta Educativa sentiu-se a necessidade de regularizar a rede escolar de Casa Branca com a criação do Jardim de Infância de Casa Branca, Sousel, sito no Largo Dr. Mâncio Canelas. Houve igualmente necessidade de reativar a escola básica, com a conseqüente alteração de designação para Jardim de Infância de Santo Amaro, Sousel, a funcionar com a valência de Educação Pré-Escolar e autorização excecional de funcionamento para o 1º CEB.

Tratando-se de uma alteração à rede, posterior à conclusão do diagnóstico, que não acarreta alteração nos indicadores analisados ao longo da elaboração do documento, mantivemos o capítulo então elaborado e alterámos o Anexo 1 - Intervenções Futuras, considerando as novas designações dos estabelecimentos entretanto atualizadas.

Estado de conservação dos espaços e equipamentos

Nesta secção identificam-se os espaços e equipamentos escolares internos e externos das quatro unidades orgânicas – AE de Sousel, JI da SCM de Sousel, Creche Casa Branca e Creche Nº Sª da Graça – e avalia-se o estado de conservação dos mesmos de acordo com os dados enviados por cada entidade (tabelas em baixo). O Estado de Conservação (EC) foi avaliado pelos representantes de cada UO considerando uma escala de cinco níveis em que 1 = Muito Mau; 2 = Mau; 3 = Satisfatório; 4 = Bom; 5 = Muito Bom.

As avaliações do estado de conservação dos espaços e equipamentos escolares feitas pelos representantes de cada UO demonstram como o edificado do AE de Sousel, do JI da SCM de Sousel, da Creche Casa Branca e da Creche Nº Sª da Graça tem boas condições (avaliados com estado satisfatório e sobretudo bom ou muito bom). Nestas UO há que considerar para revisão a questão da rede *wifi* na EB e no JI de Santo Amaro (nível 1 ou mau) e nas EB de Cano e Casa Branco (nível 3 ou satisfatório); e as questões relacionadas com a eficiência energética na Creche Nº Sª da Graça.

De notar como, ao contrário da escola sede do Agrupamento, os outros estabelecimentos escolares têm menos espaços, em particular quando considerados os que servem para trabalho de profissionais, alunos e famílias.

Tabela 2.43: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para atividades letivas das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Salas de aula		Salas polivalentes		Salas de informática		Salas de estudo		Pavilhão desportivo		Oficinas		Salas de música		Laboratórios de ciências		Espaços para alunos com PEI		Salas de CAF/AAAF	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EBS P. J. M. Fernandes	33	5	1	5	2	5	1	5	1	5	-	-	1	5	3	5	1	5	1	5
EB de Cano	4	4	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
EB de Casa Branca	3	4	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
EB de Santo Amaro	2	4	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JI de Santo Amaro	1	4	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
JI da SCM de Sousel	5	4	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Creche Casa Branca	3	4	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Creche N ^a S ^a Graça	2	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Cano.

Legenda: PEI – Programa Educativo Individual; CAF – Componente e Apoio à Família; AAAF – Atividades de Animação e de Apoio à Família.

Tabela 2.44: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para trabalho das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Salas de direção/ coordenação		Salas de professores		Salas de educadores		Salas de assistentes operacionais /auxiliares de ação educativa		Salas de reuniões/ trabalho		Salas de receção às famílias/da Associação de pais		Salas da Associação de alunos		Biblioteca/ Centro de documentação		Gabinete de apoio aos alunos		Auditórios	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EBS P. J. M. Fernandes	6	5	1	5	1	5	1	5	1	1	1	5	-	-	1	5	1	5	1	5
EB de Cano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EB de Casa Branca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EB de Santo Amaro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JI de Santo Amaro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JI da SCM de Sousel	1	4	-	-	1	4	-	-	1	4	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-
Creche Casa Branca	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-
Creche N ^a S ^a Graça	1	3	-	-	-	-	1	3	1	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Cano.

Tabela 2.45: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para outras utilizações das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Refeitório		Bar/Bufete		Cozinha		Serviços Admist.		Secretaria		Portaria		Espaços para brincar		Salas de convívio dos alunos		Balneários		Sanitários	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EBS P. J. M. Fernandes	1	5	1	5	1	5	1	5	1	5	1	5	1	5	1	5	-	-	9	5
EB de Cano	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-	-	-	2	4
EB de Casa Branca	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-	-	-	2	4
EB de Santo Amaro	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-	-	-	1	4
JI de Santo Amaro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-	-	-	1	4
JI da SCM de Sousel	1	4	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Creche Casa Branca	1	4	-	-	1	5	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Creche N ^a S ^a Graça	1	3	-	-	1	3	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	2	3

Fonte: Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Cano.

Tabela 2.46: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços e equipamentos exteriores para outras utilizações das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Vedação exterior		Espaços verdes		Espaços de recreio		Parques infantis		Recreio coberto		Horta pedagógica		Campos de desporto		Bancos		Mesas		Espaços para prática de desporto	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EBS P. J. M. Fernandes	1	3	-	-	1	4	1	5	-	-	-	-	1	5	10	5	450	5	1	5
EB de Cano	1	4	-	-	1	4	-	-	1	3	-	-	-	-	3	3	30	5	1	3
EB de Casa Branca	1	4	-	-	1	4	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	50	5	1	3
EB de Santo Amaro	1	4	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	5	1	3
JI de Santo Amaro	1	4	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	5	1	3
JI da SCM de Sousel	1	4	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	4	-	-	-	-
Creche Casa Branca	1	4	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-
Creche N ^a S ^a Graça	1	3	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-

Fonte: Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Cano.

Tabela 2.47: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos equipamentos para várias utilizações das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Computadores		Tablets		Computadores com ligação à internet		Quadros interativos		Projetores		Conjuntos de materiais pedagógicos		Instrumentos de música		Equip. desportivos		Equip. de laboratório		Equip. de audiovisual	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EBS P. J. M. Fernandes	161	4	15	4	161	4	22	3	37	3	10	4	-	-	6	4	-	-	12	4
EB de Cano	8	4	6	4	8	4	2	3	2	3	2	3	1	3	-	-	-	-	3	4
EB de Casa Branca	8	4	6	4	8	4	2	3	2	3	2	3	1	3	-	-	-	-	3	4
EB de Santo Amaro	6	4	3	4	8	4	1	3	2	3	2	3	1	3	-	-	-	-	3	4
JI de Santo Amaro	1	4	3	4	1	4	-	-	-	-	2	3	1	3	-	-	-	-	3	4
JI da SCM de Sousel	5	4	-	-	5	4	-	-	-	-	-	-	10	4	-	-	-	-	-	-
Creche Casa Branca	1	4	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Creche N ^a S ^a Graça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Cano.

Tabela 2.48: Avaliação geral da qualidade dos edifícios

Estabelecimentos escolares	Rede wifi	Rede elétrica	Rede de saneamento	Conforto térmico	Conforto lumínico	Eficiência energética	Acessos a espaços exteriores	Acessos aos edifícios	Elevadores	Materiais desportivos	Materiais laboratoriais
EBS P. J. M. Fernandes	5	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
EB de Cano	3	4	4	4	4	4	4	4	-	3	-
EB de Casa Branca	3	4	4	4	4	4	4	4	-	3	-
EB de Santo Amaro	2	4	4	4	4	4	4	4	-	3	-
JI de Santo Amaro	2	4	4	4	4	4	4	4	-	3	-
JI da SCM de Sousel	4	4	4	4	4	4	4	4	-	-	-
Creche Casa Branca	4	4	4	4	4	4	4	4	-	-	-
Creche N ^a S ^a Graça	-	3	3	3	3	1	4	-	-	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Cano.

Irradiação, população base e área de influência

Para terminar a análise dos estabelecimentos escolares apresentam-se indicadores relativos à irradiação que se referem à questão da mobilidade dos alunos (em termos de tempo e de transportes), o número máximo de alunos que o edificado está licenciado para acolher e a área de influência de cada um.

Na rede pública, o tempo de viagem casa-escola do aluno residente no concelho que mora mais longe da escola de frequência é de apenas 20 minutos, viagem de 17 km realizada por autocarro no caso da escola sede do AE de Sousel; e de 2 km a pé nos outros estabelecimentos. Apenas a escola sede serve todas as freguesias do concelho pelas ofertas únicas de 2º e 3º ciclo do Ensino Básico e de Ensino Secundário.

Na rede privada, os tempos de viagem casa-escola eram igualmente adequados no JI da SCM de Sousel e na Creche Casa Branca em que a viagem de 11 e 23km, respetivamente, realizada por carro próprio dos encarregados de educação, demorava 10 e 25 minutos, pela ordem de estabelecimentos.

Tabela 2.49: Irradiação máxima, população base e área de influência dos estabelecimentos escolares das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Irradiação ¹			População base máxima ²	Áreas de influência ³
	Distância (Km)	Tempo de viagem (minutos)	Meio de transporte		
EBS Padre Joaquim Maria Fernandes	17	20	Autocarro	419	Todas
EB de Cano	2	20	A pé	49	Cano
EB de Casa Branca	2	20	A pé	49	Casa Branca
EB de Santo Amaro	2	20	A pé	49	Santo Amaro
JI de Santo Amaro	2	20	A pé	49	Santo Amaro
JI SCM de Sousel	11	10	Carro	95	Todas
Creche Casa Branca	23	25	Carro	s.d.	Todas
Creche Nª Sª Graça	s.d.	s.d.	s.d.	30	Cano

Fonte: Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Cano.

Legenda: s.d. = Sem dados.

Notas: ¹Os dados sobre a Irradiação devem ser preenchidos relativamente ao aluno residente no concelho que mora mais longe da escola que frequenta; ²Número máximo de alunos que a escola pode acolher considerando as salas de aula; ³Freguesias ou Uniões de freguesia que estão na área de influência de cada escola.

Ofertas formativas e educativas

O próximo ponto descreve as ofertas educativas existentes no concelho de Sousel que, no seu todo, compreendem a oferta de Berçário e Creche (rede privada), Pré-escolar (rede privada e rede pública), os três ciclos de Ensino Básico (público) e a oferta pública de Ensino Secundário (apenas Ensino Profissional).

De uma maneira geral, e como ponto positivo, ressalta o facto de existir uma oferta relativamente diversificada e que, de acordo com os atores locais, está adaptada à realidade socioeconómica do território. Esta compreende todas as fases de ensino, incluindo o ensino secundário e o ensino artístico especializado nos 2º e 3º ciclos do ensino básico. Em todo o caso, ao nível do Ensino Secundário não existe oferta de Cursos Científico-Humanísticos.

À semelhança de outros concelhos do Alto Alentejo, Sousel depara-se com um problema de envelhecimento populacional que traz implicações futuras para os níveis de procura.

Educação de Primeira Infância

Berçário e Creche

A educação de Primeira Infância integra as ofertas de Berçário e Creche para crianças com idades compreendidas entre os 3 meses, 3 meses e meio e os 3 anos e a oferta de Pré-escolar destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade, que antecede imediatamente o 1º ciclo do Ensino Básico.

Estas ofertas têm uma importância acrescida no desenvolvimento socioeducativo das crianças e, por um lado, garantem uma melhor preparação para a entrada no período de escolaridade obrigatória e, por outro lado, atuam como complemento e apoio à ação educativa das famílias.

Eram 3 as instituições em Sousel com esta oferta em 2021/2022, com um total de 44 crianças a frequentarem a Creche e 33 crianças inscritas em Berçário:

- JI da SCM de Sousel, 15 crianças em Creche (1 sala disponível) e 25 crianças em Berçário (2 salas disponíveis);
- Creche Casa Branca, 14 crianças em Creche (2 salas), 8 crianças em Berçário (1 sala);
- Creche Nª Sª da Graça, 15 alunos em Creche (1 sala).

Foram calculadas taxas de ocupação a partir de estimativas de capacidade máxima³² para estas instituições, com o objetivo de estimar a margem para integração de mais crianças. Assim, as taxas de ocupação máxima sugerem que existe alguma sobrelotação mais evidente, não obstante, numa das instituições, pelo que esta ultrapassa a ordem dos 100% no caso da oferta de Berçário no JI da SCM de Sousel (125%), sendo de 80% no caso da Creche Casa Branca; na valência de Creche esta taxa encontra-se na casa dos 90% quando considerado o JI da SCM de Sousel (93,7%), sendo mais baixa nos restantes casos, ou seja, de 43,75% na Creche Casa Branca e de 46,8% no caso da Creche Nª Sª da Graça. Refira-se que quando as Taxas de Ocupação ultrapassam a ordem dos 100%, ou se aproximam muito deste valor, significa que a margem para integração de novas crianças é já muito diminuta, pelo que as instituições e escolas se encontram lotadas ou, pelo menos, muito perto da sua lotação máxima.

Pré-escolar

No caso da educação Pré-escolar, e para o mesmo ano letivo, existia um total de 72 alunos distribuídos pelos 4 estabelecimentos do AE de Sousel (total de 4 salas), com uma Taxa de Ocupação máxima global de 80%, como se pode verificar com os dados que constam na tabela a seguir.

Tabela 2.50: Número de crianças inscritas em Pré-Escolar, por estabelecimento, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2021/2022

Escola	Alunos Pré-escolar	Salas	Taxa de ocupação
Jl de Santo Amaro	15	1	66,7

³² Para averiguar a Capacidade (nº máximo de alunos) = Salas*ponto médio, ou em alguns casos máximo, dos limites/referenciais da dimensão de turma (10 em berçário, 16 em creche e 22,5 no pré-escolar). Note-se que para as salas foram apenas consideradas as que são exclusivamente de aulas, identificadas pelos agrupamentos e entidades no inquérito administrativo de 2022, ou na informação facultada pelas instituições; de seguida, efetuou-se o Balanço: Número de alunos 2020/21 – Capacidade (nº máximo de alunos); e, finalmente, calculou-se a Taxa de Ocupação: Número de alunos /balanço *100.

Escola	Alunos Pré-escolar	Salas	Taxa de ocupação
EBS Padre Joaquim Maria Fernandes	25	1	111,1
EB de Cano	16	1	71,1
EB de Casa Branca	16	1	71,1
Total	72	4	80,0

Fonte: Agrupamento de Escolas de Sousel.

Além da rede pública, e para o mesmo ano letivo, existiam ainda 45 alunos inscritos na rede privada (2 salas disponíveis), mais propriamente no JI da SCM de Sousel (Taxa de Ocupação de 100%).

A população residente dos 3 aos 5 anos no concelho de Sousel era de 108 crianças, em 2021, sendo a Taxa de Pré-Escolarização de 117%; o mesmo sugere alguma absorção de alunos provenientes de outros concelhos, uma vez que a população escolar que frequenta este nível de ensino em ambas as redes (117) excede a população residente do concelho apta a frequentar.

Ensino Básico

O Ensino Básico compreende 3 ciclos de ensino e abarca as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 anos e os 14 anos de idade. Abrange além da oferta mais comum nesta etapa escolar, o Ensino Artístico Especializado nos 2º e 3º ciclos facultado por via de um protocolo estabelecido com a Escola de Arte do Norte Alentejo.

1º Ciclo de escolaridade

Ao nível do 1º ciclo, frequentavam, em 2021/2022, um total de 139 alunos distribuídos pelos 4 estabelecimentos escolares (8 salas destinadas a este ciclo) do AE de Sousel, verificando-se uma taxa de escolarização na ordem dos 112%, o que aponta para duas situações: por um lado, a existência de alguma retenção verificada neste ciclo de ensino e, por outro lado, frequência neste nível de ensino de alunos provenientes de fora do concelho de Sousel. Em todo o caso, a taxa de ocupação³³ rondava os 76%.

Tabela 2.51: Número de alunos matriculados no 1º ciclo, por estabelecimento, número de salas e Taxa de Ocupação Máxima, 2021/2022

Escola	Alunos 1º ciclo	Salas	Tx. Oc.
EBS Padre Joaquim Maria Fernandes	88	4	95,7
EB de Cano	14	1	60,9
EB de Casa Branca	29	2	63,0
EB Santo Amaro	8	1	34,8
Total	139	8	75,5

Fonte: Agrupamento de Escolas de Sousel.

2º Ciclo de escolaridade

Em 2021/2022, registavam-se 60 alunos a frequentarem os dois anos escolares do 2º ciclo de escolaridade na EBS Padre Joaquim Maria Fernandes, nas suas 4 salas disponíveis. A taxa de ocupação³⁴ rondava os 57,7%.

³³ Para averiguar a Capacidade (nº máximo de alunos) = Salas*ponto médio, ou em alguns casos máximo, dos limites/referenciais da dimensão de turma (23 no 1º ciclo). Os procedimentos seguintes são os mesmos adotados nos pontos anteriores.

³⁴ Para averiguar a Capacidade (nº máximo de alunos) = Salas*ponto médio, ou em alguns casos máximo, dos limites/referenciais da dimensão de turma (26 no 2º ciclo). Os procedimentos seguintes são os mesmos adotados nos pontos anteriores.

Para o mesmo ano letivo, contava-se ainda uma turma de Ensino Artístico Especializado de Música de 2º ciclo (ensino articulado), com 18 alunos.

3º Ciclo de escolaridade

Eram 100 os alunos que frequentavam o 3º ciclo na mesma escola no mesmo ano letivo e 7 as salas disponíveis para este ciclo de ensino. A taxa de ocupação³⁵ rondava os 54% apontando para uma falta de alunos. À semelhança do 2º ciclo, existia também ao nível do 3º ciclo uma turma de Ensino Artístico Especializado de Música com 26 alunos.

São, assim, no total, 160 os alunos que frequentavam o 2º ciclo e o 3º ciclo de escolaridade no concelho de Sousel, no ano letivo de 2021/2022, e que conjuntamente apresentavam uma taxa de ocupação das vagas disponíveis na ordem dos 56%. A taxa de escolarização, considerando os dois ciclos, era de 88% o que indicia uma tendência de saída de alunos pós 1º ciclo para outros concelhos.

Ensino Secundário

No ano letivo de referência, 2021/2022 eram 137 os alunos que frequentavam os cursos profissionais do Ensino Secundário, disponíveis na EBS Padre Joaquim Maria Fernandes. Estes cursos são destacados pela qualidade e pelos níveis elevados de empregabilidade. A Taxa de Ocupação rondava os 75%.

Assim, 36 alunos estavam matriculados no curso *Técnico de Turismo Ambiental e Rural*; 18 alunos frequentavam o *Curso de Técnico de Indústria Alimentar*; 19 alunos estavam matriculados no *Curso Técnico de Auxiliar de Saúde*; e, com maior saída, 64 alunos frequentavam o *Curso de Técnico de Desporto*.

A taxa de escolarização deste nível de ensino em Sousel, em 2021, era de apenas 130%, o que dizer, por um lado, que vários alunos fora do concelho frequentavam as opções de Ensino Secundário, por outro lado, que existe alguma concentração de insucesso escolar neste nível de ensino.

Educação e Formação

Não existe formação ou educação de adultos estruturada no concelho de Sousel. Existem, no entanto, algumas empresas não sediadas no concelho que facultam formação em diversas áreas; há um regime livre de frequência para adultos na Escola de Artes do Norte Alentejo, para aprendizagem da música; e formações desenvolvidas pela Câmara Municipal de Sousel com vista os profissionais não docentes do Agrupamento.

Educação inclusiva

Recentemente verificou-se um relevante desenvolvimento em termos das orientações nacionais para as escolas públicas, que visa a construção e consolidação da educação/escola inclusiva. Essas orientações pretendem, em termos gerais, estimular ambientes educativos com cobertura universal das necessidades dos alunos e que estas se enquadrem devidamente no processo de ensino/aprendizagem praticado. A publicação do Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho estabelece "(...) os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa" (nº 1, art.º 1 Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho). As medidas que este documento legal destaca estão organizadas de

³⁵ Para averiguar a Capacidade (nº máximo de alunos) = Salas* ponto médio, ou em alguns casos máximo, dos limites/referenciais da dimensão de turma (26 no 3º ciclo). Os procedimentos seguintes são os mesmos adotados nos pontos anteriores.

acordo com três níveis de intervenção: medidas universais, medidas seletivas e medidas adicionais, e são atribuídas por intermédio da intervenção das estruturas competentes, ao longo do percurso escolar dos alunos, de acordo com as necessidades que vão sendo evidenciadas.

Assim, as Medidas Universais preveem a diferenciação pedagógica; adaptações curriculares; privilegiam o enriquecimento curricular; o desenvolvimento psicossocial das crianças/jovens e das competências sociais e académicas; as Medidas Seletivas estão ligadas aos percursos curriculares diferenciados, com adaptação curricular mais leve e promoção de ambientes de reforço de aprendizagens e de acompanhamento/suporte consistente; e, finalmente, as Medidas Adicionais envolvem as adaptações curriculares mais expressivas, dado que preveem a construção de um Plano Individual de Transição (PIT) que complementa e precede o Programa Educativo Individual (PEI), e que estão mais focadas em metodologias e estratégias de ensino estruturado e no desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

A tabela abaixo mostra o número de alunos no concelho de Sousel que, em 2021/2022, beneficiava de medidas seletivas, medidas adicionais e de PEI. Em termos globais, verifica-se uma maior concentração das medidas seletivas, em particular no 3º ciclo e no Ensino Secundário.

Tabela 2.52: Número de alunos com medidas seletivas, adicionais e PEI e % sobre o total de alunos, por ciclo de ensino, 2021/2022

Ciclo de Ensino	Medidas Seletivas	%	Medidas Adicionais	%	PEI	%
Pré-escolar	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1º ciclo	12	8,6	0	0,0	0	0,0
2º ciclo	8	13,3	6	10,0	1	1,7
3º ciclo	16	16,0	3	3,0	0	0,0
Total	17	12,4	2	1,5	1	0,7

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Sousel.

No AE de Sousel funciona a *Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAE)*, que se constitui como um recurso organizacional específico e destinado a prestar apoio à aprendizagem e à inclusão, visando adaptar o processo de ensino-aprendizagem às características individuais de cada aluno. Além destes recursos, de salientar ainda a existência: de 2 professores de Educação Especial, 3 psicólogos e 1 Assistente Social; do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), uma estrutura de apoio que agrega os recursos humanos e materiais, saberes e competências existentes na escola, valorizando uma componente de trabalho colaborativa e holística; os Serviços de Psicologia e Orientação que trabalham os domínios da orientação escolar e vocacional e o acompanhamento psicológico e apoio psicopedagógico; o Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA) que, como o nome indica, visa o apoio e acompanhamento dos alunos respondendo a diversas necessidades; e a Ação Social Escolar (ASE) cujo funcionamento e o âmbito das medidas socioeducativas que comporta, visam fomentar a integração e igualdade de acesso e sucesso de todos os alunos.

O Agrupamento assegura o desenvolvimento da Intervenção Precoce nos concelhos de Sousel, Fronteira e Alter do Chão. O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância visa a garantia de um conjunto de medidas de apoio integrado, centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa no âmbito da educação, da saúde e da ação social.

No âmbito da sua atividade letiva e formativa, o AE de Sousel articula sempre que necessário com entidades como a CPCJ de Sousel, ou como a Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais e integra o Núcleo Local de Inserção, responsável pelo acompanhamento da medida do RSI.

Apoios e complementos educativos

Os apoios socioeducativos de Sousel são variados e destinam-se sobretudo às crianças e jovens do concelho que beneficiam de Ação Social Escolar (ASE), providenciando nestes casos apoio para a aquisição de material escolar (caderno de atividades para todos os alunos de Pré-escolar e 1º ciclo); comparticipação nas refeições escolares (50% no escalão B e 100% para o escalão A); o Transporte Escolar complementar à rede de transportes públicos, que estabelece um conjunto de itinerários entre o local de residência dos alunos (freguesias) e os estabelecimentos de ensino da rede pública que sejam frequentados por alunos do Pré-escolar, do Ensino Básico e também do Ensino Secundário (estabelecendo ligação com a Escola Secundária Rainha Santa Isabel de Estremoz); e Bolsas de Estudo para a frequência do Ensino Superior.

De acordo com dados facultados pelo AE de Sousel, em 2021/2022, eram beneficiários de Escalão A e B da ASE: 19 alunos do Pré-escolar (26,3%); 49 alunos do 1º ciclo (35,3%); 32 alunos do 2º ciclo (53,3%), 52 alunos do 3º ciclo (52%) e 56 alunos do Ensino Secundário (40,9%).

Além dos apoios associados à Ação Social Escolar, estão previstos no âmbito da Escola a Tempo Inteiro, Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Componente de Apoio à Família (CAF).

Interessa destacar que as AEC estão destinadas aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico e compreendem várias áreas complementares às aprendizagens curriculares e escolares. As AAAF visam o acolhimento dos alunos fora do horário escolar e incluem as refeições escolares, e destinam-se às crianças integradas no Pré-escolar. No seu conjunto, estas atividades têm muita relevância no quadro da oferta educativa nacional e no apoio socioeducativo. Enquadram princípios de inclusão, uma vez que garantem o acesso gratuito a componentes lúdicas, artísticas e desportivas a todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 9 anos de idade, matriculadas na rede pública. As CAF, destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1º ciclo do ensino básico antes e/ou depois das componentes do currículo e das AEC, bem como durante os períodos de interrupção letiva, têm uma maior incidência no período da manhã, antes das atividades letivas, entre as 08:15 horas e as 09:00 horas. A Autarquia promove, nos períodos de interrupção letiva, o que designa de férias escolares, que acolhe os alunos do 1º ciclo, desenvolvendo atividades lúdicas que incluem refeições escolares.

Para o ano letivo de 2021/2022, as AEC compreendiam as seguintes atividades:

- Atividade Física e Desportiva, frequentada por 124 alunos (89%);
- Expressão Musical, frequentada por 109 alunos (78,4%);
- Computadores, Programação e Robótica, frequentada por 115 alunos (82,7%);
- Ensino do Inglês, frequentado por 72 alunos (51,8%);
- Atividades Lúdico-Expressivas, frequentada por 41 alunos (29,5%);
- Yoga Mindfulness, frequentada por 116 alunos (83,5%).

As AAAF, eram frequentadas por 65 crianças (90,3%) que frequentavam a educação Pré-escolar no Agrupamento de Escolas de Sousel.

Além da ação social escolar e dos apoios educativos, a Câmara Municipal de Sousel tem previstos vários outros apoios em diferentes domínios, entre outros: relacionados com a habitação social; programas que visam promover a fixação das famílias, com incentivos à natalidade; programa SOUSaúde, que tem por objetivo a comparticipação na aquisição de medicamentos para os mais carenciados; a seção da Escola de Artes do Alentejo

Norte em Sousel, com a disponibilização de várias respostas (iniciação musical, regime supletivo, cursos livres, regime supletivo complementar); promoção de atividades físicas e desportivas.

Outros apoios da Câmara Municipal de Sousel

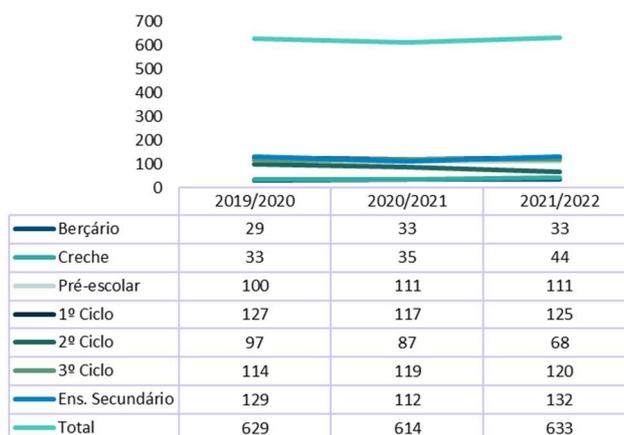
Além da ação social escolar e dos apoios educativos, a Câmara Municipal de Sousel tem previstos vários outros apoios em diferentes domínios, entre outros: relacionados com a habitação social; programas que visam promover a fixação das famílias, com incentivos à natalidade; programa SOUSaúde, que tem por objetivo a comparticipação na aquisição de medicamentos para os mais carenciados; a seção da Escola de Artes do Alentejo Norte em Sousel, com a disponibilização de várias respostas (iniciação musical, regime supletivo, cursos livres, regime supletivo complementar); promoção de atividades físicas e desportivas.

População escolar

Alunos

O número total de crianças/alunos que frequentou o sistema educativo concelhio foi relativamente estável ao longo dos três anos letivos analisados. A análise por ciclos/níveis de ensino mostra que apenas o número de alunos matriculados no 2º ciclo diminuiu de forma constante.

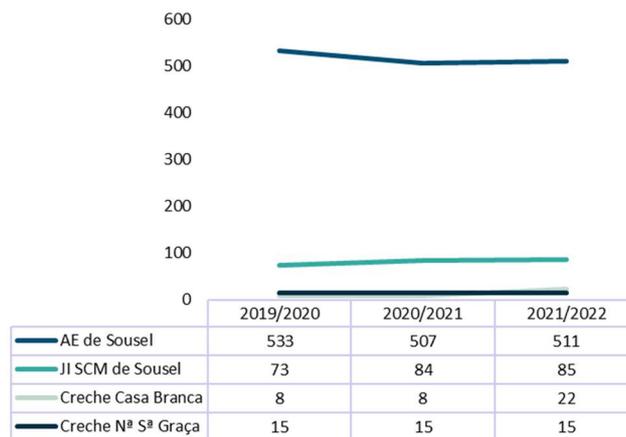
Gráfico 2.23: Evolução do número de alunos por ciclo/nível de ensino nas redes pública e privada, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022



Fonte: Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Cano.

Considerando cada UO do concelho de Sousel, verifica-se que a evolução do número de alunos foi estável na Creche Nª Sª da Graça, enquanto nos outros estabelecimentos da rede privada se observam aumentos ligeiros e no AE de Sousel uma descida também ligeira.

Gráfico 2.24: Evolução do número de alunos nas unidades orgânicas das redes pública e privada, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022

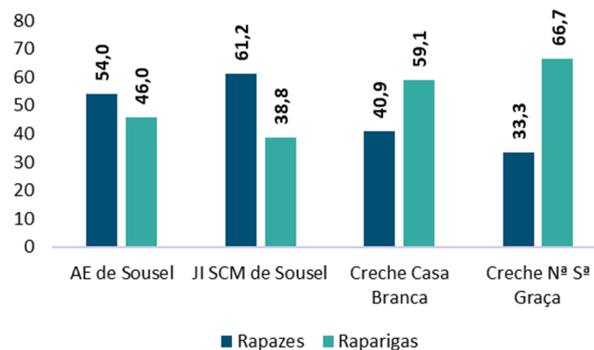


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Cano.

Terminamos a análise do corpo discente com a apresentação de três indicadores de caracterização socioeconómica – percentagem de raparigas e rapazes, a percentagem de alunos beneficiários da Ação Social Escolar (apenas para a rede pública) e a escolaridade média dos encarregados de educação por ciclo/nível de ensino na rede pública – tomando por referência o ano letivo 2021/2022. Os dois últimos indicadores serão posteriormente utilizados na contextualização do desempenho escolar do concelho na secção seguinte.

No AE de Sousel havia um relativo equilíbrio entre rapazes (54%, N = 289) e raparigas (46%, N = 246). Já no JI da SCM de Sousel os mais rapazes eram em maior número (61,2%, N = 52), enquanto na Creche Casa Branca e na Creche Nº Sª da Graça eram mais a raparigas (59,1%, N = 13 e 66,7%, N = 10), porém, estes valores devem ser lidos com cuidado devido ao reduzido número de alunos.

Gráfico 2.25: Distribuição dos alunos por sexo nas redes pública e privada, 2021/2022



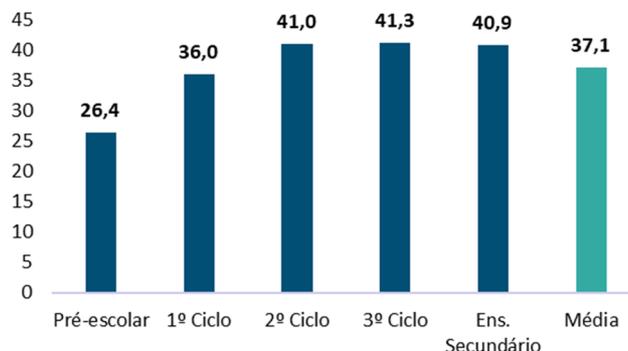
Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Cano.

Nota: Os dados reportados pelo AE de Sousel dão um total de 535 alunos e não de 549 alunos tal como indicado noutras distribuições, pelo que estes resultados devem ser lidos com cuidado.

De seguida analisa-se o número de beneficiários da Ação Social Escolar (ASE) considerando apenas o escalão A e B, os que melhor permitem traçar a caracterização socioeconómica dos agregados familiares dos alunos. No gráfico seguinte apresentam-se as percentagens de alunos que beneficia da ASE por ciclo de escolaridade (calculadas, cada um, sob o total de alunos a frequentar cada ciclo).

No ano letivo de 2021/2022 existiam, em média, cerca de 37% dos alunos com ASE (N = 208 no total de 549), um valor considerável. As maiores percentagens de alunos concentravam-se no Ensino Secundário (40,9%), no 2º ciclo (41%) e no 3º ciclo (41,3%). No 1º ciclo, a percentagem diminuía até aos 36% e no Pré-escolar aos 26,4%.

Gráfico 2.26: Alunos com Ação Social Escolar (escalões A e B) por ciclo de escolaridade na rede pública, 2021/2022 (%)

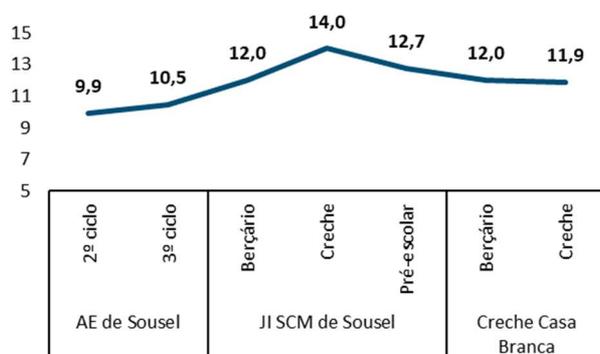


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Sousel.

A escolaridade média dos encarregados de educação foi calculada com base nos anos de estudo percorridos até à escolaridade concluída de cada indivíduo.³⁶ Não foram fornecidos os dados necessários para o cálculo deste indicador na Creche Nª Sª da Graça.

No gráfico seguinte, é visível uma aparente tendência para uma maior escolaridade média dos encarregados de educação com educandos mais novos o que indicia novas gerações familiares mais escolarizadas.

Gráfico 2.27: Escolaridade média dos encarregados de educação, por ciclo/nível de ensino e no total, nas redes pública e privada, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel; Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel.

Nota: Os dados do AE de Sousel, além de se referirem apenas aos encarregados de educação dos 2º e 3º ciclo, não se referem ao total de alunos de cada ciclo (menos 10 e menos 6, respetivamente), por isso estes resultados devem ser lidos como apenas indicativos.

³⁶ Tomaram-se por referência os seguintes anos de escolaridade percorridos por cada ciclo/nível de ensino: Sem escolaridade = 0; 1º ciclo = 4; 2º ciclo = 6; 3º ciclo = 9; Ensino Secundário = 12; Pós-Secundário = 13; Licenciatura = 15; Mestrado = 17; Doutoramento = 18.

Docentes

No ano letivo de 2021/2022 havia um total de 77 docentes a lecionar no concelho de Sousel: 71 no AE de Sousel e 6 nas três UO da rede privada.

Tabela 2.53: Número de docentes por ciclo/nível de ensino, nas redes pública e privada, 2021/2022

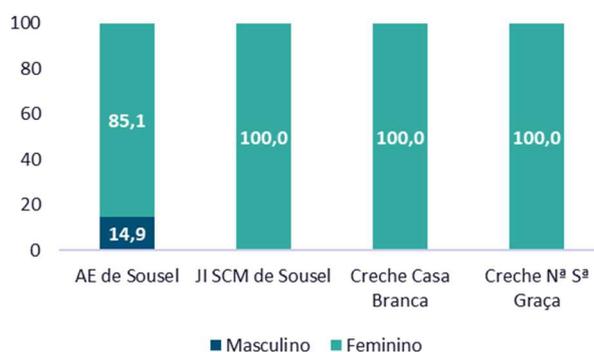
Unidade Orgânica	Berçário/Creche	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo/ES	Total
AE de Sousel	-	4	8	10	49	71
JI SCM de Sousel	2	2	-	-	-	4
Creche Casa Branca	1	-	-	-	-	1
Creche Nª Sª Graça	1	-	-	-	-	1
Total	4	6	8	10	49	77

Fonte: Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel.

Passamos a apresentar a distribuição dos docentes das redes pública e privada por sexo, grupo etário e vínculo contratual como variáveis de caracterização e para aferir quanto à estabilidade e futuro do corpo docente das UO.

Na distribuição dos docentes por sexo representada no gráfico seguinte, na rede privada todas as educadoras de infância eram mulheres, assim como a maioria de educadores e professores do AE de Sousel (85,1%, N = 63) contra 14,9% de homens (N = 11).

Gráfico 2.28: Docentes por sexo, nas redes pública e privada, 2021/2022

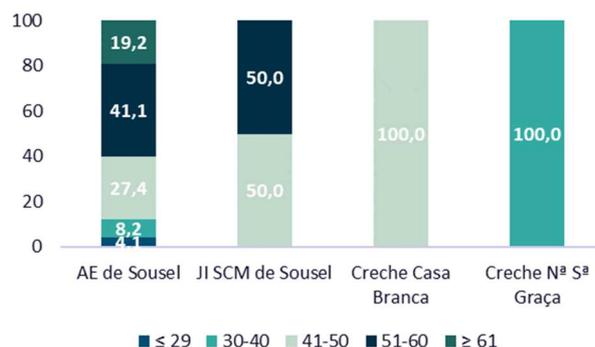


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel.

Nota: Os dados reportados pelo AE de Sousel dão um total de 74 o que inclui os três docentes sem funções letivas que não deviam ser incluídos nestas análises.

No AE de Sousel, 60% dos docentes têm 51 ou mais anos e apenas cerca de 12% têm até 40 anos de idade. Trata-se de um corpo docente claramente envelhecido e é possível que parte vai reformar-se durante o período de vigência nesta Carta Educativa. No JI da SCM de Sousel, as quatro educadoras têm entre os 41 e os 60 anos de idade. Na Creche Casa Branca a educadora posicionava-se no grupo etário dos 41 aos 50 anos e a docente da Creche Nª Sª da Graça tinha entre 30 e 40 anos.

Gráfico 2.29: Docentes por grupo etário, nas redes pública e privada, 2021/2022

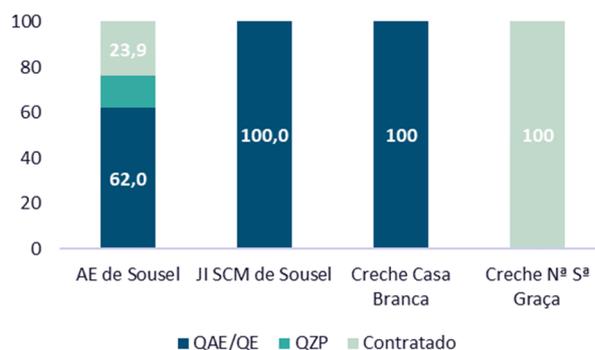


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel.

Nota: Os dados reportados pelo AE de Sousel dão um total de 73 docentes, valor diferente do total de 71 docentes com funções letivas.

A maioria do corpo docente, ou a totalidade no caso do JI da SCM de Sousel e da Creche Casa Branca, do concelho tinha vínculos contratuais estáveis. Ainda assim, há que considerar os quase 40% de docentes do AE de Sousel que não pertenciam ao quadro do Agrupamento, acentuando os riscos associados ao cenário de envelhecimento identificado anteriormente e que incluem, por exemplo, uma possível perda da sustentabilidade de projetos em curso e futuros e um maior esforço por parte da Direção em acolher e integrar os novos docentes nos próximos anos. Na Creche Nª Sª da Graça a educadora de infância era contratada.

Gráfico 2.30: Docentes por vínculo contratual, nas redes pública e privada, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel.

Terminamos a análise com o cálculo dos rácios do número de crianças/alunos por docente.

De uma forma feral, podemos afirmar que o número de crianças/alunos por docente era adequado nas várias UO do concelho de Sousel – igual ou inferior a cerca de 23 alunos por docente.

Gráfico 2.31: Número de crianças/alunos por docente, por nível/ciclo de ensino, nas redes pública e privada, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel.

Outros profissionais

De acordo com os dados fornecidos, além dos docentes, trabalhavam nas escolas do concelho outros 58 profissionais, 46 no AE de Sousel 35 assistentes operacionais, 5 assistentes técnicos, 2 professores de educação especial, 3 psicólogos e 1 assistente social. No total das UO da rede privada existia um total de 12 técnicos auxiliares de educação: 7 no JI SCM de Sousel, 3 na Creche Casa Branca e 2 na Creche Nª Sª da Graça.

Tabela 2.54: Número de profissionais por categoria profissional, nas redes pública e privada, 2021/2022

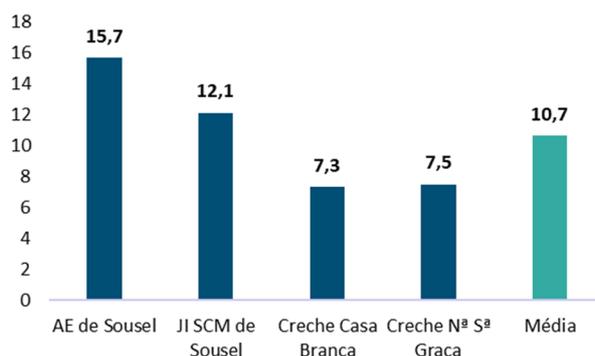
Unidade Orgânica	Assistentes Operacionais/ Técnicos Auxiliares de Educação	Assistentes Técnicos	Professores de Educação Especial	Psicólogos	Outros	Total
AE de Sousel	35	5	2	3	1	46
JI SCM de Sousel	7	-	-	-	-	7
Creche Casa Branca	3	-	-	-	-	3
Creche Nª Sª Graça	2	-	-	-	-	2
Total	47	5	2	3	1	58

Fonte: Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel.

Importa calcular os rácios, ou seja, o número total de alunos/crianças sobre o número total de assistentes operacionais/técnicos auxiliares de educação de cada unidade orgânica.

Em todas as UO do concelho de Sousel o número de crianças/alunos por assistente operacional/técnico auxiliar de educação era o adequado.

Gráfico 2.32: Número de crianças/alunos por assistente operacional/técnico auxiliar de educação, nas redes pública e privada, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Sousel; Santa Casa da Misericórdia de Sousel.

Desempenho escolar

Para analisar o desempenho escolar do AE de Sousel, recorreremos aos dados fornecidos pelas próprias unidades orgânicas, e às bases de dados disponíveis no Infoescolas. A partir dos dados disponíveis vários indicadores foram construídos de acordo com os dados existentes. A evolução das classificações internas e dos percursos diretos de sucesso ao longo dos três últimos anos letivos e em comparação com as médias regionais ou nacionais;³⁷ a tendência de progressão dos resultados transformados em índices³⁸ através da análise dos declives;³⁹ a contextualização das classificações internas/externas e dos percursos diretos de sucesso de acordo com dois indicadores de caracterização socioeconómica dos alunos – percentagem de alunos com ASE e escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE); o número de alunos retidos, transferidos, com anulações de matrícula.

Durante a análise e leitura dos dados desta secção importa ter em conta que o contexto pandémico e os respetivos confinamentos e decorrentes desafios e limitações atingiram em pleno os dois últimos anos letivos em análise, incluindo a área da avaliação dos alunos.

No 1º ciclo do Ensino Básico

Classificações internas

As classificações internas do 1º ciclo são realizadas através de uma escala qualitativa tal como sugerido na legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril).

³⁷ No caso dos Percursos Diretos de Sucesso, utilizam-se os dados do Infoescolas em que a “média nacional comparável”, é a percentagem alunos do país com um perfil semelhante aos do Agrupamento que concluíram os ciclos de estudo nos anos previstos (4 no 1º ciclo, 2 no 2º ciclo, 3 no 3º ciclo e 3 no Ensino Secundário).

³⁸ Índices são os valores das classificações internas/externas ou dos percursos diretos de sucesso obtidos no Agrupamento em cada ano, transformados em percentagem da média regional no caso das classificações e da média nacional comparável no caso dos percursos diretos de sucesso, nesse ano. Este indicador permite comparar em termos percentuais a diferença positiva ou negativa dos valores do Agrupamento às médias regionais e nacionais padronizadas ao valor 100. Para análise do Índice considera-se: < 100% - diferença negativa (< -5% pouco acentuada e > - 5% muito acentuada); = 100% - diferença nula, ou seja, o valor do Agrupamento é igual ao valor da média regional/nacional; > 100% - diferença positiva (< 5% pouco acentuada e > 5% muito acentuada).

³⁹ Declives resume a progressão dos resultados pois mede a inclinação de uma reta ajustada matematicamente ao conjunto de valores dos índices obtidos pelo Agrupamento em todos os anos em análise, segundo a equação de regressão: $y=ax+b$, onde y designa o valor ajustado da reta correspondente ao ano x e a designa o declive. Assim, o declive representa uma variação tendencial de a pontos percentuais no índice y estimado pela reta, por cada ano x do período observado. Para análise do declive considera-se: < -2% = decréscimo acentuado; -2% e 0% = decréscimo ligeiro; 0% e 2% = melhoria ligeira; > 2% = melhoria acentuada.

Percurso Direto de Sucesso

Na tabela seguinte, verifica-se que a percentagem de alunos que terminou o 1º ciclo no tempo previsto de 4 anos letivos foi sempre superior a 90% do corpo discente e, em simultâneo, com valores mais elevados em comparação com as médias nacional e regional.

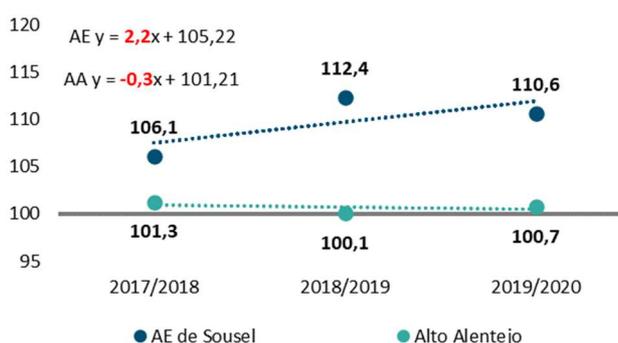
Tabela 2.55: Taxas de percursos diretos de sucesso no 1º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)

Concelho/ Região/ País	2017/2018	2018/2019	2019/2020
AE de Sousel	92,9	95,1	96,6
Alto Alentejo	85,7	85,6	89,1
Média Nacional Comparável no AE	87,5	84,7	87,3
Média Nacional Comparável na região	84,6	85,5	88,4

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

A evolução da diferença entre as taxas de percursos diretos de sucesso do AE de Sousel e da região do Alto Alentejo e as respetivas médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100, revela uma progressão de aumento acentuado da vantagem do Agrupamento (declive = 2,2%) que obteve desvios superiores a 10% sobre a média nacional nos dois últimos nos letivos considerados.

Gráfico 2.33: Índices (média nacional = 100) e declives das taxas de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 1º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir do Infoescolas.

Contextualização socioeconómica do desempenho escolar

A percentagem de alunos do 1º ciclo beneficiários de ASE era bastante inferior no AE de Sousel (36%) em relação ao valor médio da região do Alto Alentejo (48,3%).

Tabela 2.56: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022

Concelho/ Região	Percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE, escalões A e B)	Escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE)
AE de Sousel	36,0	s.d.
Alto Alentejo	48,3	10,7

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Legenda: s.d. = Sem dados.

Notas: A média regional da escolaridade média dos encarregados de educação foi calculada sem os valores dos AE de Avis, AE José Régio de Portalegre e do AE de Sousel que não forneceram os dados necessários.

Retenções por faltas, transferências e anulações de matrícula

O número de alunos retidos por faltas, transferidos ou com anulações de matrícula era particularmente reduzido neste ciclo de estudos, quer em termos absolutos e em termos relativos, quer em comparação com os valores regionais.

Tabela 2.57: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 1º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo

Ano letivo, Números e Percentagens de alunos		AE de Sousel			Alto Alentejo		
		Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula
2019/2020	N	0	4	0	26	100	3
	%	0,0	3,0	0,0	0,7	2,9	0,1
2020/2021	N	0	1	0	51	114	1
	%	0,0	0,9	0,0	1,4	3,3	0,0
2021/2022	N	0	6	0	37	90	4
	%	0,0	4,4	0,0	1,0	2,6	0,1
N 1º ciclo		132	117	136	3531	3531	3447

Fonte: Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Nota: ¹Consideraram-se apenas as escolas da rede pública.

No 2º ciclo do Ensino Básico

Classificações internas

As médias de classificações internas do 2º ciclo de escolaridade do AE de Sousel foram sempre superiores em comparação com a média da região do Alto Alentejo.

Tabela 2.58: Média das classificações internas no 2º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo

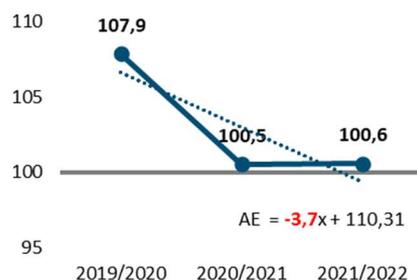
Concelho/ Região	2018/2019	2019/2020	2021/2022
AE de Sousel	4,08	3,84	3,81
Alto Alentejo	3,78	3,82	3,79

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Nota: A média das classificações internas do Alto Alentejo não inclui o AE de Nisa no caso dos dois primeiros anos letivos em análise; nem o Colégio Luso-Britânico de Elvas nos três anos.

A evolução da diferença entre as médias de classificações internas do Agrupamento e as médias regionais padronizadas ao valor 100 revela uma progressão de resultados de acentuada perda da vantagem do Agrupamento (declive = -3,7%), mas que mantém percentagens ligeiramente acima da média regional.

Gráfico 2.34: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 2º ciclo segundo a média do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Percursos Diretos de Sucesso

Nos três anos letivos considerados, a percentagem de alunos que terminou o 2º ciclo nos 2 nos previstos do AE de Sousel foi superior à respetiva média nacional e à média regional nos dois primeiros anos letivos considerados, porém, esse quando se inverteu em 2019/2020.

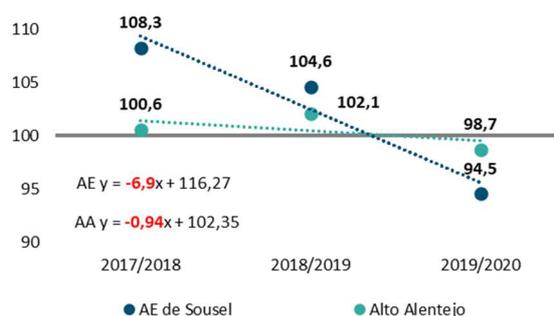
Tabela 2.59: Taxas de percursos diretos de sucesso no 2º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)

Concelho/ Região/ País	2017/2018	2018/2019	2019/2020
AE de Sousel	98,1	100,0	88,4
Alto Alentejo	90,4	92,4	92,5
Média Nacional Comparável no AE	90,6	95,6	93,5
Média Nacional Comparável na região	89,8	90,5	93,7

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

A evolução da diferença entre as taxas de percursos diretos de sucesso do AE de Sousel e da região do Alto Alentejo e as respetivas médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100 demonstra, tal como no ciclo anterior, uma progressão de perda acentuada da vantagem do Agrupamento (declive = -6,9%) e a passagem um desvio negativo face à média nacional de 2019/2020 (-5,5%).

Gráfico 2.35: Índices (média nacional = 100) e declives das percentagens de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 2º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir do Infoescolas.

Contextualização socioeconómica do desempenho escolar

No 2º ciclo, o AE de Sousel tinha menos alunos beneficiários de ASE (41%) do que o registado no valor médio da região do Alto Alentejo (45,8%), mas uma escolaridade média de encarregados de educação bastante inferior (9,9 anos no Agrupamento e 13,1 anos na região).

Tabela 2.60: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 2º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022

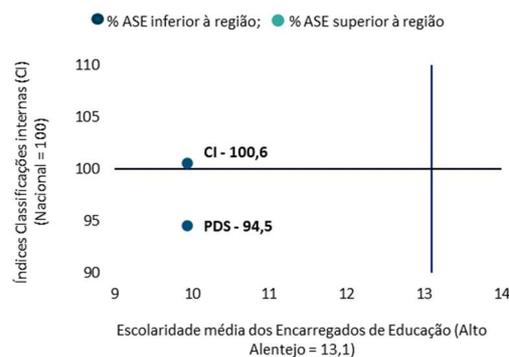
Concelho/ Região	Percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE, escalões A e B)	Escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE)
AE de Sousel	41,0	9,9
Alto Alentejo	45,8	13,1

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Notas: A média regional da escolaridade média dos encarregados de educação foi calculada sem os valores dos AE de Avis e do AE de Sousel que não forneceram os dados necessários.

Apesar de a percentagem de alunos beneficiários de ASE neste ciclo ser um pouco inferiores ao valor médio regional, é uma percentagem elevada, por isso, considerando também a escolaridade média dos encarregados de educação baixa, podemos considerar que existe um número considerável de alunos com contextos socioeconómicos desfavorecidos. Nesse quadro, os indicadores de desempenho escolar – média das classificações internas (CI) e percursos diretos de sucesso (PDS) – são particularmente positivos.

Gráfico 2.36: Relação entre Índice de Classificações internas 2021/2022 e dos Percursos Diretos de Sucesso 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 2º ciclo no concelho



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas e Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Retenções por faltas, transferências e anulações de matrícula

O número de alunos retidos por faltas, transferidos ou com anulações de matrícula era particularmente reduzido neste ciclo de estudos, quer em termos absolutos e em termos relativos.

Tabela 2.61: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 2º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo

Ano letivo, Números e Percentagens de alunos		AE de Sousel			Alto Alentejo		
		Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula
2019/2020	N	4	5	0	26	100	3
	%	9,3	11,6	0,0	0,7	2,9	0,1
2020/2021	N	1	2	1	51	114	1
	%	2,0	3,9	2,0	1,4	3,3	0,0
2021/2022	N	4	1	0	37	90	4
	%	7,8	2,0	0,0	1,0	2,6	0,1
N 2º ciclo		104	91	78	3531	3447	3501

Fonte: Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Nota: Consideraram-se apenas as escolas da rede pública.

No 3º ciclo do Ensino Básico

Classificações internas

As médias de classificações internas do 3º ciclo de escolaridade do AE de Sousel foram sempre superiores em comparação com as médias regionais nos três anos letivos em análise.

Tabela 2.62: Média das classificações internas no 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo

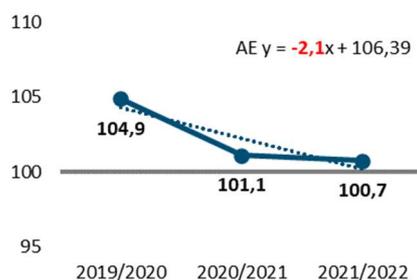
Concelho/ Região	2019/2020	2020/2021	2021/2022
AE de Sousel	3,86	3,75	3,72
Alto Alentejo	3,68	3,71	3,69

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Nota: A média das classificações internas do Alto Alentejo não inclui o AE de Nisa no caso dos dois primeiros anos letivos.

A evolução da diferença entre as médias de classificações internas do AE de Sousel e as médias regionais padronizadas ao valor 100, mostra uma progressão de perda da vantagem do Agrupamento a partir de 2020/2021 (declive = -2,1%), passando a registar desvios quase nulos em relação à média regional.

Gráfico 2.37: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 3º ciclo segundo a média do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Percursos Diretos de Sucesso

Relativamente à percentagem de alunos que terminou o 3º ciclo nos 2 anos previstos, o AE de Sousel registou sempre valores inferiores às médias nacional e regional

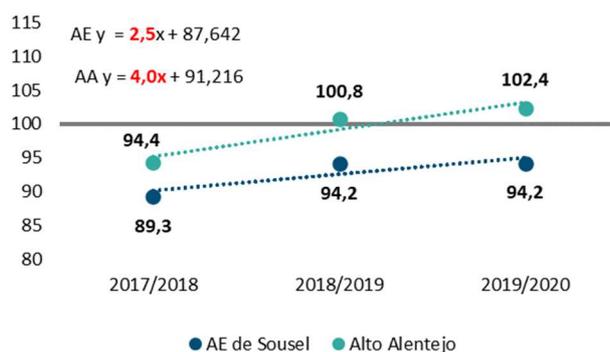
Tabela 2.63: Taxas de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)

Concelho/ Região/ País	2017/2018	2018/2019	2019/2020
AE de Sousel	70,0	73,7	73,3
Alto Alentejo	73,4	80,8	86,4
Média Nacional Comparável no AE	78,4	78,2	77,8
Média Nacional Comparável na região	77,8	80,2	84,4

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

No entanto, a evolução das diferenças entre as taxas de percursos diretos de sucesso do AE de Sousel e da região do Alto Alentejo e as respetivas médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100, revela que o Agrupamento e a região, tem vindo de forma progressiva e acentuada (declives = 2,5% no Agrupamento e 4% na região) a aproximar-se das percentagens nacionais. Nos dois últimos anos letivos considerados, o AE de Sousel já apresentou desvios negativos mais reduzidos (cerca de 6%).

Gráfico 2.38: Índices (média nacional = 100) e declives das percentagens de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 3º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir do Infoescolas.

Contextualização socioeconómica do desempenho escolar

Ao nível do 3º ciclo de escolaridade, os indicadores socioeconómicos do AE de Sousel são muito semelhantes aos valores médios regionais.

Tabela 2.64: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022

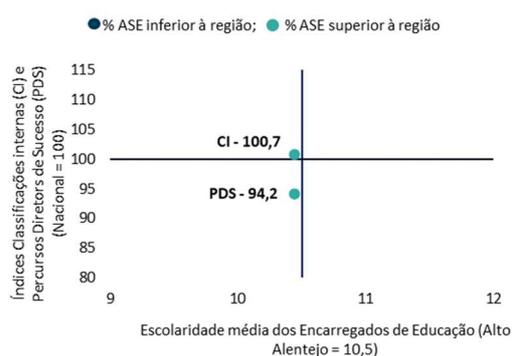
Concelho/ Região	Percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE, escalões A e B)	Escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE)
AE de Sousel	41,3	10,4
Alto Alentejo	40,1	10,4

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Notas: A média regional da escolaridade média dos encarregados de educação foi calculada sem os valores dos AE de Avis, AE José Régio de Portalegre e do AE de Sousel que não forneceram os dados necessários.

No gráfico em baixo verifica-se que os indicadores de desempenho escolar são próximos das médias nacionais e regionais a parte de indicadores socioeconómicos semelhantes aos regionais.

Gráfico 2.39: Relação entre Índice de Classificações internas 2021/2022 e dos Percursos Diretos de Sucesso 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 3º ciclo no concelho



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas e Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Retenções por faltas, transferências e anulações de matrícula

O número de alunos retidos por faltas, transferidos ou com anulações de matrícula era reduzido neste ciclo de estudos, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, no Agrupamento e na região do Alto Alentejo.

Tabela 2.65: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 3º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo

Ano letivo, Números e Percentagens de alunos		AE de Sousel			Alto Alentejo		
		Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula
2019/2020	N	0	5	3	15	16	25
	%	0,0	4,1	2,4	0,5	0,5	0,9
2020/2021	N	0	1	1	52	52	54
	%	0,0	0,8	0,8	1,7	1,7	1,9
2021/2022	N	0	3	2	14	11	10
	%	0,0	2,4	1,6	0,5	0,4	0,3
N 3º ciclo		123	122	126	2999	2985	2918

Fonte: Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

No Ensino Secundário

Classificações internas

A turma do curso profissional não terminou o curso durante o período de elaboração da presente Carta Educativa e como as avaliações são lançadas apenas no final no 12º ano, não foi possível apresentar este indicador, mas apresentam-se os seguintes.

Taxas de Conclusão

Vejamos agora o indicador semelhante aos percursos diretos de sucesso calculado para os cursos profissionais.

Como os cursos profissionais são relativamente recentes no AE de Sousel, não é possível analisar a progressão dos resultados, porém, os dados existentes permitem verificar como a percentagem de alunos que terminam os cursos profissionais no Agrupamento foram superiores às respetivas médias nacionais comparáveis e apenas inferior à média regional no ano de 2019/2020.

Tabela 2.66: Taxas de alunos que concluíram os cursos profissionais no tempo previsto no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)

Concelho/ Região/ País	2017/2018	2018/2019	2019/2020
AE de Sousel	-	77,3	61,9
Alto Alentejo	54,7	67,1	66,5
Média Nacional Comparável no AE	-	62,5	58,4
Média Nacional Comparável na região	54,2	59,6	62,6

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Relativamente aos alunos que não concluíram os cursos profissionais nos anos previstos, existem três indicadores a considerar: i) os que continuam inscritos em cursos profissionais; ii) os que estão inscritos noutras modalidades de ensino; iii) os que não estão inscritos no Ensino Secundário (ver tabela em baixo). A leitura destes indicadores inverte-se porque desvios negativos na Escola representam um desempenho mais positivo, ou seja, indicam menores percentagens de alunos que não concluíram os cursos profissionais no tempo previsto em comparação com o observado no cenário nacional; e desvios positivos representam progressões no sentido de aumentar essas percentagens, logo, são progressões negativas.

No que respeita às percentagens de alunos que não concluíram os cursos profissionais no tempo previsto, mas que se mantém inscritos nessa ou noutra modalidade foram sempre reduzidas no Agrupamento e inferiores aos valores médios nacionais e regionais. Apenas o número relativo de alunos que não concluiu os cursos profissionais no tempo previsto e saiu do sistema educativo teve um aumento considerável em 2019/2020, passou de 4,5% para 21,4%, um valor acima da respetiva média nacional e da média regional.

Tabela 2.67: Taxas de alunos que não concluíram os cursos profissionais no tempo previsto, no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)

Concelho/ Região/ País	Estão inscritos em cursos profissionais			Estão inscritos noutras modalidades de ensino			Não estão inscritos no Ensino Secundário		
	17/18	18/19	19/20	17/18	18/19	19/20	17/18	18/19	19/20
AE de Sousel	-	18,2	14,3	-		2,4	-	4,5	21,4
Alto Alentejo	25,2	16,5	16,1	8,3	9,5	4,8	11,8	10,9	15,2
Média Nacional Comparável no AE	-	21,0	20,0	-	4,3	5,4	-	12,2	16,1
Média Nacional Comparável na região	21,2	21,4	19,7	4,5	4,7	4,2	12,4	14,4	13,5

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Contextualização socioeconómica do desempenho escolar

Ao nível do Ensino Secundário, a percentagem de alunos beneficiários de ASE do AE de Sousel continua a ser próxima à média regional.

Tabela 2.68: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022

Concelho/ Região	Percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE, escalões A e B)	Escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE)
AE de Sousel	40,9	-
Alto Alentejo	40,1	10,4

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Notas: A média regional da escolaridade média dos encarregados de educação foi calculada sem os valores dos AE de Avis, AE José Régio de Portalegre e do AE de Sousel que não forneceram os dados necessários.

Retenções por faltas, transferências e anulações de matrícula

O número de alunos retidos por faltas, transferidos ou com anulações de matrícula foi geralmente reduzido, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, no Agrupamento e na região do Alto Alentejo, exceto os 7% de casos que anularam a matrícula no ano letivo de 2020/2021.

Tabela 2.69: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no Ensino Secundário, no concelho e na região do Alto Alentejo

Ano letivo, Números e Percentagens de alunos		AE de Sousel			Alto Alentejo		
		Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula
2019/2020	N	0	0	4	15	16	25
	%	0,0	0,0	2,8	0,5	0,5	0,9
2020/2021	N	0	1	8	52	52	54
	%	0,0	0,9	7,0	1,7	1,7	1,9
2021/2022	N	0	3	5	14	11	10
	%	0,0	2,2	3,6	0,5	0,4	0,3
N Ens. Secundário		142	115	137	2999	2985	2918

Fonte: Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Projetos educativos estruturantes

Neste subcapítulo apresentam-se os projetos dinamizados no concelho na área da educação considerados como os mais estruturantes pelos atores locais.

Ao todo são sinalizados 11 projetos que relacionados com: a promoção do sucesso escolar; o desenvolvimento da consciência ambiental e comportamentos sustentáveis; promoção da cidadania e participação cívica; saúde e

bem-estar; desporto, artes e cultura; e com a fomentação da inclusão, sobretudo envolvendo a comunidade cigana.

Tabela 2.70: Projetos estruturantes para a área da educação

Projeto	Entidade promotora	Parceiros	Objetivos (resumo)	Público-alvo
Sementes de Esperança	Agrupamento de Escolas de Sousel	Município e Encarregados de educação	motivar a comunidade escolar para a observação das espécies; criar um catálogo de espécies; sensibilizar, informar e alertar sobre o impacto da degradação da biodiversidade; incentivar à adoção de comportamentos que contribuam para a sustentabilidade do Planeta através da mudança de comportamentos	Todos os alunos
Parlamento dos Jovens	Agrupamento de Escolas de Sousel	Instituto Português do Desporto e Juventude	Educar para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política; promover o debate democrático, o respeito pela diversidade de opiniões e pelas regras de formação das decisões	3º ciclo e Ensino Secundário
Projeto Eco-Escolas	Agrupamento de Escolas de Sousel	Município, GNR (Escola Segura), Bombeiros, Junta de freguesia, Encarregados de Educação	Desenvolver a consciência ambiental e comportamentos sustentáveis	Todos os alunos
PES	Equipa da Saúde do PES, BE - Centro de Saúde	Agrupamento de Escolas de Sousel	Promover a saúde e o bem-estar	Todos os alunos
Projeto Mentorias "Aprender entre nós"	Agrupamento de Escolas de Sousel	Alunos voluntários que auxiliam os seus colegas nos conteúdos lecionados ou em atividades desenvolvidas na escola e fora dela	Fomentar a inclusão; promover o sucesso escolar	Todos os alunos
Projeto Tutorias-Somos +	Agrupamento de Escolas de Sousel	Docentes, Serviço de Psicologia e Orientação (SPO)	Fomentar a inclusão; promover o sucesso escola	Todos os alunos
Clube de Música	Agrupamento de Escolas de Sousel	Escola de Artes do Norte Alentejano	Desenvolver nos alunos o gosto pela música, como forma de expressão de sentimentos e de desenvolvimento global de ser humano	2º Ciclo
Desporto Escolar	Agrupamento de Escolas de Sousel	-	-	Todos os alunos
Plano de AEC	Autarquia	-	-	1º Ciclo
Projeto Mindfulness	Agrupamento de Escolas de Sousel	-	-	2º Ciclo
Romano Inclusivos	Agrupamento de Escolas de Sousel	-	-	Alunos da comunidade cigana

Fonte: Câmara Municipal de Sousel; Agrupamento de Escolas de Sousel.

Dinâmicas dos empregadores e da comunidade

O Agrupamento de Escolas de Sousel é um estabelecimento Público de ensino que integra diferentes ciclos de ensino, do pré-escolar ao ensino secundário profissional. Desde há 9 anos que tem diversificado a sua oferta formativa através dos Cursos Profissionais: Técnico de Turismo Ambiental e Rural, Indústrias Alimentares, Auxiliar de Saúde e Desporto, o que contribui para a redução do abandono escolar e permitiu a obtenção do sucesso social e profissional. A escola tem a preocupação constante de prestar um serviço educativo de qualidade em todas as modalidades de oferta formativa. Neste âmbito, em março de 2021 foi atribuído o selo europeu de qualidade EQAVET como reconhecimento da sua qualidade de ensino e formação profissional. Atualmente tem uma parceria com uma escola profissional francesa Lycée Marie Balavenne em Saint Briec, que se encontra já na sua segunda fase, em que através do eTwinning desenvolvem um projeto comum com o recurso internet, às tecnologias de informação e incentivando o multilinguismo. Este projeto, encontra-se no segundo ano de implementação e implica intercâmbio Internacional escolar. Os alunos selecionados dos quatro cursos profissionais irão durante um mês realizar o estágio formativo em Saint Briec. Em julho, as colegas francesas irão realizaram o seu estágio formativo no concelho de Sousel.

Criar uma cultura educativa de excelência, tendo como premissa a estratégia de internacionalização, exige que o corpo docente altere hábitos e rotinas, que necessitam de ser atualizados e reformulados.

O Agrupamento, devido à sua localização, serve uma população maioritariamente rural, com baixos níveis de escolaridade, o que condiciona as expectativas dos alunos face ao futuro. É imperativo que a escola neste contexto socioeconómico funcione como um trampolim na hierarquia social e profissional. Esclarece-se que 42% (112 alunos), neste ano letivo, beneficiam da Ação Social Escolar, integrando os escalões A, B e C. Estes números são significativos e retratam as dificuldades económicas que as famílias se deparam diariamente e que foram agudizadas com o ensino à distância. Os alunos têm idades compreendidas entre os 3 e os 20 anos. O ensino profissional tem alunos com uma faixa etária compreendida entre os 15 e os 20 anos de idade.

Iniciou a sua atividade letiva em 1979, como escola preparatória de Sousel, agregou uma comunidade educativa mais alargada, integrando diferentes ciclos de ensino: pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos. Em 2013/2014 passou a integrar o ensino secundário, inicialmente vocacional e posteriormente profissional, e possui há 9 anos como oferta formativa os Cursos Profissionais Técnico de Turismo Ambiental e Rural, Indústrias Alimentares, Auxiliar de Saúde e Desporto. Recentemente a Escola Básica Padre Joaquim Mª Fernandes passou a designar-se Escola Básica e Secundária Padre Joaquim Mª Fernandes, Sousel, com 116 alunos neste ensino.

É dever da Escola promover a igualdade de oportunidades e formar formandos, conscientes do mundo global em que vivem e capazes de exercer uma cidadania ativa, sustentável em todas as suas dimensões, cientificamente qualificados digitalmente capacitados e linguisticamente mais inclusivos através do incentivo ao multilinguismo. Estes objetivos são apenas alcançados com um corpo docente motivado, esclarecido e qualificado. Trata-se de um processo (individual e coletivo) que deve ser contextualizado e que implica o desenvolvimento de competências profissionais através de diferentes experiências.

Os jovens e as crianças contemporâneos diferem dos alunos tradicionalmente recebidos: são nativos digitais, com maior acesso à tecnologia, à informação, ao mundo global e encontram-se permanentemente conectados.

Este novo perfil de aluno aponta para novos desafios e novas possibilidades para o uso da tecnologia educacional e uma paisagem linguística mais inclusiva, de maior aceitação cultural.

Além disso, é vital desenvolver estratégias de ensino e pedagogias integradoras, cuja sustentabilidade eleve a qualidade das aprendizagens e promova a valorização do saber junto de alunos e da comunidade educativa, proporcionando um impacto positivo nos resultados escolares, nomeadamente ao nível do desenvolvimento das

competências-chave para o século XXI e nas áreas das línguas estrangeiras, essenciais no curso profissional Técnico de Turismo Ambiental e Rural, bem como das ciências, nomeadamente a Físico-Química e Biologia, importantes para os conhecimentos teóricos exigidos nos cursos profissionais Técnico de Indústrias Alimentares, Auxiliar de Saúde e Desporto.

O Agrupamento ao longo dos anos tem também estabelecido parcerias, nomeadamente com o Goethe Institut, que anualmente lança projetos, que quando bem-sucedidos, beneficia alunos com bolsas de estudo à Alemanha. Por conseguinte, em 2 anos consecutivos os alunos do curso vocacional Técnico de Turismo Ambiental e Rural beneficiaram de uma bolsa de estudo. No primeiro ano, todos os alunos tiveram a oportunidade viver e estudar durante 15 dias em Schwäbisch Hall e no segundo ano, o melhor aluno da disciplina da língua alemã, teve semelhante experiência, reforçando e melhorando a sua fluência linguística.

O Agrupamento de Escolas de Sousel tem como missão promover a igualdade de oportunidades e formar alunos, conscientes do mundo global em que vivem e capazes de exercer uma cidadania ativa, sustentável em todas as suas dimensões, cientificamente qualificados, digitalmente capacitados e linguisticamente mais inclusivos. Estes objetivos serão alcançados se existir um corpo docente motivado, esclarecido e qualificado e *stakeholders* externos capazes de transmitir conhecimento técnico e prático adequado às diferentes áreas dos formandos. Tais como: Pasto Indústrias, Pasto Distribuição; Queijaria e Salsicharia Lameirinha; Cooperativa de Olivicultores de Sousel, de Casa Branca; Sem Exagero Unipessoal; entre outros.

Este novo perfil de aluno aponta novos desafios e novas possibilidades para o uso da tecnologia educacional que permite sensibilizar esta nova geração para a sustentabilidade e aceitação cultural e linguística. A proibição de *smartphones* e outras tecnologias no espaço escolar não é mais vista hoje como uma medida eficaz para manter a concentração dos jovens nas aulas nem para garantir a efetividade da aprendizagem – estes equipamentos podem e devem ser aliados no processo de ensino-aprendizagem. Atualmente, as escolas tendem a investir nas tecnologias da educação para melhorar a aprendizagem dos jovens e propiciar um ensino mais dinâmico, moderno e inovador. Assim, é necessário que as instituições de ensino e os professores aprendam a rentabilizar *smartphones*, *tablets* e outros dispositivos eletrónicos nos processos de ensino e aprendizagem. No Agrupamento, todas as salas estão equipadas com um quadro interativo, um computador, mas apenas cerca de 5% dos professores rentabilizam este equipamento de forma adequada. Relativamente aos alunos, através do programa Escola Digital, foram atribuídos um portátil e um *hotspot* a cada um, e verificámos que os alunos possuem bastantes dificuldades na utilização correta de *software* básico, nomeadamente do *word* e outros, para elaboração e apresentação de trabalhos académicos, e em situação de estágio profissional, estes são confrontados com tecnologia na área de turismo, indústrias alimentares e desporto e revelam-se como infoexcluídos.

As aulas de Tecnologia de Informação e Comunicação são manifestamente insuficientes para os desafios tecnológicos que o mercado de trabalho exige, logo será importante incluir noutras disciplinas aprendizagens que possam ser trabalhadas colaborativamente, valorizando o intercâmbio de saberes e experiências.

Paralelamente, aquando das reuniões do Conselho Consultivo, um dos aspetos a melhorar na formação dos alunos é a fluência linguística nas línguas estrangeiras. Os alunos do ensino profissional continuam a revelar um nível linguístico estrangeiro básico e constitui uma barreira no mundo do trabalho, principalmente na área do turismo. Por exemplo, a turma do curso de Turismo Ambiental e Rural que irá finalizar neste ano letivo, apenas 25% dos alunos possuem o B1 na língua inglesa, compreendem as questões principais dos assuntos que lhe são familiares e reproduzem discursos simples e coerentes sobre temas que conhecem. Os restantes 75% são utilizadores básicos, A1.

Para além do aprofundamento das línguas estrangeiras – nomeadamente o inglês e o francês pelo contacto com outros alunos de origens diversas – acredita-se que a motivação dos alunos no desenvolvimento de projetos em parceria com congéneres internacionais, pode ser uma oportunidade para melhorarem e ultrapassar as dificuldades referidas anteriormente

Considerando, que o curso de Indústrias Alimentares tem como área privilegiada a área da fileira da carne ovina e que a Agricultura e Produção Animal são um setor fundamental neste território, em termos de mercado de emprego, é fundamental que os nossos jovens sejam educados com uma consciência ambiental, capazes de implementar no território local projetos agrícolas sustentáveis, ambientais, economicamente viáveis, reduzindo a perda e o desperdício alimentar desde a produção ao consumo final.

Neste âmbito, os alunos finalistas do curso de Indústrias Alimentares participaram no “*BootCamp, Jovens Empreendedores, by Anje*” com um produto original “Apaladado- Enchido de Borrego” e receberam o 2º prémio. Este produto foi criado pelos alunos e após várias experiências chegaram ao produto final.

A iniciativa decorreu no Porto e permitiu divulgar o nosso concelho com produtos tradicionais da nossa região.

A perceção dos atores locais

Neste subcapítulo sistematizam-se as perceções dos atores locais acerca do concelho e das escolas de Sousel recolhidas através: i) das entrevistas individuais (Câmara Municipal e Agrupamento de Escolas) e de grupo (representantes dos alunos, dos encarregados de educação, da Escola de Artes do Norte Alentejano e da Guarda Nacional Republicana); ii) do inquérito por questionário aplicado aos docentes da rede pública (ao qual responderam 45 docentes: 82,2% do sexo feminino e 17,8% do masculino; 40,0% residentes no concelho de Fronteira, 26,7% no distrito de Portalegre e 33,3% de outras zonas do país; mais de 70% é docente há 21 ou mais anos; a maioria leciona no AE de Sousel há cinco ou menos anos, embora mais de um quarto leccione há mais de 15 anos).

A análise focou-se sobre os aspetos positivos e sobre os aspetos menos positivos ou desafios indicados pelos atores locais e foi organizada de forma a incluir as dimensões seguidas ao longo do estudo de diagnóstico: contexto demográfico e socioeconómico e sistema educativo (edifícios, equipamentos e recursos, ofertas educativas e formativas formais, não formais e informais, população escolar, desempenho escolar, projetos/atividades e parcerias).

Contexto demográfico e socioeconómico

Os atores entrevistados apontaram, como principal problema do concelho, o cenário de forte retração demográfica e depressão socioeconómica, ou seja, a desertificação do interior (pessoas, empresas, serviços e recursos) e, na sequência, a falta de alunos. Um contexto de que decorrem vários desafios para o concelho e para as escolas em particular, ainda que o AE de Sousel tenha, aos longos dos anos, tentado intervir, em particular por via dos cursos profissionais, na medida em que se encontram, neste momento, a frequentar alunos de outros concelhos e até do exterior do distrito de Portalegre, tentando contrariar, assim, a tendência de redução de alunos no concelho de Sousel.

Sistema Educativo

Entre os aspetos positivos apontados ao AE de Sousel destaca-se o bom ambiente e relacionamento estabelecido com diferentes tipos de parceiros. Fica clara a ideia de que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, o Agrupamento de Escolas, a Escola de Artes do Norte Alentejano – Secção de Sousel, algumas instituições e empresas são entidades dinamizadoras da educação no concelho de Sousel, evidenciando-se a

existência de uma rede de parceiros consolidada. Destaca-se também, em particular ao nível das empresas, a existência de importantes parceiros fora do concelho de Sousel, em particular ao nível dos cursos profissionais.

As reuniões promovidas pelo AE de Sousel, designadamente em sede de Conselho Geral, emergem como momentos de encontro entre as várias entidades para debater a educação, discutir os assuntos mais prementes, unir esforços para tornar a oferta formativa mais apelativa e responder aos principais desafios e necessidades.

O processo de transferência de competências, diferentemente de outros concelhos, iniciou-se há já vários anos, não se tendo identificado, no presente, dificuldades no âmbito deste processo. Os atores referem-se a uma articulação próxima, privilegiada e em primeira linha, entre a Autarquia e o Agrupamento, a diferentes níveis, designadamente ao nível dos edifícios, tendo-se destacado o facto de o Centro Escolar ter sido intervencionado por via de um protocolo entre o Ministério da Educação e a Autarquia (sendo o edifício da responsabilidade desta última), mas também ao nível dos profissionais (gestão do pessoal não docente para o Agrupamento) e do desenvolvimento de atividades, nomeadamente de carácter pedagógico.

O Município apoia os alunos em vários âmbitos, designadamente: prolongamento de horário para as crianças do jardim de infância; refeições escolares para os alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico; apoio na aquisição dos cadernos de atividades para os estudantes; e atribuição de bolsas de estudo aos alunos de Ensino Superior que residem no concelho de Sousel. Um dos aspetos também enfatizado pelos diferentes autores diz respeito ao facto de o Município assegurar o transporte dos alunos, entre freguesias e até entre concelhos. Realça-se que é esta situação que torna possível a frequência de cursos profissionais por parte de um número significativo de alunos, não sendo, por outra via, possível operacionalizar. Os autores destacaram também o papel da CIMAA, em particular ao nível da definição da rede escolar/oferta formativa.

Entre as respostas dos docentes da rede pública depreende-se que a maioria dos docentes também se encontra satisfeito com as redes de parcerias, não se destacando nenhum tópico em particular dos que foram avaliados.

Gráfico 2.40: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão das Parcerias



Fonte: Inquérito por questionário aos docentes da rede pública.

Em termos de recursos, os atores locais reforçam que o sistema de transportes públicos é garantido pela Autarquia, assegurando o transporte dos alunos não só do concelho, mas também dos que residem nos concelhos limítrofes e se encontram a frequentar cursos profissionais no AE de Sousel ou para os que se encontram a frequentar um curso de científico-humanístico num concelho limítrofe. Clarificou-se, no entanto, que no caso de alunos que residem noutros concelhos, o transporte para a frequência de cursos profissionais só é assegurado se essa oferta não existir no concelho de residência do jovem. Ao nível do ensino artístico e especializado da música,

apresentou-se a dificuldade de conciliar o horário das aulas (ensino individualizado) com os horários dos transportes, condicionando a possibilidade de este tipo de ensino chegar a mais alunos.

No que respeita aos edifícios e equipamentos, os atores entrevistados destacaram a relativamente recente requalificação do centro escolar que integra a escola sede e o facto de o edifício ter boas condições e estar bem equipado com todo o material necessário à atividade letiva, quer ao nível dos espaços (como laboratórios e salas), quer a nível de equipamentos (como projetores, quadros interativos, computadores/portáteis e *tablets*). Foi, no entanto, referido, a carência, no espaço exterior, de sombras e locais para os alunos se sentarem e conviverem. Ao nível das escolas que se encontram fora da sede de concelho destacou-se a necessidade de intervenção nos edifícios da EB de Cano e de Santo Amaro (em particular o espaço exterior) e de Casa Branca, encontrando-se já prevista a intervenção, a curto prazo, no edifício desta última.

Não obstante a existência de recursos, a preocupação que mais se destaca das respostas da maioria dos docentes da rede pública prende-se com o facto de considerarem muito prioritário renovar e ter planos de manutenção para os equipamentos tecnológicos (76,5%), aspeto também destacado pelos atores locais, nomeadamente o facto de algum equipamento informático já ser antigo, bem como alguns *softwares* se encontrarem desatualizados, não permitindo responder em determinados trabalhos/programas. Foi, no entanto, sublinhado que cada aluno possui um portátil, com *software* atualizado, que pode usar na escola e em casa. Emerge também, ao nível dos recursos, a necessidade de contratação de funcionários (41,7%).

Gráfico 2.41: Gráfico 2.42: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão dos Edifícios, Equipamentos e Transportes



Fonte: Inquérito por questionário aos docentes da rede pública.

Relativamente às ofertas, os atores locais realçaram, como aspetos positivos, a existência de Creche e Pré-escolar em todas as freguesias, além da sede de concelho. Sublinharam também o facto de conseguirem manter a oferta de 1.º ciclo do Ensino Básico, com autorização especial de funcionamento, decorrente do número reduzido de alunos, na freguesia de Santo Amaro, favorecendo a permanência das crianças na freguesia de residência e evitando deslocações diárias, desde tenra idade. A oferta de cursos profissionais, que se tem afirmado e simultaneamente vindo a ser alargada nos últimos anos, tem constituído uma mais-valia para o concelho, diversificando a oferta formativa e permitindo que os alunos deem continuidade à sua formação no AE de Sousel. Simultaneamente, e como já explicitado anteriormente, tem permitido aumentar o número de alunos no AE de Sousel, por meio da captação de alunos de outros concelhos. Nesse sentido, a consolidação do ensino profissional foi considerada, pelos atores, como um objetivo estratégico, com uma forte ligação entre o ensino e o tecido empresarial e constituindo-se como a grande aposta do AE de Sousel, em particular ao nível das áreas

de turismo e das indústrias alimentares. Destacou-se que são já as próprias empresas/instituições a procurarem o AE de Sousel com o intuito de estabelecerem parcerias. Ainda ao nível do ensino profissional, os atores referiram-se, como aspeto positivo, à empregabilidade dos estudantes que concluem os cursos nos diferentes âmbitos. Outro aspeto bastante realçado prende-se com a diversidade de atividades de enriquecimento curricular, promovidas pelo Município, destinadas às crianças do 1.º ciclo do Ensino Básico.

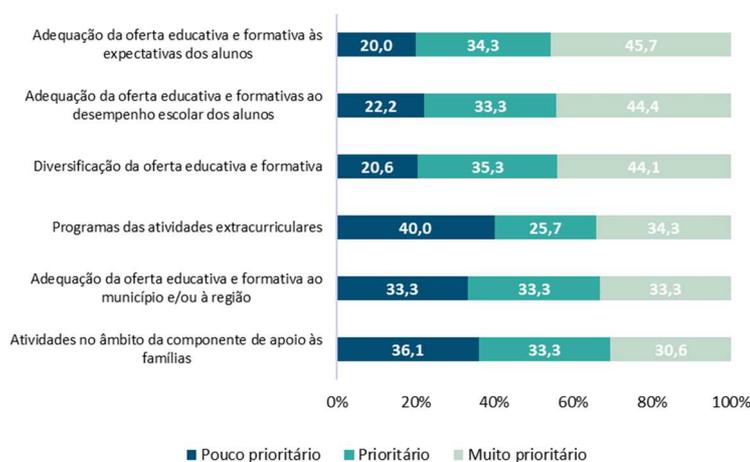
A existência de um polo da Escola de Artes do Norte Alentejano, no âmbito de um protocolo com o Município, é visto, pelos atores, como um aspeto importante ao nível da oferta formativa do concelho, possibilitando a existência ensino artístico e especializado da música junto de alunos desde o 1º ao 3º ciclo. Salientou-se que também esta oferta tem atraído alunos de outros concelhos, favorecendo a procura e o aumento de alunos, em Sousel. Os atores locais referiram-se ainda ao facto de este tipo de oferta ser pouco comum, em particular nos concelhos com a dimensão do de Sousel e com população com características análogas, bem como o facto de também não ser habitual, mas se constituir como um fator distintivo, a possibilidade de a Escola de Artes do Norte Alentejano estar integrada no AE de Sousel. A limitação da oferta ao nível de determinados instrumentos foi apontada como um aspeto menos positivo, embora tenha sido também entendida como uma inevitabilidade.

Alguns objetivos nesta dimensão prendem-se com: a internacionalização, em primeira linha, dos cursos profissionais, mas também ao nível dos cursos regulares; e a criação e diversidade da oferta educativa, além do plano escolar e da oferta já existente, equacionando e abrangendo desde as crianças até aos mais velhos. Ao nível da Escola de Artes, destacou-se a possibilidade de integração da componente curricular logo no 1.º ciclo.

No que se refere à Educação para Adultos, os atores mencionaram a existência de empresas, embora sediadas no exterior do concelho, que reúnem alguns trabalhadores e lhes oferecem ou criam condições para a frequência de cursos de formação, incluindo também trabalhadores residentes no concelho de Sousel. A Escola de Artes do Norte Alentejano possui um regime livre, dando possibilidade, para quem não se encontra a frequentar a escolaridade obrigatória, de usufruir de ensino de música na referida escola, embora a procura seja reduzida.

Ainda relativamente a estes temas, as respostas dos docentes da rede pública apontam, como tópicos considerados como muito prioritários, a necessidade de adequar a oferta formativa e educativa às expectativas dos alunos (45,7%) e ao desempenho escolar dos alunos (44,4%). A diversificação das ofertas educativas e formativas é outro aspeto definido como muito prioritário (44,1%).

Gráfico 2.43: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão das Ofertas Escolas



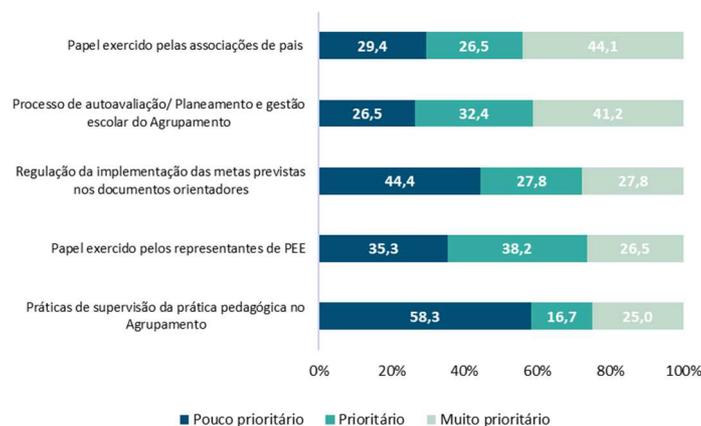
Fonte: Inquérito por questionário aos docentes da rede pública.

Relativamente à população escolar, foi referido que têm os docentes, assistentes operacionais e assistentes técnicos de que precisam, embora alguns dos atores entrevistados tenham remetido para algumas dificuldades de contratação, decorrentes da localização da escola (interior do país). Realçou-se, embora constituindo-se como situações pontuais, a baixa médica de profissionais, essencialmente associados aos cursos profissionais, verificando-se, a esse nível, alguma dificuldade em substituir. Foi também destacado o facto de decorrente de baixas médicas por um período mais reduzido, os alunos ficarem sem aulas, visto não existir a possibilidade de colocar outro professor, em regime de substituição. Os atores auscultados deixaram também antever, em linha com a tendência nacional e considerando a idade do corpo docente, que se venha a constituir como um problema, a curto/médio prazo, a inexistência de corpo docente para assegurar as necessidades. De forma mais específica, ao nível da Escola de Artes do Norte Alentejano, evidencia-se a dificuldade de contratar professores, não pela ausência de profissionais na área, mas pela localização geográfica, sendo esta dificuldade particularmente evidente quando há necessidade de substituir um professor.

No que respeita ao corpo discente, os atores auscultados relevaram o facto de um conjunto de medidas desenvolvidas nos últimos anos terem feito a diferença, ao nível da redução significativa nas taxas de retenção e abandono escolar, encontrando-se neste momento perto do zero. Salientaram o facto de tendencialmente se ter ultrapassado este tipo de problemas, bem como de assiduidade, que era particularmente premente por parte dos alunos de etnia cigana. Ainda ao nível do desempenho escolar, destacaram, no entanto, o diferencial ainda existente entre os resultados da avaliação interna e da avaliação externa. Esperam que as medidas que continuam a ser implementadas e reforçadas se traduzam, a breve prazo, de forma positiva numa alteração deste cenário. Alguns atores locais, destacaram o facto de considerarem que o AE de Sousel é uma referência ao nível da inclusão de todos os alunos, particularizando o caso dos de etnia cigana.

No domínio da gestão escolar, os docentes estão bastante satisfeitos, evidenciando, no entanto, duas dimensões como muito prioritárias: a necessidade de haver uma maior dinamização da Associação de Pais (44,1%), bem como o processo de autoavaliação/planeamento e gestão escolar do AE de Sousel (41,2%). Relativamente à Associação de Pais, foi referido o facto de existir uma boa relação entre o AE de Sousel e a Associação de Pais, participando nas reuniões e em eventos/atividades sempre que convidados. Regista-se, no entanto, como desejável, que essa participação seja mais efetiva, assumindo um carácter menos pontual. Os atores auscultados destacaram o facto de direção do AE de Sousel se encontrar receptiva a novas propostas e/ou atividades, designadamente pelos alunos ou até mesmo no âmbito da implementação de propostas formativas direcionadas para a comunidade educativa em geral.

Gráfico 2.44: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade na dimensão da Gestão Escolar



Fonte: Inquérito por questionário aos docentes da rede pública.

Capítulo 3 : Intervenções para o futuro

Neste capítulo apresenta-se, em primeiro lugar, a análise SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* – que resume e realça os principais pontos positivos, pontos a melhorar, oportunidades e ameaças aferidos a partir dos resultados do estudo de diagnóstico apresentado no Capítulo 1 deste documento. E, depois, expõem-se a visão estratégica da Carta Educativa de Sousel 2023-2033 sustentada nos estudos de diagnóstico realizados com a participação dos vários atores locais e coordenada com o PEDIEAA.

Análise dos pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades

Nesta secção, resume-se o estudo de diagnóstico realizado sobre o concelho de Sousel, para mais facilmente identificar os pontos a melhorar que serão aqueles sobre os quais a visão estratégica para os próximos 10 anos se debruçará, de acordo com a missão política assumida pelo Município. Todos os indicadores referidos nos resumos seguintes foram analisados, e explicados na sua essência, nos estudos de diagnóstico (Capítulo 2 desta Carta Educativa e Diagnósticos Geral e Diagnóstico Educativo do Alto Alentejo).

Contexto territorial, demográfico e socioeconómico

No contexto territorial, demográfico e socioeconómico de Sousel identificaram-se alguns **pontos fortes**. A começar pela forte identidade histórica, cultural e patrimonial que pode ser mobilizada como recurso pelo sistema educativo concelhio. Em termos geográficos, a localização do concelho potencia a criação de sinergias entre Alentejo Central e Alto Alentejo e, de acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, o concelho integra o eixo urbano dos mármorez (Estremoz-Borba-Vila Viçosa, Alandroal e Sousel). No mesmo documento Sousel é definido como um Centro Urbano Complementar (CUC) do Alentejo por beneficiar de um conjunto mínimo de serviços, como comércio, saúde, educação e apoio social, indispensáveis ao seu papel de suporte à coesão territorial. Relativamente aos transportes destaca-se a sua proximidade a grandes infraestruturas rodoviárias, inclusive de ligação do litoral a Espanha e a várias regiões do país. Além disso, Sousel beneficia do sistema de transportes públicos (regional) e do projeto “Autocarro Mão Amiga” que garante deslocações à população sem meios próprios de mobilidade para a sede de concelho, disponível às segundas-feiras e mediante solicitação prévia. Apesar do cenário de depressão demográfica e socioeconómica que se descreve em baixo, identificaram-se alguns pontos positivos relativos ao conjunto de empresas. O seu tecido empresarial é um dos mais fortalecidos dentro da realidade do contexto regional porque tem o quinto maior número de empresas da região, em setores chave para o desenvolvimento do Alto Alentejo, uma densidade empresarial igual à da região (um pouco mais de 2 empresas por cada 100 km) e um número de empresas por cada 100 habitantes elevado (perto de 14), embora com menos empresas criadas, mas também com menos extintas por cada 100 empresas existentes em comparação com as regiões e o país.

Quanto aos **pontos a melhorar**, e começando pela dimensão territorial, verifica-se que no concelho de Sousel as infraestruturas ferroviárias não estão em funcionamento. A dinâmica urbanística tem sido reduzida na sequência de uma menor oferta de habitação e pelo abandono de alojamentos e perda de condições de habitabilidade por via da perda de população. O saldo dos movimentos pendulares é negativo (saem mais pessoas para trabalhar ou estudar do que no sentido inverso). E o sistema de transportes não responde às necessidades da população que, por isso, opta pelo carro próprio para deslocações intra e inter concelhias que são mais rápidas do que a espera pelo e o tempo de viagem em autocarro. Em termos demográficos, o decréscimo populacional foi permanente nos últimos três períodos censitários, intensificando-se desde 2001, o que também contribuiu para o seu posicionamento entre os concelhos com menores proporções de efetivos populacionais (cerca de 6%), mas já com uma considerável densidade populacional (15,8%) no contexto regional. A estrutura populacional é

francamente envelhecida, com menor expressão da população jovem e adulta jovem, e pela mais forte presença da população adulta mais velha e da idosa, sendo o índice de envelhecimento e a relação de dependência total dos mais elevados da região (79,4 jovens e idosos por cada 100 adultos). A taxa de crescimento total, natural e migratória, é negativa e, apesar de ter um dos Índices sintéticos de fecundidade mais elevados na região do Alto Alentejo (quer entre mães nacionais quer estrangeiras), o valor médio do período entre 2011 e 2021 foi, ainda assim, inferior ao limiar de 2,1 filhos por mulher definido para a renovação das gerações. As projeções demográficas apontam para a manutenção da perda populacional e, conseqüentemente, da população escolar, que já se constitui como uma das maiores preocupações dos vários atores auscultados. O cenário socioeconómico é igualmente de salientada depressão. A começar pela pouca diversidade setorial do tecido empresarial pois mais de 39% das empresas pertence ao setor da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, setor mais vulnerável às alterações climáticas e que emprega mais de 30% dos trabalhadores o que aumenta a dependência do concelho sobre essas atividades. Além disso, é um tecido empresarial com reduzida capacidade de empregabilidade (2 pessoas por empresa). A população empregada (por conta de outrem) apresenta níveis de escolaridade baixos (66,6% até ao 3º ciclo). E uma dinâmica de menor estabilidade de emprego com um número relativo de trabalhadores com contratos permanentes/sem termo no concelho abaixo do contexto regional e, em concordância, taxas de desemprego mais elevadas em particular nos grupos etários mais jovens (15 e 34 anos). Ainda acerca de apoios sociais, identificou-se um número considerável beneficiários do rendimento social de inserção no concelho em comparação com os valores médios regionais. Como consequência da estrutura populacional envelhecida e dos contextos socioeconómicos desfavorecidos, sobretudo, entre as gerações mais antigas, as percentagens de pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações e das pensões de velhice e de sobrevivências são particularmente elevadas. E registou-se uma perda acentuada de ativos, assim como, uma taxa de produtividade abaixo das regionais e nacionais e com tendência para diminuir. Neste contexto, os ganhos médios mensais são reduzidos e inferiores aos valores médios regionais e nacionais, independentemente do nível de escolaridade concluído e do setor económico de emprego, embora sem anular as diferenças salariais entre homens e mulheres que caracterizam a região do Alto Alentejo. A população residente caracteriza-se por níveis de escolaridade baixos e por uma taxa de analfabetismo considerável (8,6%), em particular, entre as mulheres (10,7%).

Nesta dimensão destacam-se como **oportunidades**, o dinamismo que a atual equipa da CIMAA tem revelado na área da educação, assim como as potenciais sinergias que se venham a criar no território por intermédio da concretização de uma estratégica e de planos de ação comuns aos vários concelhos; assim como da Câmara Municipal de Sousel que, com a sua experiência acumulada no contexto da transferência de competências do Governo central para o local, tem sido um motor de desenvolvimento, também identificado por vários atores auscultados. A recente aprendizagem que a população nacional fez sobre as possibilidades do trabalho remoto e que pode contribuir para atrair população para o território juntamente com outros projetos. Os planos estratégicos regionais (como o Alentejo 2030) e nacionais (por exemplo, o Plano de Recuperação e Resiliência) e as novas linhas de financiamento que irão abrir com o novo quadro comunitário e que podem servir para o desenvolvimento de estratégias de atração de população e de empresas para a região. Por último, realça-se a oportunidade para a promoção de uma efetiva transição ambiental e de valorização do património do concelho.

As **ameaças** decorrem, sobretudo, da possibilidade do agravamento da crise económica na sequência do contexto pandémico a que acresce o atual cenário de guerra e de inflação elevada na Europa com todas as condicionantes que tal cenário acarreta para a população europeia, e que se prevê venham a ter consequências mais graves sobre os territórios e populações mais debilitados. Outra ameaça à concretização dos possíveis planos de ação previstos no presente documento estratégico tem a ver com a concorrência que a CIMAA e respetivos Municípios vão enfrentar no acesso aos financiamentos por via de programas nacionais e europeus. As alterações

climáticas surgem como outra ameaça a considerar, sobretudo, pela forte aposta na exploração de recursos naturais ligados ao setor da agricultura, da produção animal e associados (como a transformação alimentar e animal) que se encontram entre os que mais podem vir a ser prejudicados. Uma última ameaça tem a ver com as consequências decorrentes da não integração plena de populações migrantes que, cada vez mais, procuram o território para trabalhar e, também, para viver, e que se caracterizam, muitas delas, por culturas muito diferenciadas em termos de línguas faladas, de cultura, de religião e, inclusive, de vestuário que obrigam a adaptações dos serviços locais incluindo os da educação.

Figura 3.1: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no contexto territorial, demográfico e socioeconómico



Fonte: construção própria.

Estabelecimentos, população e ofertas escolares

Como **pontos fortes**, a nível dos estabelecimentos, destaca-se a qualidade atual do edificado escolar do concelho de Sousel e a distribuição de estabelecimentos escolares por todas as freguesias do concelho. Os tempos de viagem casa-escola dos alunos residentes no concelho que moram mais longe do estabelecimento escolar frequentado são adequados. Um outro aspeto tem a ver com a capacidade das escolas de Sousel para acolher mais alunos ao nível dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico e Secundário. Relativamente às ofertas escolares identificam-se vários pontos positivos. As ofertas educativas e formativas são diversificadas, dentro do possível considerando o número de alunos, e adaptadas à realidade do concelho, ponto bastante reforçado pelos atores locais. A oferta ao nível da educação inclusiva com a presença de várias equipas de trabalho como a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) e do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA); e, ainda, pela integração na área de influência do CRTICEE – Centro de Recursos de TIC para a Educação Especial sediado em Portalegre. Além disso, é o AE de Sousel que assegura o desenvolvimento da Intervenção Precoce nos concelhos de Sousel, Fronteira e Alter do Chão. Ainda no que respeita às ofertas, as atividades dinamizadas pela

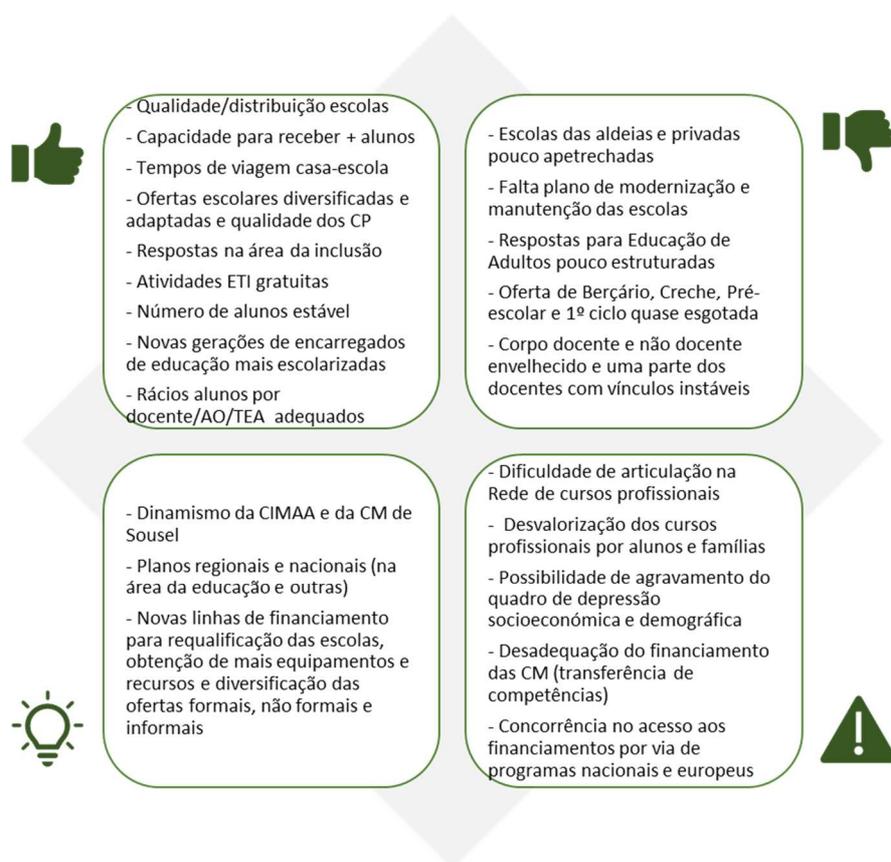
Câmara Municipal no âmbito da Escola a Tempo Inteiro são uma mais-valia, quer pela diversidade de áreas trabalhadas com as crianças, quer pelas taxas de participação geralmente elevadas que podem gerar maior proximidade entre crianças de diferentes classes e freguesias. A população escolar da rede pública e privada de Sousel caracteriza-se por um número de alunos relativamente estável nos últimos anos letivos, apesar do cenário demográfico preocupante. As novas gerações de encarregados de educação aparentam ser mais escolarizadas. Na rede pública e privada, o número de alunos por docente e por assistente operacional/técnico auxiliar de educação é reduzido, o que facilita o acompanhamento mais personalizado a todos os alunos, aspeto bastante referido nas auscultações aos atores locais.

Quanto aos **pontos a melhorar**, inicia-se novamente pelos edifícios, infraestruturas e equipamentos. Identificou-se que as Escolas das aldeias e privadas estão menos apetrechadas de espaços e equipamentos o que diferencia o serviço educativo fornecido entre estas crianças e as que frequentam a escola sede. E que é necessário um plano de modernização dos estabelecimentos escolares. Por um lado, precisam de novos equipamentos tecnológicos, desportivos, artísticos, pedagógicos, lúdico-didáticos e outros e, por outro lado, que sejam resolvidas questões relativas ao conforto térmico, lumínico e sonoro, eficiência energética e, ainda, garantida a existência de espaços para dinamização de metodologias pedagógicas ativas. Os atores locais mencionam inclusive a necessidade de criar um plano de manutenção de edifícios e equipamentos com o objetivo de manter a boa qualidade. Passando às ofertas escolares, verifica-se que não existem respostas estruturadas para a Educação de Adultos nem estratégias de incentivo à procura dessas ofertas por parte da comunidade, respostas cruciais considerando o cenário de escolaridade baixa do concelho. Outro ponto a rever é o facto de a rede de Berçário e Creche estar praticamente esgotada e de Pré-escolar e de 1º ciclo bastante lotada, mas as soluções a implementar devem ter em conta os resultados das projeções demográficas, assim como eventuais planos para atrair população jovem para o concelho. Relativamente à população escolar, dados e auscultações aos atores locais mostram que há perda de alunos para outros concelhos a partir do 1º ciclo. Acerca do corpo discente existem percentagens elevadas de alunos beneficiários de ASE. O corpo docente do concelho é caracterizado pelo envelhecimento e por ser previsível que um considerável grupo de docentes se reforme durante o período de vigência desta Carta Educativa, o que pode colocar em causa eventuais projetos atuais e futuros. Apesar de estável na sua maioria, 40% do corpo docente do Agrupamento tem vínculos contratuais instáveis, o que aumenta os riscos associados à não garantia da sustentabilidade dos projetos atuais e futuros.

Nesta dimensão, as **oportunidades** são novamente o dinamismo da CIMAA e da Câmara Municipal de Sousel na área da educação; os planos regionais e nacionais mencionados anteriormente e as novas linhas de financiamento que irão abrir com o novo quadro comunitário e que podem apoiar na requalificação das escolas, na obtenção de mais equipamentos e recursos e na diversificação das ofertas formais, não formais e informais.

Quanto às **ameaças**, destaca-se uma rede de cursos profissionais regional caracterizada por ofertas duplicadas em várias UO e concelhos, que promove uma lógica de competição por alunos em vez de estratégias de cooperação para aquisição e rentabilização de recursos e respostas; a desvalorização dos cursos profissionais por parte de alunos e famílias; a possibilidade de agravamento do quadro de depressão socioeconómica e demográfica no atual contexto internacional; a desadequação das verbas transferidas para o Município que não acompanha as suas novas responsabilidades; e a concorrência no acesso aos financiamentos por via de programas nacionais e europeus igualmente referida na dimensão anterior.

Figura 3.2: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no cenário dos estabelecimentos, população e ofertas escolares



Fonte: construção própria.

Dinâmicas de promoção do sucesso escolar

Na dimensão das dinâmicas de promoção do sucesso escolar, iniciando com os **pontos fortes** relativos ao desempenho escolar, o concelho de Sousel caracteriza-se pelo bom desempenho nos três ciclos de escolaridade do Ensino Básico e no Ensino Secundário – médias de classificações internas positivas e geralmente superiores às médias regionais e com tendência para aumentar a vantagem competitiva sobre a região no 1º ciclo, percentagens de alunos que terminam os ciclos no tempo previsto elevadas e geralmente superiores às médias nacionais, sendo a exceção no 3º ciclo em que o AE de Sousel apresenta, no entanto, uma forte tendência de aproximação à média nacional e taxas de conclusão dos cursos profissionais no tempo previsto igualmente elevadas e superiores às nacionais, superando contextos socioeconómicos algo desfavorecidos no contexto regional. Acrescenta-se ainda as elevadas taxas de empregabilidade dos alunos que terminam cursos profissionais no AE de Sousel, de acordo com os atores locais. A rede de parcerias e o conjunto de projetos estruturantes dinamizados no concelho, por iniciativa de várias entidades e com diversos parceiros locais é outro ponto forte, porque contribui para o desenvolvimento integral do aluno ao trabalhar áreas como a educação ambiental, musical, para a saúde e hábitos de vida saudável, cidadania, etc., e ao promover o convívio entre a comunidade escolar. A Câmara Municipal destaca-se com principal parceiro das escolas e pelo seu dinamismo porque além das atividades da Escola a Tempo Inteiro e do sistema de transportes escolares bastante elogiado pelos atores locais, apesar de alguns horários não se compatibilizarem com os horários do ensino artístico especializado o que impede uma maior frequência desta opção, disponibiliza apoios a alunos e famílias que vão além do preconizado na legislação como as bolsas de estudo para alunos a frequentar o Ensino Superior; financia projetos de promoção da natalidade; estabelece parcerias com entidades locais para complementar as aprendizagens dos alunos, por

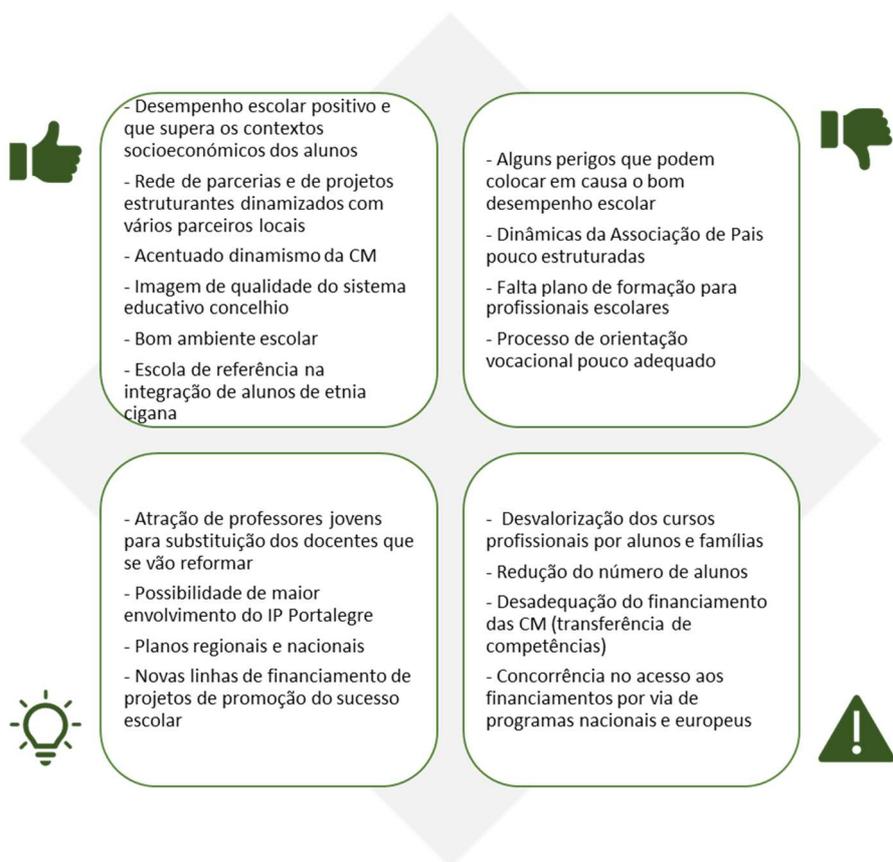
exemplo com a Escola de Artes do Norte Alentejo – Secção de Sousel; e promove atividades físicas e desportivas. Como outro aspeto positivo, identificou-se uma imagem de qualidade que é atribuída pela comunidade concelhia ao sistema educativo, em particular dos cursos profissionais que atraem alunos de outros concelhos. O conjunto de projetos estruturantes dinamizados no concelho, por iniciativa de várias entidades e com diversos parceiros locais é outro ponto forte, porque contribui para o desenvolvimento integral do aluno ao trabalhar áreas como a educação ambiental, musical, para a saúde e hábitos de vida saudável, cidadania, etc., e ao promover o convívio entre a comunidade escolar. Um outro ponto positivo igualmente referido pelos atores auscultados é o bom ambiente escolar presente em todas as Escolas do concelho decorrente do reduzido número de pessoas e da proximidade entre profissionais, alunos, famílias e comunidade. Por último, a referência de que o AE de Sousel é uma referência pela integração de alunos de etnia cigana e da redução dos indicadores de sucesso nesta comunidade.

Apesar do bom desempenho escolar, os **pontos a melhorar**, identificaram-se alguns sinais que podem vir a colocar em causa o bom desempenho do AE de Sousel – no 2º ciclo há uma tendência de afastamento da percentagem de alunos que termina esse ciclo no tempo previsto face à média nacional e no Ensino Secundário registou-se um aumento considerável de alunos que não terminam os cursos profissionais no tempo previsto e que, em simultâneo, abandonam o sistema educativo; e verifica-se uma considerável diferenciação entre classificações internas e externas objetivo que está já a ser trabalhado pelo AE de Sousel. Nas auscultações aos atores locais ficou evidente que seria interessante que a Associação de Pais elaborasse um plano de intervenção mais estruturado e de maior envolvimento nas atividades das Escolas. Outro aspeto a melhorar será o programa de formação profissional para docentes, assistentes administrativos, assistentes operacionais e técnicos auxiliares das Escolas do concelho. Vários atores auscultados mencionaram a necessidade de criar programas de orientação vocacional que trabalhem com os alunos de forma atempada e que sejam mais completos, ou seja, que passem a informar alunos e famílias sobre as possibilidades de educação e formação existentes na região e sobre as suas potencialidades em termos de prosseguimento de estudos para o Ensino Superior e de ingresso no mercado de trabalho concelhio e regional.

As **oportunidades** nesta dimensão passam pela possibilidade de, com a saída futura de um número considerável de docentes do sistema educativo por via da reforma, atrair e fixar população jovem, nomeadamente, professores jovens com a criação de garantias e apoios à sua fixação no território (habitação acessível, apoios variados a jovens e à constituição de famílias, etc.). Outra oportunidade vital é a possibilidade de, incluindo pela existência de um plano estratégico regional para a área da educação, se criar um maior envolvimento do Instituto Politécnico de Portalegre com as escolas públicas e privadas do Ensino Básico e Secundário. Assim como, tal como nas dimensões anteriores, os planos regionais e nacionais e as novas linhas de financiamento que poderão ser mobilizados para a implementação de projetos de desenvolvimento e melhoria do sistema educativo.

Como **ameaças**, apontam-se a desvalorização dos cursos profissionais por parte de alunos e famílias, o que requer uma especial atenção para o trabalho de sensibilização junto das comunidades, em particular, dos jovens e respetivas famílias. E, novamente, a desadequação do financiamento atribuído ao Município no âmbito da transferência de competências; e a concorrência no acesso aos financiamentos por via de programas nacionais e europeus.

Figura 3.3: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no quadro das dinâmicas de promoção do sucesso escolar



Fonte: construção própria.

Identidade

Visão

A Câmara Municipal de Sousel tem como missão planejar, organizar e executar as políticas municipais nos domínios urbanístico e do espaço público, da intervenção social, da educação, ambiente, cultura e desporto, prestando serviços aos cidadãos, promovendo um serviço público de qualidade, facilitando uma cidadania participativa e ativa através da valorização das competências das pessoas e das características do território, como garantia de um desenvolvimento sustentável e integrado.

Missão

Potenciar e valorizar as características do território, das pessoas e das estruturas socioeconómicas de Sousel, tendo em vista a satisfação das necessidades da comunidade mediante a rentabilização dos recursos humanos e financeiros, a promoção da modernização dos serviços públicos e a virtualização da informação. Articular a ação da administração com os parceiros locais, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento social, económico, cultural, desportivo e educativo e tendo em vista constituir um referencial na área da solidariedade e da inclusão social, capacitada para ganhar os desafios da competitividade, da excelência territorial e da modernidade participativa e operativa, no quadro de um desenvolvimento sustentável e integrado, enquanto base de uma sociedade harmoniosa e equilibrada.

Objetivos e princípios

Solidariedade – Procurar distinguir formas justas de governação, reconhecendo que para estar ao serviço do bem comum devemos estar ao serviço de todos.

Integridade – Promover uma política de honestidade, equidade rigor e o escrupulo na gestão dos dinheiros e do património público, alicerçada no respeito pelo próximo.

Equidade – Sustentar toda a atuação organizacional em princípios de isenção, igualdade e justiça, nunca ignorando os efeitos decorrentes das medidas como o seu fim último.

Responsabilidade – O serviço público deverá ser operado com espírito de missão, dedicação e lealdade, valorizando a cidadania e o serviço público.

Transparência – Promover uma atuação política baseada num conjunto de práticas organizacionais com processos transparentes e relações de reporte (*accountability*) claras e operativas. Em estrito cumprimento da legalidade, a Câmara Municipal de Sousel empenha-se em informar e prestar contas da sua atividade, monitorizar e avaliar o seu desempenho e submeter-se à apreciação externa das entidades fiscalizadoras e dos cidadãos.

Participação – A Câmara Municipal de Sousel aposta na mobilização de todas as pessoas do concelho, numa lógica de democracia participativa. Promove e potencia a constituição de parcerias com agentes públicos e privados numa rede que permita rentabilização de recursos e otimização de resultados.

Eficiência na Gestão – A Câmara Municipal de Sousel propõe-se cumprir as suas responsabilidades e a alcançar os seus objetivos estratégicos, com recurso a práticas de gestão orientadas para a maximização dos recursos disponíveis, controlo da despesa pública, no quadro de uma gestão por resultados e do aumento da produtividade dos serviços, promovendo as condições necessárias para um serviço público de qualidade.

Sustentabilidade – Cuidar do presente e do futuro do concelho de Sousel, conciliando a visão estratégica das necessidades de hoje sem comprometer o amanhã.

Intervenções futuras: 2023-2033

Os resultados do diagnóstico possibilitaram a identificação dos principais pontos fortes e fracos do sistema educativo concelhio de Sousel, sistematizados no início do presente Capítulo 3, e conseqüentemente, da lista das prioridades de melhoria que, na sua maioria, coincidem com as dos outros concelhos da região do Alto Alentejo porque enfrentam desafios semelhantes. As prioridades de melhoria foram posteriormente transformadas em objetivos estratégicos, primeiro os propostos pelo Consórcio Iscte/IPP/CEDRU, debatidos em Conselho Municipal da Educação, e posteriormente os do Município. Os objetivos estratégicos traduzem-se em intervenções a desenvolver até ao ano de 2033.

As intervenções previstas para o decénio 2023/2033 encontram-se organizadas em três Eixos estratégicos. Cada Eixo inclui vários objetivos estratégicos a maioria dos quais em total coordenação com o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Alto Alentejo (PEDIEAA)* e que, por isso, se devem implementar em articulação com os outros concelhos da região e com a CIMAA. Outros objetivos estratégicos são específicos do concelho de Sousel.

De forma a garantir que as ações gerais planeadas nesta fase, assim como as ações de trabalho específicas que venham a ser definidas posteriormente, sejam desenvolvidas da forma prevista, e que a implementação das ações é acompanhada pela aferição regular dos resultados, sejam resultados esperados ou não esperados, benéficos ou perversos, diretos ou indiretos, imediatos ou não, adicionamos um esquema de monitorização para cada um dos eixos (tabelas apresentadas em cada Eixo).

O apuramento dos resultados ao longo da implementação das ações, a reflexão sobre os resultados obtidos e as necessárias alterações aos planos de ação são o processo desejado de implementação, monitorização e avaliação de um plano estratégico que se pretende participado, reflexivo e em permanente melhoria, em que as instituições e as pessoas envolvidas avaliem o seu trabalho, os resultados obtidos e aprendam com eles, numa lógica de “«trazer verdade» à resolução de problemas” (Capucha, Almeida, Pedroso e Silva, 1996: 10-11).⁴⁰

Os objetivos estratégicos identificados em cada Eixo estratégico podem e devem ser dinamizados sempre que possível em conjunto com as várias entidades e atores concelhios, com os dos outros concelhos da região e com a participação da CIMAA, de forma a potenciar os recursos disponíveis nestes territórios (de recursos humanos, de tempo, de equipamentos e de transportes).

Pretende-se que esta Carta Educativa seja um instrumento orientador da ação local para a educação e não um documento estático. Por isso, adiciona-se a cada um dos Objetivos Estratégicos, as ações gerais possíveis de ser previstas nesta fase de planeamento (que devem posteriormente ser mais bem detalhadas e calendarizadas por quem ficar responsável por cada uma), metas finais a atingir em 2033, indicadores para avaliação do cumprimento dos objetivos, possíveis responsáveis pela implementação e monitorização e uma primeira resenha de calendarização de um plano de trabalho. Trata-se de uma proposta de implementação e monitorização/avaliação de ações de incentivo à ação local que permita ajustamentos e adaptações ao plano sempre que necessário.

⁴⁰ Capucha, Luís, João Ferreira de Almeida, Paulo Pedroso e José Vieira da Silva (1996), “Metodologias de Avaliação: o Estado da Arte em Portugal”, em Luís Capucha e Paulo Pedroso, *Sociologia Problemas e Práticas*, 22, Oeiras, Celta Editora, pp. 9-27.

Na execução dos OE importa considerar as articulações aos documentos estratégicos concelhios, regionais e nacionais expostos na última secção deste Capítulo 3 como forma de procurar sinergias e possíveis linhas de financiamento dentro do concelho, da região e com outros territórios do país e europeus.

Eixo 1 – Edifícios, Equipamentos e Mobilidades

O primeiro Eixo estratégico inclui os Objetivos estratégicos (OE) relativos às intervenções a realizar nos estabelecimentos escolares nos próximos 10 anos para garantir boas condições de estudo e de trabalho, a equidade dos espaços interiores e exteriores para todos os alunos que estudem no território, a modernização das unidades orgânicas localizadas no concelho no que respeita ao bem estar, à sustentabilidade ambiental, à abertura à comunidade, à mobilização de pedagogias inovadoras e ativas e das tecnologias na dinamização dos currículos; e criar uma rede de transportes que garanta o acesso equitativo a todas as possibilidades educativas e formativas formais, não formais informais existentes no concelho e na região do Alto Alentejo.

OE1: Elaborar um programa de modernização dos edifícios escolares (espaços e infraestruturas) para garantia de: i) Bem-estar dos alunos e profissionais (conforto térmico, lumínico e sonoro, acessos inclusivos), ii) Sustentabilidade ambiental (painéis solares, controlo do consumo de água, *etc.*), iii) Abertura à comunidade (auditórios, bibliotecas, *etc.*, que possam também ser usados pela população), iv) Mobilização de pedagogias e dinâmicas inovadoras (salas polivalentes, centros de ciência viva, espaços para alunos com necessidades específicas, *etc.*); (ver Plano de Intervenção Futuras nos Estabelecimentos Escolares no [Anexo A](#))

OE2: Garantir a equidade de espaços e equipamentos nas escolas das aldeias (biblioteca, espaços para prática de desporto e atividades artísticas, espaços próprios para atividades AAAF/CAF/AEC, salas de trabalho para profissionais, parques infantis) e integrar equipa responsável pela preparação do documento justificativo para a manutenção da rede atual de estabelecimentos escolares como elemento crucial para a promoção da coesão territorial da região do Alto Alentejo;

OE3: Preparar as infraestruturas dos edifícios para os equipamentos tecnológicos e de apetrechamento com equipamentos digitais necessários ao trabalho escolar e ao trabalho com os alunos;

OE4: Garantir o acesso à internet em todos os estabelecimentos escolares com o sinal necessário ao número de profissionais e alunos;

OE5: Criar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias no currículo e na dinamização do currículo e nas metodologias pedagógico-didáticas (com elaboração de um banco recursos pedagógicos específicos);

OE6: Garantir uma ligação mais regular entre freguesias de cada concelho;

OE7: Investir em processo de mobilidade sustentável (projetos de ciclovias e fornecimento de bicicletas, substituir a frota de autocarros onde pertinente de forma a rentabilizar as viagens de autocarro, *etc.*).

Tabela 3.1: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 1

OE	Ações	Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2025	2027	2029	2031	2033			
OE1	Criar uma equipa de trabalho para definir as intervenções mínimas a executar para cada tópico						100% dos estab. escolares modernizados em pelo menos 1 atualização por tópico	Nº de estab. a modernizados por tópico/ Nº de estab.	CM/ UO/ Equipa de trabalho
	Criar condições para executar as intervenções de modernização								
	Executar as intervenções de modernização								
OE2	Criar uma equipa de trabalho para definir o mínimo de espaços e equipamentos para garantir a equidade das escolas das aldeias						100% das escolas aldeias apetrechadas de espaços e equipamentos mínimos	Nº de escolas das aldeias apetrechadas/ Nº das aldeias	CM/ UO/ Equipa de trabalho
	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa regional que ficará responsável por preparar documento justificativo para a manutenção da rede atual de estabelecimentos escolares como elemento crucial para a promoção da coesão territorial da região do Alto Alentejo								
	Criar condições para garantir os espaços e equipamentos mínimos								
	Executar as intervenções necessárias para os espaços e equipamentos mínimos								
OE3	Criar uma equipa de trabalho para criar plano de preparação das escolas para a transição digital						100% dos estab. escolares capacitados para a transição digital	Nº de estab. a preparados para a transição digital/ Nº de estab.	CM/ UO/ Equipa de trabalho
	Criar condições para executar as intervenções de preparação para a transição digital								
	Executar as intervenções de modernização								
OE4	Identificar as causas da ausência ou sinal fraco de <i>wifi</i>						100% dos estab. escolares com acesso à rede <i>wifi</i> de qualidade	Nº de estab. a preparados com acesso a <i>wifi</i> de qualidade/ Nº de estab.	CM/ UO/ Parceiros
	Criar estratégias de resolução que garantam sinal fortalecido de sinal <i>wifi</i> em todos os estabelecimentos escolares localizados no concelho (aquisição de equipamentos necessários, negociação com operadores de internet portuguesas, etc.)								
	Implementar as estratégias de resolução								
OE5	Pesquisar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias nas dinâmicas letivas incluindo de dinamização do currículo						Nº de docentes a aceder a BRP/Nº total de docentes	CM/ Docentes/ Parceiros (Instituições)	

OE	Ações	Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2025	2027	2029	2031	2033			
	Criar/Partilhar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias nas dinâmicas letivas incluindo de dinamização do currículo						60% dos docentes a utilizar banco de recursos pedagógicos ⁴¹		do Ensino Superior como o IIPortalegre)
OE6	Identificar a rede de mobilidade de alunos entre freguesias em cada ano letivo						Enviar rede de mobilidades para CM	Comparar a 2023	UO
	Garantir uma ligação mais regular entre freguesias de cada concelho de acordo						Aumento do número de carreira e ou horários	Comparar a 2023	CM/ CIMAA
OE7	Criar uma equipa de trabalho para identificar as possibilidades de mobilidade sustentável no concelho						Pelo menos 50% dos alunos a ser transportados em mobilidade sustentável	Nº de alunos em transporte sustentável/Nº total de alunos	CM/ UO/ Equipa de trabalho
	Criar condições para executar as intervenções necessárias no concelho para uma mobilidade sustentável								
	Executar as intervenções necessárias no concelho para uma mobilidade sustentável								

⁴¹ Este banco de recursos pedagógicos pode ser incluído no Observatório da Educação do Alto Alentejo através da criação de senhas de acesso para docentes.

Eixo 2 – Ofertas escolares

O Eixo 2 integra Objetivos Estratégicos (OE) direcionados à melhoria da rede das ofertas para primeira infância, de Ensino Básico e Secundário, da Educação para Adultos e das atividades extracurriculares tornando-as mais diversificadas, articuladas com as necessidades dos empregadores e com as expectativas dos alunos, promotoras do sucesso educativo de todos os alunos; ao desenvolvimento de um processo de orientação vocacional atempado (desde o 7º ano de escolaridade) e que oriente os alunos e suas famílias através da extensão e possibilidades das ofertas educativas e formativas existentes no concelho e na região e de todas as possibilidades, quer em termos de empregabilidade, quer de prosseguimento de estudos.

OE8: Reorganizar a rede de oferta de primeira infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) enquanto possível medida para atrair e fixar casais jovens;

OE9: Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa regional que ficará responsável por criar uma rede de ofertas educativas e formativas (incluindo ensino geral e outras modalidades de ensino, incluindo o ensino artístico especializado) de 3º ciclo e de Ensino Secundário, equitativa para todos os concelhos/alunos, articulando entre Unidades Orgânicas (UO) mais próximas;

OE10: Articular ofertas e dinamização dos currículos com as necessidades os empregadores locais e com as expectativas dos alunos;

OE11: Constituir um conjunto de ofertas de educação de adultos adaptadas às necessidades da população local e um pacote de benefícios de incentivo à frequência dessas ofertas, incluindo comunidades ciganas e migrantes;

OE12: Contribuir para a criação um programa de orientação vocacional regional mais abrangente que trabalhe de forma atempada com os alunos sobre as potencialidades das ofertas, do mundo do trabalho e das profissões da região;

OE13: Construir um currículo local mobilizando o património natural, cultural e arquitetónico do Alto Alentejo e de cada concelho, potenciando os conhecimentos e competências nos temas mencionados no EDTAA 2030 (com elaboração de um banco de recursos pedagógicos específicos para atividades AAAF, CAF, AEC, OTL para jovens e disciplinas curriculares);

Tabela 3.2: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2

OE	Ações	Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2025	2027	2029	2031	2033			
OE8	Encontrar soluções para aumentar as vagas para primeira infância considerando projeções demográficas e estratégias para atrair e fixar casais jovens						100% da população até aos 5 anos com vaga	Nº de crianças até 5 anos / Nº de vagas disponíveis e ocupadas	CM/ UO
	Reavaliar e reajustar a capacidade instalada nos anos definidos para monitorização para garantir que 100% da população até aos 5 anos com vaga								
OE9	Indicar elemento(s) a integrar a equipa regional responsável por melhorar rede de ofertas escolares						100% dos alunos com acesso a pelo menos 2 opções no 3º ciclo e 4 no Ensino Secundário / 100% dos alunos a frequentar a oferta escolar desejada	Nº de alunos com acesso a pelo menos 2 opções no 3º ciclo e 4 no ES – Nº de alunos a frequentar a oferta desejada / Nº de alunos do 3º ciclo e ES	CIMAA/ CM/ Equipa de trabalho/ UO
	Realizar tarefas definidas pela equipa regional								
	Implementar nova rede de ofertas escolares concertadas entre concelhos da região do Alto Alentejo								
OE10	Participar no encontro entre escolas e empregadores a realizar todos os anos letivos						Pelo menos um encontro entre escolas e empregadores por ano letivo / Aplicação de 1 questionário por ano letivo a questionar alunos do 3º ciclo sobre expectativas	1 encontro por ano letivo / 1 questionário por ano letivo	CIMAA/ CM/ UO/ Parceiros (empregadores)/ Encarregados de educação
	Participar na construção de um mini questionário a aplicar aos alunos do 7º, 8º, 9º								
	Aplicar questionário todos os anos letivos								
OE11	Levantar necessidades no âmbito da Educação para Adultos						45% da população residente com Ensino Secundário	Nº de residentes com Ensino Secundário / Nº de residentes	CM/ UO/ Parceiros (IEFP, empresas, associações de migrantes e ciganas)
	Criar/Reformular parcerias intra e inter concelhias direcionadas a encontrar soluções para Educação de Adultos e acordo com as necessidades levantadas								
	Criar condições para a mobilização da população concelhia para a frequência das respostas para a Educação de Adultos para terminar escolaridade obrigatória de 12 anos								

OE	Ações	Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2025	2027	2029	2031	2033			
OE12	Indicar elemento(s) a integrar a equipa regional responsável por melhorar rede de ofertas escolares						100% dos alunos do 3º ciclo integrados no programa	Nº de alunos do 3º ciclo integrados no programa / nº total de alunos do 3º ciclo do concelho	CIMAA/ Equipa de trabalho/ UO/ Parceiros (Empregadores, Instituições do Ensino Superior como o IIPortalegre)
	Realizar tarefas definidas pela equipa regional								
	Implementar novo processo de orientação vocacional								
OE13	Pesquisar estratégias de mobilização dos recursos naturais, patrimoniais e culturais do concelho nas dinâmicas letivas incluindo de dinamização do currículo						Pelo menos 1 atividade AAAF, CAF, AEC, OTL sobre currículo local / Pelo menos 1 aplicação da metodologia de trabalho de projeto sobre currículo local em cada UO	1 atividade extracurricular / 1 aplicação da metodologia de trabalho de projeto por UO	Docentes/ CM/ Parceiros (entidades gestoras do património natural e arquitetónico, tecido associativo cultural e recreativo)/ Encarregados de educação
	Criar/Partilhar estratégias de mobilização dos recursos naturais, patrimoniais e culturais do concelho nas dinâmicas letivas incluindo de dinamização do currículo ⁴²								

⁴² Também neste objetivo se pode constituir um banco de recursos pedagógicos a integrar o Observatório da Educação do Alto Alentejo através da criação de senhas de acesso para docentes

Eixo 3 – Promoção do sucesso escolar

O terceiro Eixo engloba um conjunto de objetivos que visam criar dinâmicas de promoção do sucesso escolar e o desenvolvimento integral das crianças e jovens do concelho, adaptados às diferenças; e dinâmicas de monitorização/avaliação concelhias e regionais orientadas para uma constante melhoria das ações implementadas, e consequentemente dos resultados obtidos, que aumenta o conhecimento sobre o sistema educativo concelhio e regional e a forma Municípios e Unidades Orgânicas comunicam entre si e com a comunidade em geral.

OE14: Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa de trabalho regional que ficará responsável por fazer o levantamento das necessidades de formação dos profissionais escolares e das famílias da região e o plano de formação em exercício para profissionais escolares (docentes e não docentes) e famílias focado nas dimensões do PEDIEAA;

OE15: Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de melhoria do desempenho escolar nas disciplinas identificadas como as de menor sucesso na região;

OE16: Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de acolhimento aos alunos orientados de famílias migrantes e da comunidade cigana (projeto Ninho, português língua não materna, por exemplo), em conjunto com famílias/associações locais de migrantes e da comunidade cigana;

OE17: Incentivar o gosto e as competências dos alunos nas áreas das artes, o desporto, tecnologia, ciências, cidadania, segurança e ambiente e sustentabilidade (rentabilizando os protocolos com as Unidades de Saúde, GNR, Escola de Artes do Norte Alentejo, tecido associativo desportivo e cultural e recursos como os Centros de Ciência Viva, salas digitais e outros);

OE18: Criar dinâmicas de articulação de projetos e de partilha de recursos intermunicipais com concelhos limítrofes (recursos naturais, culturais, patrimoniais, equipamentos desportivos, projetos de OTL, *etc.*);

OE19: Participar na constituição e manutenção do Observatório da Educação do Alto Alentejo e da plataforma de comunicação com a comunidade, fornecendo dados atualizados sobre o sistema educativo regional – Escolas da rede pública e privada, de ofertas (Primeira infância, Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação para Adultos, Ensino Superior, atividades da Escola a Tempo Inteiro e OTL, Projetos), sobre a população escolar (alunos, docentes e não docentes), indicadores de desempenho escolar – de acordo com os protocolos para o envio de informação que venham a ser definidos.

Tabela 3.3: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 3

OE	Ações	Calendarização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2025	2027	2029	2031	2033			
OE14	Indicar elemento(s) a integrar a equipa regional responsável por fazer o levantamento das necessidades de formação dos profissionais escolares e das famílias						Fazer um levantamento por ano letivo (a partir dos levantamentos realizados pelas Escolas)	1 levantamento de necessidades por ano letivo enviado para equipa regional	Representante(s) do concelho na equipa regional
	Fazer o levantamento das necessidades de formação dos profissionais escolares e das famílias do concelho								
	Enviar informação para equipa regional								
OE15	Fazer diagnóstico para identificar quais as disciplinas/ano de escolaridade em que mais alunos tenham dificuldades e enviar resultados para CIMAA						95% dos alunos com sucesso nas disciplinas identificadas	Nº de alunos com sucesso nas disciplinas / Nº de total de alunos inscritos nessas disciplinas	CIMAA/ CM/ UO
	Implementar projetos regionais de melhoria do desempenho escolar								
OE16	Fazer diagnóstico das necessidades de alunos com necessidades de apoio e enviar para CIMAA						100% dos alunos oriundos de famílias migrantes e da comunidade cigana a terminar o 12º ano com sucesso	Nº de alunos oriundos de famílias migrantes e da comunidade cigana que transitam de ano / Nº total de alunos oriundos de famílias migrantes e da comunidade cigana	CIMAA/ CM/ UO
	Implementar projetos regionais orientados para população migrante e cigana								
OE17	Mobilizar parceiros locais						Pelo menos 1 atividade (formal, não formal ou informal) de cada área disponível aos alunos de cada concelho	1 atividade (formal, não formal ou informal) por área	CM/ UO
	Melhorar atividades e dinâmicas de aula com recurso às parcerias locais								
OE18	Criar parcerias com outros concelhos da região de acordo com os recursos que possam ser mobilizados para dinamização de atividades e do currículo						Pelo menos 1 projeto/partilha com outro concelho	1 projeto/partilha com outro concelho	CM/ UO
OE19	Indicar elemento(s) a integrar a equipa do Observatório da Educação						Observatório da Educação do Alto Alentejo em funcionamento e a ser mobilizado por CIMAA/CM/UO	Nº de acessos por CM/ Docentes/ encarregados de educação	Equipa Observatório da Educação
	Recolher e enviar informação atualizada de acordo com protocolos definidos								

Enquadramento na Política Municipal, Regional e Nacional

Política integrada do Município

Além da presente Carta Educativa existem outros documentos em vigor na Câmara Municipal de Sousel com os quais importa articular a ação, nomeadamente, o Plano Diretor Municipal (PDM), o Plano Educativo Municipal (PEM) e o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Sousel (AES). Além destes documentos foram consideradas as atividades para alunos dinamizadas pela Câmara Municipal de Sousel (CMS).

Alguns dos projetos em curso estão já a responder a uma boa parte dos objetivos estratégicos inscritos na Carta Educativa 2023-2033, o que potencia a gestão de recursos disponíveis no local e o processo de monitorização que deve ser orientado para o que se pretende atingir num prazo de 10 anos.

A tabela em baixo atesta quanto ao grau de articulação entre Carta Educativa e documentos municipais e das unidades orgânicas da rede pública, mas sobretudo quanto à importância do presente documento na política municipal pois vem complementar a estratégia delineada no Plano Educativo Municipal.

Tabela 3.4: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política municipal

Eixos	OE	Documentos Municipais	Nível de Articulação
OE1	Elaborar um programa de modernização dos edifícios escolares para garantia de: i) Bem-estar dos alunos e profissionais, ii) Sustentabilidade ambiental, iii) Abertura à comunidade, iv) Mobilização pedagógicas e dinâmicas inovadoras	PDM/ CMS	AE
OE2	Garantir a equidade de espaços e equipamentos nas escolas das aldeias (biblioteca, espaços para prática de desporto e atividades artísticas, espaços próprios para atividades AAAF/CAF/AEC, salas de trabalho para profissionais, parques infantis) e integrar equipa responsável pela preparação do documento justificativo para a manutenção da rede atual de estabelecimentos escolares como elemento crucial para a promoção da coesão territorial da região do Alto Alentejo	PDM/ CMS	AE
OE3	Preparar as infraestruturas dos edifícios para os equipamentos tecnológicos e de apetrechamento com equipamentos digitais necessários ao trabalho escolar e ao trabalho com os alunos	-	AR
OE4	Garantir o acesso à internet em todos os estabelecimentos escolares com o sinal necessário ao número de profissionais e alunos	CMS	AE
OE5	Criar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias no currículo e na dinamização do currículo e nas metodologias pedagógico-didáticas (com elaboração de um banco recursos pedagógicos específicos)	AES	AE
OE6	Garantir uma ligação mais regular entre freguesias de cada concelho	CMS	AE
OE7	Investir em processo de mobilidade sustentável (projetos de ciclovias e fornecimento de bicicletas, substituir a frota de autocarros onde pertinente de forma a rentabilizar as viagens de autocarro, etc.)	-	AR
OE8	Reorganizar a rede de oferta de primeira infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) enquanto possível medida para atrair e fixar casais jovens	-	AR
OE9	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa regional que ficará responsável por criar uma rede de ofertas educativas e formativas (incluindo ensino geral e outras modalidades de ensino, incluindo o ensino artístico especializado) de 3º ciclo e de Ensino Secundário, equitativa para todos os concelhos/alunos, articulando entre Unidades Orgânicas (UO) mais próximas	PEM/ AES	AE
OE10	Articular ofertas e parte dos currículos com as necessidades os empregadores locais e com as expectativas dos alunos	PEM/ AES	AE
OE11	Constituir um conjunto de ofertas de educação de adultos adaptadas às necessidades da população local e um pacote de benefícios de incentivo à frequência dessas ofertas, incluindo comunidades ciganas e migrantes	PEM	AE
OE12	Contribuir para a criação um programa de orientação vocacional regional mais abrangente que trabalhe de forma atempada com os alunos sobre as potencialidades das ofertas, do mundo do trabalho e das profissões da região	-	AR
OE13	Construir um currículo local mobilizando o património natural, cultural e arquitetónico do Alto Alentejo e de cada concelho, potenciando os conhecimentos e competências nos	PEM/ CMS	AE

Eixos	OE	Documentos Municipais	Nível de Articulação
	temas mencionados no EDTAA 2030 (com elaboração de um banco de recursos pedagógicos específicos para atividades AAAF, CAF, AEC, OTL para jovens e disciplinas curriculares)		
OE14	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa de trabalho regional que ficará responsável por fazer o levantamento das necessidades de formação dos profissionais escolares e das famílias da região e o plano de formação em exercício para profissionais escolares (docentes e não docentes) e famílias focado nas dimensões do PEDIEAA	PEM/ CMS/ AES	AE
OE15	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de melhoria do desempenho escolar nas disciplinas identificadas como as de menor sucesso na região	PEM/ CMS/ AES	AE
OE16	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de acolhimento aos alunos orientados de famílias migrantes e da comunidade cigana (projeto Ninho, português língua não materna, por exemplo), em conjunto com famílias/associações locais de migrantes e da comunidade cigana	PEM/ CMS/ AES	AE
OE17	Incentivar o gosto e as competências dos alunos nas áreas das artes, o desporto, tecnologia, ciências, cidadania, segurança e ambiente e sustentabilidade (rentabilizando os protocolos com as Unidades de Saúde, GNR, Escola de Artes do Norte Alentejo, tecido associativo desportivo e cultural e recursos como os Centros de Ciência Viva, salas digitais e outros)	PEM/ CMS/ AES	AE
OE18	Criar dinâmicas de articulação de projetos e de partilha de recursos intermunicipais com concelhos limítrofes (recursos naturais, culturais, patrimoniais, equipamentos desportivos, projetos de OTL, etc.)	PEM/ CMS/ AES	AE
OE19	Participar na constituição e manutenção do Observatório da Educação do Alto Alentejo e da plataforma de comunicação com a comunidade, fornecendo dados atualizados sobre o sistema educativo regional – Escolas da rede pública e privada, de ofertas (Primeira infância, Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação para Adultos, Ensino Superior, atividades da Escola a Tempo Inteiro e OTL, Projetos), sobre a população escolar (alunos, docentes e não docentes), indicadores de desempenho escolar – de acordo com os protocolos para o envio de informação que venham a ser definidos	PEM/ CMS	AM

Legenda: AR - Articulação Reduzida; AM – Articulação Média; AE – Articulação Elevada.

Convergência com Região

Os objetivos estratégicos desta Carta Educativa encontram-se totalmente articulados com o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Alto Alentejo (PEDIEAA)* que, por sua vez, foi alinhado com a Revisitação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo 2020 (EDTAA 2030).

Tabela 3.5: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política Regional

Eixos	OE	Documentos Regionais	Nível de Articulação
OE1	Elaborar um programa de modernização dos edifícios escolares para garantia de: i) Bem-estar dos alunos e profissionais, ii) Sustentabilidade ambiental, iii) Abertura à comunidade, iv) Mobilização pedagógicas e dinâmicas inovadoras	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE2	Garantir a equidade de espaços e equipamentos nas escolas das aldeias (biblioteca, espaços para prática de desporto e atividades artísticas, espaços próprios para atividades AAAF/CAF/AEC, salas de trabalho para profissionais, parques infantis) e integrar equipa responsável pela preparação do documento justificativo para a manutenção da rede atual de estabelecimentos escolares como elemento crucial para a promoção da coesão territorial da região do Alto Alentejo	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE3	Preparar as infraestruturas dos edifícios para os equipamentos tecnológicos e de apetrechamento com equipamentos digitais necessários ao trabalho escolar e ao trabalho com os alunos	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE4	Garantir o acesso à internet em todos os estabelecimentos escolares com o sinal necessário ao número de profissionais e alunos	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE5	Criar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias no currículo e na dinamização do currículo e nas metodologias pedagógico-didáticas (com elaboração de um banco recursos pedagógicos específicos)	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE6	Garantir uma ligação mais regular entre freguesias de cada concelho	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE7	Investir em processo de mobilidade sustentável (projetos de ciclovias e fornecimento de bicicletas, substituir a frota de autocarros onde pertinente de forma a rentabilizar as viagens de autocarro, etc.)	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE8	Reorganizar a rede de oferta de primeira infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) enquanto possível medida para atrair e fixar casais jovens	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE9	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa regional que ficará responsável por criar uma rede de ofertas educativas e formativas (incluindo ensino geral e outras modalidades de ensino, incluindo o ensino artístico especializado) de 3º ciclo e de Ensino Secundário, equitativa para todos os concelhos/alunos, articulando entre Unidades Orgânicas (UO) mais próximas	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE10	Articular ofertas e parte dos currículos com as necessidades os empregadores locais e com as expectativas dos alunos	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE11	Constituir um conjunto de ofertas de educação de adultos adaptadas às necessidades da população local e um pacote de benefícios de incentivo à frequência dessas ofertas, incluindo comunidades ciganas e migrantes	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE12	Contribuir para a criação um programa de orientação vocacional regional mais abrangente que trabalhe de forma atempada com os alunos sobre as potencialidades das ofertas, do mundo do trabalho e das profissões da região	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE13	Construir um currículo local mobilizando o património natural, cultural e arquitetónico do Alto Alentejo e de cada concelho, potenciando os conhecimentos e competências nos temas mencionados no EDTAA 2030 (com elaboração de um banco de recursos pedagógicos específicos para atividades AAAF, CAF, AEC, OTL para jovens e disciplinas curriculares)	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE14	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa de trabalho regional que ficará responsável por fazer o levantamento das necessidades de formação dos profissionais escolares e das famílias da região e o plano de formação em exercício para profissionais escolares (docentes e não docentes) e famílias focado nas dimensões do PEDIEAA	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE15	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de melhoria do desempenho escolar nas disciplinas identificadas como as de menor sucesso na região	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE16	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de acolhimento aos alunos orientados de famílias migrantes e da comunidade cigana (projeto	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE

Eixos	OE	Documentos Regionais	Nível de Articulação
	Ninho, português língua não materna, por exemplo), em conjunto com famílias/associações locais de migrantes e da comunidade cigana		
OE17	Incentivar o gosto e as competências dos alunos nas áreas das artes, o desporto, tecnologia, ciências, cidadania, segurança e ambiente e sustentabilidade (rentabilizando os protocolos com as Unidades de Saúde, GNR, Escola de Artes do Norte Alentejo, tecido associativo desportivo e cultural e recursos como os Centros de Ciência Viva, salas digitais e outros)	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE18	Criar dinâmicas de articulação de projetos e de partilha de recursos intermunicipais com concelhos limítrofes (recursos naturais, culturais, patrimoniais, equipamentos desportivos, projetos de OTL, etc.)	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE19	Participar na constituição e manutenção do Observatório da Educação do Alto Alentejo e da plataforma de comunicação com a comunidade, fornecendo dados atualizados sobre o sistema educativo regional – Escolas da rede pública e privada, de ofertas (Primeira infância, Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação para Adultos, Ensino Superior, atividades da Escola a Tempo Inteiro e OTL, Projetos), sobre a população escolar (alunos, docentes e não docentes), indicadores de desempenho escolar – de acordo com os protocolos para o envio de informação que venham a ser definidos	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE

Legenda: AR - Articulação Reduzida; AM – Articulação Média; AE – Articulação Elevada.

Convergência com programa de educação nacional e orientações europeias

Por último, importa aferir o nível de articulação com alguns documentos que podem ser considerados como orientadores na concretização das ações de melhoria e ou recursos a ser mobilizados para a obtenção de possíveis financiamentos. Analisaram-se os seguintes: Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Plano 21|23 | Escola + (Plano 21|23), Capacitação Digital para as escolas (CDE), Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC), Desporto Escolar Comunidade (DEC), Plano Nacional das Artes (PNA), Educação para a Cidadania (EC), Rede de Clubes de Ciência Viva nas Escolas (RCCVE), mas outros podem e devem ser considerados ao longo dos próximos 10 anos.

Tabela 3.6: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política Nacional e Europeia

Eixos	OE	Documentos Nacionais	Nível de Articulação
OE1	Elaborar um programa de modernização dos edifícios escolares para garantia de: i) Bem-estar dos alunos e profissionais, ii) Sustentabilidade ambiental, iii) Abertura à comunidade, iv) Mobilização pedagogias e dinâmicas inovadoras	PRR	AM
OE2	Garantir a equidade de espaços e equipamentos nas escolas das aldeias (biblioteca, espaços para prática de desporto e atividades artísticas, espaços próprios para atividades AAAF/CAF/AEC, salas de trabalho para profissionais, parques infantis) e integrar equipa responsável pela preparação do documento justificativo para a manutenção da rede atual de estabelecimentos escolares como elemento crucial para a promoção da coesão territorial da região do Alto Alentejo	PRR/ RCCVE	AM
OE3	Preparar as infraestruturas dos edifícios para os equipamentos tecnológicos e de apetrechamento com equipamentos digitais necessários ao trabalho escolar e ao trabalho com os alunos	PRR	AE
OE4	Garantir o acesso à internet em todos os estabelecimentos escolares com o sinal necessário ao número de profissionais e alunos	PRR/ CDE	AE
OE5	Criar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias no currículo e na dinamização do currículo e nas metodologias pedagógico-didáticas (com elaboração de um banco recursos pedagógicos específicos)	PRR/ CDE	AM
OE6	Garantir uma ligação mais regular entre freguesias de cada concelho	PRR	AE
OE7	Investir em processo de mobilidade sustentável (projetos de ciclovias e fornecimento de bicicletas, substituir a frota de autocarros onde pertinente de forma a rentabilizar as viagens de autocarro, etc.)	PRR/ DEC	AE
OE8	Reorganizar a rede de oferta de primeira infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) enquanto possível medida para atrair e fixar casais jovens	PRR	AE
OE9	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa regional que ficará responsável por criar uma rede de ofertas educativas e formativas (incluindo ensino geral e outras modalidades de ensino, incluindo o ensino artístico especializado) de 3º ciclo e de Ensino Secundário, equitativa para todos os concelhos/alunos, articulando entre Unidades Orgânicas (UO) mais próximas	PRR	AE
OE10	Articular ofertas e parte dos currículos com as necessidades os empregadores locais e com as expectativas dos alunos	PRR	AE
OE11	Constituir um conjunto de ofertas de educação de adultos adaptadas às necessidades da população local e um pacote de benefícios de incentivo à frequência dessas ofertas, incluindo comunidades ciganas e migrantes	PRR/ AFC	AE
OE12	Contribuir para a criação um programa de orientação vocacional regional mais abrangente que trabalhe de forma atempada com os alunos sobre as potencialidades das ofertas, do mundo do trabalho e das profissões da região	AFC	AM
OE13	Construir um currículo local mobilizando o património natural, cultural e arquitetónico do Alto Alentejo e de cada concelho, potenciando os conhecimentos e competências nos temas mencionados no EDTAA 2030 (com elaboração de um banco de recursos pedagógicos específicos para atividades AAAF, CAF, AEC, OTL para jovens e disciplinas curriculares)	AFC/ PNA/ EC	AE
OE14	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa de trabalho regional que ficará responsável por fazer o levantamento das necessidades de formação dos profissionais escolares e das famílias da região	PRR	AM

Eixos	OE	Documentos Nacionais	Nível de Articulação
	e o plano de formação em exercício para profissionais escolares (docentes e não docentes) e famílias focado nas dimensões do PEDIEAA		
OE15	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de melhoria do desempenho escolar nas disciplinas identificadas como as de menor sucesso na região	Plano 21 23/ AFC	AE
OE16	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de acolhimento aos alunos orientados de famílias migrantes e da comunidade cigana (projeto Ninho, português língua não materna, por exemplo), em conjunto com famílias/associações locais de migrantes e da comunidade cigana	Plano 21 23/ AFC	AM
OE17	Incentivar o gosto e as competências dos alunos nas áreas das artes, o desporto, tecnologia, ciências, cidadania, segurança e ambiente e sustentabilidade (rentabilizando os protocolos com as Unidades de Saúde, GNR, Escola de Artes do Norte Alentejo, tecido associativo desportivo e cultural e recursos como os Centros de Ciência Viva, salas digitais e outros)	Plano 21 23/ AFC	AE
OE18	Criar dinâmicas de articulação de projetos e de partilha de recursos intermunicipais com concelhos limítrofes (recursos naturais, culturais, patrimoniais, equipamentos desportivos, projetos de OTL, etc.)	Plano 21 23/ PNA	AM
OE19	Participar na constituição e manutenção do Observatório da Educação do Alto Alentejo e da plataforma de comunicação com a comunidade, fornecendo dados atualizados sobre o sistema educativo regional – Escolas da rede pública e privada, de ofertas (Primeira infância, Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação para Adultos, Ensino Superior, atividades da Escola a Tempo Inteiro e OTL, Projetos), sobre a população escolar (alunos, docentes e não docentes), indicadores de desempenho escolar – de acordo com os protocolos para o envio de informação que venham a ser definidos	-	AR

Legenda: **AR** - Articulação Reduzida; **AM** – Articulação Média; **AE** – Articulação Elevada.

Anexo A: Plano de intervenções futuras nos estabelecimentos escolares

[Regressar aos Objetivos Estratégicos](#)

Intervenção na Escola Básica de Casa Branca, Sousel	
Tipo de Intervenção: Beneficiação de espaços escolares	Fase: Obra concluída
Data de Início: 07/12/2022	Data de fim: 30/06/2023
Freguesia: Casa branca	
Fundamentação: Melhoria de eficiência energética	
Morada: Não se aplica	
Imagem mapa com visualização da área geográfica: Não se aplica	
Tipologia da escola: Escola Básica	Nº de salas: 4
Nº alunos: 33	Nº de turmas: 3

Intervenção na Escola Básica de Cano, Sousel	
Tipo de Intervenção: Beneficiação de espaços escolares	Fase:
Data de Início: 05/05/2025	Data de fim: 31/05/2025
Freguesia: Cano	
Fundamentação: Melhoria da eficiência energética: melhoria de sistemas de climatização; substituição de janelas; substituição de iluminação; isolamento térmico; aplicação de sistemas mais eficientes de aquecimento de águas sanitárias e instalação de sistemas de produção de energia elétrica. Remodelação de equipamentos/espaços: beneficiação, conservação e pinturas no interior e exterior do edifício; substituição e modernização de equipamento/mobiliário das salas de aula e beneficiação espaço exterior.	
Morada: Não se aplica	
Imagem mapa com visualização da área geográfica: Não se aplica	
Tipologia da escola: Escola Básica	Nº de salas: 3
Nº alunos: 12	Nº de turmas: 1

Intervenção no Jardim de infância de Santo Amaro, Sousel	
Tipo de Intervenção: Beneficiação de espaços escolares	Fase:
Data de Início: 06/05/2030	Data de fim: 31/05/2032
Freguesia: Santo Amaro	
Fundamentação: Melhoria da eficiência energética: melhoria de sistemas de climatização; substituição de janelas; substituição de iluminação; isolamento térmico; aplicação de sistemas mais eficientes de aquecimento de águas sanitárias e instalação de sistemas de produção de energia elétrica. Remodelação de equipamentos/espaços: beneficiação, conservação e pinturas no interior e exterior do edifício; substituição e modernização de equipamento/mobiliário das salas de aula e beneficiação espaço exterior.	
Morada: Não se aplica	
Imagem mapa com visualização da área geográfica: Não se aplica	
Tipologia da escola: Jardim de Infância	Nº de salas: 2
Nº alunos: 18	Nº de turmas: 2

Intervenção na Escola Básica e Secundária Padre Joaquim Maria Fernandes, Sousel	
Tipo de Intervenção: Beneficiação de espaços escolares	Fase:
Data de Início: 05/01/2026	Data de fim: 29/01/2032
Freguesia: Sousel	
<p>Fundamentação: Melhoria eficiência energética: remodelação do sistema solar térmico, sistema de produção de águas quentes sanitárias, beneficiação do sistema AVAC e sistema de produção de energia elétrica; Remodelação de equipamentos: substituição de vidros de portas e janelas, substituição de algumas portas e janelas, intervenção na cobertura do edifício designadamente em zonas onde chove (biblioteca e cozinha), beneficiação de pavimentos, conservação e pinturas no interior e exterior do edifício, intervenção nas casas de banhos, substituição de torneiras, autoclismos que apresentam desgaste, assim como substituição de equipamentos de cozinha por outros mais eficientes, alguns já revelam muito desgaste pelo uso, substituição de equipamento/mobiliário que apresenta desgaste pelo uso do tempo, beneficiação de iluminação exterior; Espaços: implementação de sistema de descalcificação , remodelação de sistema de rega, beneficiação de espaço exterior contíguo ao edifício do centro escolar .</p>	
Morada: Não se aplica	
Imagem mapa com visualização da área geográfica: Não se aplica	
Tipologia da escola: Escola Básica e Secundária	Nº de salas: 39
Nº alunos: 411	Nº de turmas: 22

